

**UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
CENTRO DE ESTUDOS GERAIS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E FILOSOFIA
DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA
MESTRADO EM PSICOLOGIA**

**A ultrapassagem na clínica:
Da captura do desejo no sintoma ao estilismo de si**

Patrícia Rodrigues de Siqueira

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Sílvia Helena Tedesco

Niterói
2010

**UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
CENTRO DE ESTUDOS GERAIS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E FILOSOFIA
DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA
MESTRADO EM PSICOLOGIA**

**A ultrapassagem na clínica:
Da captura do desejo no sintoma ao estilismo de si**

PATRICIA RODRIGUES DE SIQUEIRA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia – Estudos da Subjetividade – do Departamento de Psicologia da Universidade Federal Fluminense, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Psicologia. Linha de pesquisa: Subjetividade e Clínica.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Sílvia Helena Tedesco

Niterói

2010

Ficha Catalográfica elaborada pela Biblioteca Central do Gragoatá

S618 Siqueira, Patricia Rodrigues de.

A ultrapassagem na clínica: da captura do desejo no sintoma ao estilismo de si / Patricia Rodrigues de Siqueira. – 2010.

145 f.

Orientador: Sílvia Helena Tedesco.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de Psicologia, 2010.

Bibliografia: f. 139-145.

1. Psicologia clínica. 2. Criação. 3. Ética. 4. Desejo. 5. Estilo. 6. Subjetividade. I. Tedesco, Sílvia Helena. II. Universidade Federal

A ultrapassagem na clínica:
Da captura do desejo no sintoma ao estilismo de si

Patricia Rodrigues de Siqueira

BANCA EXAMINADORA

Aprovada em Abril de 2010.

Prof^a. Dr^a. Sílvia Helena Tedesco

Universidade Federal Fluminense

Prof^a. Dr^a. Cristina Rauter

Universidade Federal Fluminense

Prof^a. Dr^a. Josaida de Oliveira Gondar

Universidade do Rio de Janeiro

Dedico essa dissertação a minha mãe.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos os “agenciamentos” que fizeram, fazem e farão parte da minha vida de modo pessoal e impessoal, pelos incentivos de ordem afetiva, financeira e teórica.

Agradeço a Baldino Inácio de Siqueira/ Maria Alice Rodrigues de Siqueira/ Rosa de Matos da Bala/ Maria da Conceição Rodrigues de Matos/ Marcio Rodrigues de Siqueira/ Flavia Lawall/ Pedro Augusto Siqueira/ Rafael Rodrigues de Siqueira/ Werner Könitz/ Sílvia Helena Tedesco/ Josaida de Oliveira Gondar/ Cristina Rauter/ Eduardo Passos/ Carina Augusto da Cruz/ Fernanda Carvalho/ Adriana Garcia/ Cristiane Rocha/ Tarso Ferrari/ Lívia Ferri/ Priscila Vianna/ Isabela Prince/ André Rossi Coutinho/ Raffaella Lobo/ Kellen Favoreto/ Patrícia Pinheiro/ Débora Risso/ Ícaro Pacheco/ Michel Foucault/ Gilles Deleuze/ Félix Guattari/ Enéas Moraes/ Andrea Carvalho/ Anizete Matos/ Beatriz Reis/ Beth Pacheco/ Joana Macedo/ Lillian Mielli/ Márcio Emme/ Paula Li Causi/ Priscila Carla/ Patterson Espósito/ Ronald/ Vanessa Cunha/ Allan Oliveira/ Daniel Gama/ Leandro Dutra/ Liana Tanus/ Luciana Pitombo/ Zacharias Carboni e a tantos outros...

RESUMO

Esse trabalho propõe analisar a passagem dos modos de vida serializados à criação de outros modos de existência. Defendemos uma clínica com um direcionamento ético voltado para um estilismo de si. Nesse sentido, o dispositivo clínico se preocuparia com a problematização da existência e criação contínua de si e de mundos.

Palavras-Chave: Clínica. Criação. Ética. Desejo. Estilismo-Subjetividade.

ABSTRACT

This work aims to analyze the passage of serialized lifestyles to the creation of other modes of existence. We support a clinic with an ethical approach toward a self-styling. In this sense, the clinic device would worry about the questioning of the existence and continuous creation of self and worlds.

Key-words: Clinic. Creation. Ethica. Desire. Style-Subjectivity.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	09
2 DIREÇÃO ÉTICA DA CLÍNICA.....	18
2.1 Qual a relação entre a clínica e a ética.....	20
2.1.1 O sujeito e a verdade.....	20
2.1.2 O si.....	23
2.1.3 Processo de subjetivação.....	26
2.1.4 Os quatro aspectos da Ética.....	27
2.1.5 Relação com o si: Constituição de modos de existência.....	28
2.2 Os perigos à Clínica.....	30
2.2.1 A vontade de Saber.....	31
2.2.2 Gestão da Vida.....	33
2.2.3. Normalização e Normatização da Vida.....	37
2.2.4 A problemática da Clínica.....	37
2.2.5 O biopoder e a vida.....	39
2.2.6 O perigo principal.....	41
2.3 A clínica como resistência.....	43
2.3.1 A experiência de si para resistir.....	44
2.3.2 A importância da alteridade no cuidado de si.....	46
2.3.3 Temperança e Prazer.....	47
2.3.4 Vida Intensa.....	49
2.3.5 Estilismo de si, verdade e prazer.....	50
2.3.6 Crise, Clínica e Criação.....	52
2.3.7 Prática de Si: Libertação da Vida.....	54

2.3.8 O sujeito ético de Foucault como aquele que escolhe a escolha.....	56
3 A EXPANSÃO ESTILÍSTICA DA CLÍNICA.....	59
3.1 A captura do desejo no sintoma.....	60
3.1.1 O sintoma & a clínica médica.....	61
3.1.2 O sintoma & a Psicanálise.....	62
3.1.3 O sintoma & a Filosofia da Diferença.....	64
3.1.4 Produção de Subjetividade e Produção de Singularidade.....	69
3.1.5 A experiência como possibilidade de levar a subjetividade à singularização	72
3.1.6 A fascinante relação entre as multiplicidades.....	77
3.1.7 A dissolução do Eu.....	80
3.2 A ultrapassagem: A construção de um Meio De fugir e um Meio PARA fugir das capturas.....	84
3.2.1 Maquinações Desejantes.....	85
3.2.2 Expansão das Territorialidades e Exercício da Liberdade.....	88
3.2.3 Aventurar-se na criação de novos territórios.....	90
3.2.4 Criação de um Plano de constituição Existencial como Direção Clínica....	92
3.3 Estilo e Estilismo de Si.....	100
3.3.1 Transversalidade & Estilo.....	104
3.3.2 Subjetivação e Relação de Si.....	110
3.4 Compromisso Ético da Clínica.....	113
3.4.1 A micropolítica da Clínica.....	115
3.4.2 Considerações sobre uma Nota de Caso Clínico.....	116
4 CONCLUSÃO.....	130
5 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	143

INTRODUÇÃO

O instigante trabalho junto aos pacientes no consultório nos fez problematizar a relação entre a clínica e a subjetividade. Essa dissertação surge como efeito da prática clínica, uma escrita que se tornou necessária para discutir a respeito do que é experimentado no encontro clínico. O desafio lançado é pensar o processo de subjetivação que ocorre no âmbito da clínica. Neste estudo, consideramos a subjetividade marcada por um processo incessante de construção. E essa possibilidade de transformação da subjetividade conduz a clínica a investir na invenção de modos de viver. O intuito deste espaço seria potencializar os modos de ser, sentir, agir, enfim de estar no mundo.

O tema a ser discutido consiste na produção da diferença no dispositivo clínico. Delimitamos nossa busca em compreender a passagem dos modos de vida serializados à criação de novos modos de existência, preocupação tão cara à clínica. Esse trabalho visa aprofundar nesse processo de diferenciação da subjetividade, pois afirmamos um projeto clínico destinado a produzir a libertação dos desejos, dos corpos.

Construímos nossa análise da noção de subjetividade como processualidade a partir do quadro teórico proposto por Deleuze (2006), Guattari & Rolnik (1993). Pensar a constituição subjetiva como algo imanente¹ consiste em afirmá-la em constante atualização, ou seja, um permanente “tornar-se”. Devemos entender que a atualização da subjetividade significa a entrada num processo de diferenciação, porque, no entendimento de Guattari e Rolnik (1993), a constituição subjetiva se produz a partir

¹ Deleuze (2006) atribui ao termo imanente uma causa que se atualiza em seu efeito e se diferencia por meio desse. Ele explica que tal termo contempla uma reciprocidade entre a causa e o efeito.

das relações que o sujeito estabelece com o mundo, isto é, ocorre como fruto de uma maquinação entre elementos heterogêneos. Todas essas composições pertinentes a uma subjetividade só se atualizam “[...] por desdobramento ou dissociação, criando formas divergentes entre as quais se divide.” (DELEUZE, 2006, p.47).

Isso significa que a heterogeneidade dos elementos na subjetividade não se reduz a uma unidade, a integração entre esses termos, por vezes divergentes, só se estabelece seguindo linhas de diferenciação. Assim, a cada atualização, a disjunção entre os termos não se apaga, apesar das intercessões e alianças feitas entre os mesmos para se manterem próximos.

Além disso, os autores entendem a noção de subjetividade como inseparável do processo de produção social, ela não se encontra fixa, mas em constante mudança. Em virtude disso, quando pensamos a clínica como um elemento que visa manter a subjetividade nesse processo, nos deparamos com uma constante exigência: a de repensá-la, já que a clínica possui o compromisso com a criação de novos modos de viver, não podendo se furtar em empreender o processo criativo sobre suas próprias práticas.

A relevância desse estudo consiste em considerar também o dispositivo clínico num processo de diferenciação. Em outras palavras, o processo de criação também se aplica ao próprio dispositivo. Neste trabalho, entendemos “o processo de criação na clínica” como toda prática clínica voltada para o questionamento e a reformulação dos modos de viver das pessoas, bem como os modos de se operar o procedimento clínico.

Cabe esclarecer que ao falarmos de clínica, estamos defendendo uma prática/teoria avessa a uma neutralidade política em relação aos acontecimentos sociais; a qualquer método de enquadramento de pessoas, e também lutamos contra a tendência a fazer dela uma prática legitimadora de discursos que vise produzir padrões de normalidade humanos. Assim, naturalizar os processos experimentados pelo homem faria a clínica contribuir para a mortificação das diversas possibilidades de existir.

Por isso, salientamos a necessidade de a clínica efetuar sobre si o cuidado com suas verdades. Nesse sentido, a tarefa primordial seria desnaturalizar qualquer regra, padrão tidos como essências, princípios universalizantes tanto no que diz respeito ao homem, quanto à clínica. Assim, afirmamos que o próprio dispositivo de intervenção

deve cuidar para não manter verdades inquestionáveis, porque isso impediria a transformação dele. Consideramos a processualidade na clínica como algo ligado à produção de diferença dela própria, pois obstaculizar a criação do dispositivo clínico arriscaria o processo de subjetivação² a paralisar-se.

O impedimento do processo de criação da clínica ocorre quando o próprio dispositivo está sedimentado em princípios. A consequência dessas condições de funcionamento clínico favorece a produção de subjetividades³ serializadas. Por produção de subjetividade, Guattari & Rolnik (1993) definem como sendo um processo heterogêneo de fabricação que se configura de acordo com o contexto sócio-histórico. E, por serialização, os autores entendem como um processo que busca homogeneizar as subjetividades, e reduzi-las a um padrão hegemônico.

O valor dessa pesquisa recai em sua contribuição política para o estudo da prática clínica, pois a implicação deste trabalho, além de pensar o processo de potencialização de vidas, preocupa-se também com os impedimentos da clínica em efetuar aquilo a que se propõe. Se a força de existencialização da vida não se esgota, a consequência é uma prática/teoria clínica em constante construção. Nesse trabalho, acreditamos no caráter inacabado da clínica e, isso significa que ela deve estar disposta a diferenciar-se através da criação de novas estratégias. Em outras palavras, ela precisa atualizar-se com a finalidade de acompanhar e contribuir para a imanência dos processos subjetivos.

A clínica reúne condições de produzir a diferença porque intervém nos modos mais rígidos de existir para fazê-los decaírem. Tal como um surfista, a clínica, ao produzir suas manobras, aproveita as forças contingentes para realizar sua

² Segundo Deleuze (1992), o termo “processo de subjetivação” significa produção de modos de existência. Deleuze considera o processo de subjetivação como a flexão ou curvatura da relação de forças. Isso significa que cada formação histórica irá *dobrar* a composição de forças e fará surgir um sentido particular. Assim, em função do modo em que se produz esse plissamento das forças, um objeto pode adquirir uma configuração distinta. Portanto, por subjetivação entendemos aqui como o processo pelo qual se produzem territórios existenciais em uma formação histórica específica. Isso implica na invenção de diferentes formas de relação consigo e com o mundo ao longo do tempo.

³ De acordo com Guattari & Rolnik (1992) falar em produção da subjetividade significa dizer que esta última não é entendida como origem, mas como fruto de um processo de subjetivação, de acordo com a configuração sócio-histórica em que se situa.

performance, muda a cada instante seu repertório. O surfista entende que se manter em uma mesma posição será o fim da aventura dele. Assim, a clínica interfere na vida para fazer proliferar a modulação da mesma, o intuito é não deixar a existência fixar-se em formas prontas. Nesse sentido, a clínica potencializa a criação dos modos de existência, constrói territórios existenciais que possibilitem fazer da vida uma obra de arte e dos sujeitos artistas de suas próprias vidas.

Por lidarmos com os modos de produção de subjetividade, nos encontramos sempre às voltas com os modos de criação de si e, como conseqüência, com a criação de mundo. Assim, precisamos problematizar nossa prática porque ela interfere também na construção da realidade. E, por isso, torna-se de suma importância abordar o vínculo clínico-político por entendermos essa interface como um compromisso ético, já que diz respeito à diferenciação do mundo, das vidas, das relações e do próprio dispositivo clínico.

Esse estudo traz contribuições significativas para a área clínica, tanto do ponto de vista teórico, quanto prático, pois investigar o processo clínico como disparador de modos de criação de si e do mundo poderá auxiliar os estudiosos, profissionais da área *psi*⁴, a compreenderem certos aspectos e certas condições para a prática clínica se efetuar de modo ético. Além de disponibilizar um material aos interessados pela discussão a respeito da criação de si.

Para cumprir essa trajetória, usamos como metodologia a pesquisa bibliográfica, nosso referencial teórico aborda algumas idéias principais dos autores Michel Foucault, Gilles Deleuze & Félix Guattari. Arrisca-se nesse passeio nômade, construir uma

⁴ Neste trabalho, estamos chamando de *psi* as práticas de atendimento independente de sua filiação teórico-prática, seu *setting* ou estratégias terapêuticas, pois nosso intuito é o de problematizar a formalização da clínica. Benevides (2002) afirma que apesar das diferenças teóricas entre os especialistas, há algo que se coloca como questão para todos: a relação com o social. Destacamos a prática *psi* como fruto de um contexto histórico e, portanto pode ser também refeita, criada. Nesse sentido, estamos afirmando uma clínica em sua interface política, empenhada no compromisso em movimentos disruptivos e em lutas de libertação de vidas. Assim, não cabe falar de uma clínica neutra, desprovida de uma posição política. Nessa dissertação, nosso posicionamento consiste em sustentar uma clínica voltada para produção de singularidades. Isso consiste em recusar ao enquadramento, à padronização, adaptação das subjetividades às exigências de um padrão de normalidade subjetivo e comportamental.

composição conceitual⁵ entre esses autores, de modo a se aventurar na compreensão da noção de criação na clínica. Quais ressonâncias haveria entre esses autores?

Deleuze (1992) assinala que o modelo representacional do pensamento é questionado no início do século XX. A repercussão deste desvio consiste em libertar o pensamento de sua função recognitiva ao contrapor pensamento e reconhecimento. O efeito desta ruptura refletiu tanto na literatura, na filosofia quanto na clínica⁶.

Mas o pensamento moderno nasce da falência da representação, assim como da perda das identidades e da descoberta de todas as forças que agem sob a representação do idêntico. (DELEUZE, 1997, p. 15).

Segundo Levy (2003), esses autores compartilhariam alguns questionamentos. O principal, ao que nos detemos neste momento, remete ao rompimento com o ideal do pensamento enquanto reconhecimento⁷, ou seja, esses pensadores se desviam de conhecer os fenômenos a partir de sua regularidade. Neste sentido, o modelo do pensamento contemporâneo se predispõe a conhecer os acontecimentos sob o registro da diferença. Entre os pensadores dessa ruptura com a representação clássica, o pensador Foucault (1926-1984) destacou-se por desenvolver uma análise histórica de

⁵ Em "O que é a filosofia?" (1992), Deleuze defende que a filosofia é criação de conceitos, mas é importante lembrar que não é proposta do autor transformá-los em "verdades" a serem reproduzidas. Para o autor, a grandeza da filosofia não é somente inventar noções, mas destacar um acontecimento. Assim, se um conceito é inventado não podemos considerá-lo como algo inquestionável.

⁶ Em 1972, Deleuze e Guattari publicam o "Anti-Édipo". O contexto da produção desse livro ocorreu numa época agitada, maio de 68. Esse acontecimento simbolizou o auge de um momento de intensas transformações políticas e comportamentais que marcaram a segunda metade do século 20 no Ocidente. Esse livro pretendia alertar as falhas de se pensar em termos de representações e estruturas para explicar a constituição subjetiva. A crítica é lançada à psicanálise, à psiquiatria e à anti-psiquiatria. A tese central do livro consiste em defender o inconsciente como uma usina, em consequência disso, deveríamos entendê-lo em constante produção de si. A crítica recai em pensar o inconsciente como representação. Nesse sentido, os autores visavam empreender uma teoria que compreendesse a multiplicidade.

⁷ Deleuze (2006) explica o conceito reconhecimento, em sua obra "Diferença e Repetição", como o exercício de todas as faculdades sobre um objeto como sendo o mesmo em diferentes situações. Assim, o objeto teria uma identidade, uma forma. O pensamento tradicional estrutura-se num modelo árvore, ou seja, privilegia a representação, a ordem, a hierarquia, a tradição e a classificação em formas. Em contraposição, os pensadores da filosofia da diferença estabelecem outro modo de se operar o pensamento. As ligações do pensamento não ocorreriam por critérios fixos, pois seriam produzidas através de encontros furtivos, involuntários. Esse modo de pensar afirma a incompletude, e por isso não haveria formas ou totalidades. Para dimensionar essa questão, o autor, ao desenvolver seus estudos, opta em escapar dos instrumentos de dominação, quando transita fora dos modelos e das referências filosóficas.

questões filosóficas defendidas por ele como não eternas. A referência nesse trabalho à obra foucaultiana justifica-se por este autor problematizar a noção de sujeito. Em seus últimos textos, Foucault preocupa-se com a questão da constituição do sujeito como produto do processo de subjetivação. Essas análises foucaultianas dizem respeito à constituição de si mesmo como sujeito ético na Grécia Antiga, a partir de técnicas e procedimentos em que o indivíduo questiona sua própria existência. Em poucas palavras, o processo de subjetivação diz respeito ao posicionamento do sujeito frente ao código moral. Trata-se da constituição do indivíduo como sujeito, isto é, a produção de si mesmo como sujeito ético ocorre pela problematização de suas escolhas, como um modo de pensar a verdade. A atitude ética advém da destituição da verdade em seu caráter absoluto e inquestionável, pois essa atitude irá implicar em uma outra maneira de se conduzir frente aos acontecimentos.

A noção de *estilismo de si* em Foucault *seria* o desdobramento desse questionamento, pois o indivíduo viveria sua existência como uma obra de arte, na medida em que buscasse problematizar os códigos prescritivos para conduzir a vida, quando faz isso, o sujeito abre-se à possibilidade de construir um novo modo de se relacionar como mundo.

A problematização de si efetuada pelos gregos aproxima-se da experiência clínica, pois o indivíduo também é levado a pensar sua vida de modo a colocar em questão suas escolhas. Nesse sentido, entendemos que a constituição do sujeito ocorre por meio da criação de uma nova maneira de existir.

Propomos o diálogo entre os autores Foucault, Deleuze e Guattari. Esses dois últimos constroem sua obra como “uma teoria das multiplicidades”. A abordagem deles pretende superar as dicotomias, fugir de conceitos referenciais, eles se voltam para pensar a subjetividade marcada por uma natureza que não se reduz a totalizações.

Deleuze é um filósofo que se dedicou ao estudo das obras de muitos autores, filósofos e artistas. Estudar a obra deleuziana consiste em um empreendimento muito desafiador, por ser considerado um filósofo muito peculiar por conta dessa diversidade. Nesse trabalho, tornou-se necessário um recorte na obra desse pensador francês. Em nosso estudo, escolhemos efetuar tal recorte em torno do interesse deleuziano a respeito da obra de Foucault. Vale ressaltar que não é pretensão de Deleuze uma

fidelidade aos estudos foucaultianos. Assim, faremos uma aliança numa das questões que tangencia a obra deles que é o problema de se pensar a subjetivação.

Além disso, estamos interessados por algumas obras deleuzianas escritas em parceria com o psicanalista Guattari, onde elas colocam o problema da subjetividade em um sentido bastante diferente da tradição filosófica. Porque ao contrário de desenvolver teorias que serviriam como modelos a serem seguidos, eles defendem uma proposta ética, ou seja, não haveria uma forma única de subjetividade, uma teoria universalizante, um padrão de se clinicar. A ética desse pensamento está em se privilegiar a proliferação de sentidos, a diversificação e a potencialização da vida.

Assim, no primeiro capítulo, desenvolvemos a associação necessária entre a ética e a clínica. Foucault considera a ética como “estética da existência”. Analisamos tal temática nos livros do autor, “História da Sexualidade” (2002) e na coletânea de suas aulas: “Ditos e Escritos V” (1984a). Encaminhamos essa questão na perspectiva de estabelecer uma relação entre ética, clínica e estética para discorrer a respeito da criação de si.

Este capítulo prossegue contrapondo as noções de sujeito ético e sujeito do desejo. Enquanto o primeiro se constitui como derivado de fabricações históricas; o segundo termo parte da idéia de um sujeito como identidade, uma interioridade a ser descoberta. Na realidade, para esses autores, considerar o sujeito se constituindo como uma identidade advém das condições históricas que visam produzir o sujeito como indivíduo. Podemos também lançar a mesma análise às práticas *psi* em que pensam o sujeito pautado em uma estrutura ou referência ao padrão médico/psicológico de normalidade, bem como às práticas religiosas cristãs que pensam a vida atrelada a valores transcendentais. Seguimos nossa investigação nas análises foucaultianas dessas condições político-históricas sobre o surgimento da vontade de saber de si.

Por conta disso, a aproximação entre esses autores ocorre a fim de se pensar a possibilidade dos desdobramentos éticos e estéticos da subjetividade em meio aos modos de subjetivação. Por isso, desenvolvemos a noção deleuziana de estilo na literatura em “Clínica e Crítica” (1997) e “Proust e os signos” (1987) para articulá-la com a idéia de estilismo de si em Foucault.

No segundo capítulo, para acompanhar a travessia dos modos serializados de viver a modos singulares, tomamos o processo estilístico na subjetividade como capaz de desgarrar os modos repetitivos de ser para inventar novos modos de uma multiplicidade se agenciar. Por agenciamento, Guattari & Rolnik (1993) se referem a uma noção mais ampla do que a de estrutura. Ele comporta componentes heterogêneos de naturezas diversas. E o arranjo entre esses elementos propiciam novas funções ao agenciamento.

Assim, indagamos como dar consistência⁸ aos novos arranjos dos agenciamentos sem comprometer o processo de criação. Como ponto de partida, trataremos da noção da construção desse plano⁹, seguindo com Deleuze e Guattari nos volumes do livro “Mil Platôs”. Relacionamos a construção de um plano de consistência da clínica como um procedimento estilístico. Pensamos o estilo como um modo de compor territórios e ao mesmo tempo desfazê-los para se criar novas paisagens.

Apontamos para a interface política da clínica, quando ela propõe novas condutas. Foucault (2003b) salienta para a existência de uma margem de abertura no cumprimento do código social. Trata-se de outro relacionamento com ele, que não seja pela mera obediência as prescrições, mas de aproveitar nessa brecha em que o alcance do código não conseguiu ainda sobrepor à experiência, para se inventar outras condutas diferentes das já previstas. Esse relacionamento com o código não consiste em uma recusa ao mesmo, significa antes uma liberdade de criação de modos de existir que escaparam a sobrecodificação do código, ou seja, aquilo que o código não foi capaz de prever, nem codificar.

Quando a vida escapa às prescrições, o próprio código ganha novos contornos e territórios, o que pode contribuir para sua ampliação, no sentido de uma abertura a outras possibilidades que não faziam parte do repertório codificável, e, portanto essas modificações passam a se integrar ao mesmo. A consequência disso produz efeitos no mundo, porque nos surpreende com outras possibilidades de viver que antes não

⁸ O conceito de consistência para Deleuze & Guattari (1997) diz respeito às condições de manter a produção dos agenciamentos.

⁹ Para Deleuze e Guattari (1997), servimos do plano de imanência na criação de nossa subjetividade. O conceito de plano de imanência nos ajuda a pensar o processo de produção da subjetivação, porque para os autores, a subjetividade é o produto desse plano, ou seja, ela advém dele.

considerávamos ser provável. Nesse sentido, podemos dizer que a invenção de novos modos de existir provoca alterações no *status quo* e até mesmo contribui a perder de vista para uma nova ordem social. É nesse sentido que afirmamos uma clínica como micropolítica, pois ao potencializar o processo de construção de novos modos de existir, podemos estar ao mesmo tempo afetando o mundo. Estamos aqui voltados para o modo de se escapar ao controle social como uma possibilidade de potência da vida. Em outras palavras, na fuga da regularidade das formas há a recomposição de territórios existências e, com isso a ampliação dos diversos registros e domínios.

CAPÍTULO I

DIREÇÃO ÉTICA DA CLÍNICA

Neste capítulo, pretendemos analisar o processo de produção de novos modos de existência a partir dos últimos textos da obra foucaultiana a respeito da noção de ética. Temos a finalidade de discutir a estreita relação entre o processo de criação e o direcionamento ético na clínica. Apresentamos este problema a partir de três questões em relação à clínica: o direcionamento ético do processo terapêutico, os perigos de captura da vida e a operação de resistência ao capitalismo.

Foucault, ao analisar os processos de constituição do sujeito¹⁰, abre espaço para uma compreensão da ética de modo ontológico e político, pois permite a interrogação a respeito dos modos de subjetivação pelos quais nos reconhecemos enquanto sujeitos na contemporaneidade. Não se trata de uma teoria do sujeito, Foucault preocupa-se com o posicionamento do indivíduo frente ao código moral. Ao questionar a verdade, o indivíduo produz uma reflexão sobre a existência. Esse exercício sobre si, Foucault chamou de constituição do sujeito ético.

A ética foucaultiana, segundo Levy (2003), refere-se à construção de novas subjetividades. Deste modo, a constituição do sujeito ocorre pela problematização de como conduzir-se em relação à verdade. Assim, apontamos o processo de constituição subjetiva como efeito da experimentação que o sujeito estabelece com o mundo.

Por estar inserido em determinado período histórico¹¹, o dispositivo clínico poderá, sem perceber, favorecer modos de vida hegemônicos. Portanto, nesse

¹⁰ Para Ortega (1999), Foucault refere-se à constituição do sujeito ético como fruto das práticas de si.

¹¹ Coimbra & Abreu (2005) afirmam que toda clínica é a um só tempo, produto e produção de uma política de subjetivação. Nesse sentido, a clínica deixa de ser neutra, e a-política. Assim sendo, a clínica

trabalho, consideramos que a clínica deve ter um direcionamento ético, ou seja, entendemos que a conduta clínica deve voltar-se para o próprio método com a preocupação de repensar suas práticas, principalmente aquelas aceitas como verdades inquestionáveis e, justamente por isso se tornam um caso a ser posto em questão.

Coimbra & Abreu (2005) chamam atenção para os perigos da clínica ao aliar-se ao modo de subjetivação dominante. As autoras salientam que a “despolitização” das práticas clínicas produz um “certo tipo humano”¹², apartado do coletivo de forças. O resultado nefasto seria o indivíduo destituído de sua potência criativa de inventar novos modos de existência. Por isso, na clínica, a problematização da verdade mostra-se relevante para efetuar desvios contínuos destas capturas identitárias¹³. O direcionamento ético consiste em escapar da procura de uma verdade sobre o sujeito e um fundamento, pautado em uma pretensa neutralidade política do método clínico. Esse modo de operar viabiliza o processo constante de construção do dispositivo, ou seja, quando se questiona as verdades já cristalizadas.

Os perigos que rondam a clínica estão nas capturas em que essa pode ser apanhada e, com isso favorecer a uma redução de modos de viver aos padrões considerados normais. Consideramos um dos riscos quando a clínica opta em atingir como meta a remissão do sofrimento sem uma preocupação com o contexto político, isso ocorreria através da adaptação dos pacientes às exigências sociais.

Seguimos na interrogação das condições de surgimento da clínica e para isso, estamos dispostos a apresentar noções do sistema filosófico foucaultiano: as condições histórico-políticas do surgimento da “vontade de saber” e a emergência do homem como objeto de conhecimento. Para isso, enveredarmos na análise das condições

configura-se como uma “[...] atitude de intervenção que produz políticas de subjetivação.” (COIMBRA & ABREU, 2005, p. 47).

¹² O conceito de indivíduo muitas vezes apresenta-se como um a priori não problematizado. É importante salientar que essa formulação produz desdobramentos práticos, tornando-se necessário a devida reflexão sobre esse pressuposto. Coimbra & Abreu (2005) mostram o perigo da clínica em operar na produção subjetiva do “modo-de-ser-indivíduo” ao contribuir no fortalecimento da interiorização, ou seja, o aparta o indivíduo das “forças coletivas”.

¹³ Coimbra & Abreu (2005) argumentam que as produções políticas na modernidade, em suas ações normalizadoras sobre a vida estabelecem modelos e identidades que passam a orientar predominantemente tanto as práticas clínicas, quanto políticas.

históricas que tornaram possível ao indivíduo se reconhecer como o sujeito do desejo¹⁴, ou seja, como portador a *priori* de uma verdade sobre si mesmo que precisa ser desvendada.

Quando se localiza a verdade no sujeito, o aparecimento de uma vontade de saber a respeito dessa verdade será suscitado nos indivíduos. Cabe salientar: que práticas irão fomentar tais buscas? E por sua vez, a clínica enquanto prática estará disposta a interpretar uma verdade no sujeito ou romper com esses pressupostos para criar modos de viver?

Optamos por colocar ênfase na estreita relação entre clínica e criação, por acreditarmos que a produção dos diferentes modos de existir depende da capacidade de auto-criação da clínica. Compreende a clínica como um dispositivo de intervenção voltado para “produzir políticas de subjetivação” (COIMBRA & ABREU, 2005, p. 47), pois pretendemos reforçar o viés político da mesma em resistir à produção de subjetividades homogeneizadas.

Desse modo, a resistência ocorre pelo compromisso da clínica¹⁵ com a vida, trata-se de afirmar processos estilísticos de criação de si, ou seja, possibilitar o surgimento de modos inéditos de viver. Assim, pretendemos nos aproximar da idéia da clínica como dispositivo de resistência, a favor da “libertação” das vidas. A noção foucaultiana de *estilismo de si* relaciona-se com essa idéia na medida em que afirma modos inéditos de existência.

2.1 Qual a relação entre a clínica e a ética?

2.1.1 O sujeito e a verdade

¹⁴ Foucault (2003b) quer mostrar que esse desejo e o dever de expô-lo nem sempre existiu, “[...] para compreender como o indivíduo moderno podia experimentar-se como sujeito de uma sexualidade, era essencial, primeiro, determinar como, durante séculos, o homem ocidental fora levado a se reconhecer como sujeito do desejo.” (Foucault, 2003b, p. 12).

¹⁵ A produção de modos inéditos de existência resiste aos modos de serialização da subjetividade.

Segundo Escobar (1984), Foucault em entrevista a Hubert L. Dreyfus e Paul Rabinow, esclarece que possuímos os mesmos códigos gregos de proibição do século IV AC. Porém, o modo como os gregos integram a proibição em relação a si, diferencia-se consideravelmente em relação aos dias atuais. A relação com o código moral tem para nós o sentido de regulamentação e normalização. Em contraposição, os gregos fizeram um uso estético dos códigos.

Foucault (2003b) em “O uso dos prazeres”, entende a Moral como um conjunto de valores e regras de conduta prescrita por aparelhos diversos como a Igreja, família, instituições educativas e outros. É interessante notar que esse código é transmitido de modo coerente e explícito, no entanto, o cumprimento dele ocorre de forma difusa. O primeiro parâmetro da Moral diz respeito ao código e o outro abarca “[...] comportamento real dos indivíduos em relação às regras e valores que lhes são propostos [...]” (FOUCAULT, 2003b, p. 26).

A diferença entre o comportamento dos gregos e o da atualidade apresenta-se no fato de aquele incluir a escolha pessoal na imbricação entre prescrição e conduta frente a ela. A respeito dessa relação com os códigos, Foucault afirma que:

[...] a maneira pela qual eles se submetem mais ou menos completamente a um princípio de conduta; pela qual eles obedecem ou resistem a uma interdição ou a uma prescrição; pela qual eles respeitam ou negligenciam um conjunto de valores; o estudo desse aspecto da moral deve determinar de que maneira, e com que margens de variação ou de transgressão, os indivíduos ou grupos se conduzem em referência a um sistema prescritivo que é explícito ou implicitamente dado em sua cultura, e do qual eles têm uma consciência mais ou menos clara [...] (ibid, p. 26).

O código moral é transmitido de modo coerente, explícito, e ao mesmo tempo, difuso. Por conta disso, torna possível coexistir o cumprimento literal da codificação e as inúmeras possibilidades de se escapar a esse rigor. Por mais que o código exista e suponha regras restritas de condutas, haverá divergências quanto ao modo de cada sujeito conduzir-se.

A maneira de portar-se perante o código leva o indivíduo a tornar-se sujeito ético, pois, como foi dito anteriormente, sua conduta implica na constituição de si. É

importante observar que não se trata de uma conduta qualquer, mas sim de um modo de se conduzir frente à verdade instituída. Em outras palavras, significa o modo como o indivíduo equivoca o que nos é dado como verdadeiro, fato que o levará a constituir-se.

A moral abrangeria tanto os códigos, quanto as condutas perante o código, ou seja, a constituição do sujeito frente a esses códigos. O que vai diferenciar a ética grega da ética cristã se dá propriamente na mudança em relação ao sujeito ético¹⁶, ou seja, a constituição de si ocorre em relação a outra prática de si.

Portanto, a constituição da subjetividade nada tem a ver com uma verdade no interior do sujeito. Esta diferença é primordial para entendermos como, no caso dos gregos, a moralidade da conduta diz respeito a não se deixar escravizar pela ausência de escolha frente ao código. Por conseguinte, trata-se de exercer a liberdade através da estilização da conduta. Dito de outro modo, a liberdade é exercida pelo trabalho de escolher o que fazer com a existência.

Os recentes movimentos de liberação sofrem com o fato de não poderem encontrar nenhum princípio que sirva de base à elaboração de uma nova ética. Eles necessitam de uma ética, porém não conseguem encontrar outra senão aquela fundada no dito conhecimento científico do que é o eu, do que é o desejo, do que é o inconsciente etc. (ESCOBAR, 1984, p.256).

Nessa mesma entrevista¹⁷, Foucault mostra a dificuldade da ética atual, que é pautada em valores transcendentais¹⁸, em particular no conhecimento científico, ao tratar das seguintes questões: o “eu”, o desejo, o inconsciente — bem como no cristianismo¹⁹, que visa moldar o comportamento na preocupação em relação ao transcendente: “o que é Deus?” e o “que ocorre após a morte?”. Por outro lado, nada

¹⁶ Foucault vai estudar “a genealogia do sujeito como um sujeito de ações éticas ou a genealogia do desejo como um problema ético”. (ESCOBAR, 1984, p. 266).

¹⁷ ESCOBAR, C. H. (1984).

¹⁸ Cabe salientar a diferença entre transcendente e transcendental. Deleuze (2006) define transcendental como a faculdade apreendida no mundo e também a faz nascer para o mundo. Já transcendente remete a idéia de origem, a essência das coisas.

¹⁹ Foucault (1984b) percebe que da “Antigüidade ao cristianismo, passa-se de uma moral que era essencialmente a busca de uma ética pessoal para uma moral como obediência a um sistema de regras.” (FOUCAULT, 1984b, p. 290).

disso interessava aos gregos; segundo Foucault (2003b), esses valores transcendentais não se relacionariam diretamente à ética de si.

Para os gregos da Antigüidade trata-se do posicionamento subjetivo frente ao código, o que significa escolher a conduta, pois o objetivo da ética era a estética da existência, ou seja, era “[...] dar à sua própria vida uma certa forma na qual era possível se reconhecer, ser reconhecido pelos outros e na qual a própria posteridade podia encontrar um exemplo”. (FOUCAULT, 1984b, p.290) Portanto, a ética grega não visava fornecer um modelo de comportamento para todos, nem uma tentativa de normatizar a população, muito menos visava submeter o indivíduo ao código por obrigação. Trata-se antes de tudo, de exercer a liberdade.

2.1.2 O si

A ênfase dada à subjetividade por Foucault nas suas últimas obras propiciou o desenvolvimento de uma analítica em torno da subjetividade enquanto processo de transformação. Cabe afirmar que não se trata de uma nova teoria do sujeito. Deleuze (1992) esclarece que o termo sujeito em Foucault tem pouco a ver com a idéia de identidade/ interioridade por se tratar de um acontecimento, “um modo intensivo e não um sujeito pessoal.” (DELEUZE, 1992, p.123). Em outras palavras, por intensivo estamos nos referindo a relação entre as forças.

Segundo Deleuze (1992), o sujeito para Foucault não é invariante, fruto de uma essência, mas constituído pelas experiências e complexas relações que os indivíduos estabelecem consigo mesmos, com os outros e com a verdade. Logo, a constituição do sujeito é levada à condição da experiência, ou seja, o sujeito se constitui na experiência e através de práticas e tecnologias (de saber, de poder, de si).

De acordo com Levy (2003), Foucault refere-se ao sujeito como produto da subjetivação. Portanto, o sujeito não diz respeito à unidade, interioridade, nem universalidade. “Trata-se de um processo de subjetivação, ou de um Si, no sentido da relação da força com ela mesma”. (Levy, 2003, p. 87).

Para Foucault, (2002) a ética é um modo de relacionamento do indivíduo consigo mesmo. Desta maneira, a questão que se coloca é uma relação do exercício de uma prática do indivíduo. Nesse sentido, salienta-se o modo de constituição do indivíduo como sujeito moral de suas ações. O modo de subjetivação supõe aceitar a variabilidade e a diversidade, pensar a ética como criação a partir da liberdade e pensar o sujeito como obra de si mesmo.

[...] é que esses processos de subjetivação são inteiramente variáveis, conforme as épocas, e se fazem segundo regras muito diferentes. Eles são tanto mais variáveis já que a todo o momento o poder não pára de recuperá-los e de submetê-los às relações de força, a menos que renasçam inventando novos modos, indefinidamente. (DELEUZE, 1992, p. 123).

No intuito de mostrar que a principal questão para os gregos era “*technè tou biou*”²⁰, como viver. [...] o problema se constituía em qual técnica devo utilizar para viver da melhor maneira possível.” (ESCOBAR, 1984, p. 259). Assim, Foucault vai perceber que a questão dos gregos é a escolha da técnica utilizada para viver da melhor maneira possível. Dessa forma, a ética grega torna-se uma questão de escolha²¹.

A escolha transforma-se para os gregos, em “*technè tou biou*”, “*technè de si*”, isto é, o interesse está na problematização de como viver, ao invés de se constranger perante um código universal que daria conta de todos os problemas, o que vai entrar em questão é a “*estética da existência*”, o que significa sustentar a vida não como modelo, mas como uma alternativa frente ao modo hegemônico de existir — e, por conseguinte, engendrar a possibilidade de diferir na vida.

Devem-se entender, com isso, práticas refletidas e voluntárias através das quais os homens não somente se fixam regras de conduta, como também procuram se transformar, modificar-se em seu ser singular e fazer de sua vida uma obra que seja portadora de certos valores

²⁰ Foucault (2002) aponta na moral grega a transformação da maestria sobre alguém em maestria sobre si. O trabalho sobre a própria vida apóia-se em uma série de técnicas (*technè tou biou*, *ars vitae*) que não tem caráter normativo nem pretende se organizar em forma de código, mas implicam técnicas facultativas, empregadas por meio da escolha do indivíduo.

²¹ Cabe ressaltar que o que chamamos de escolha refere-se a um embate de forças na subjetividade, trata-se da administração das forças. E não uma escolha consciente de um indivíduo.

estéticos e responde a certos critérios de **estilo**. (FOUCAULT, 2003 b, p.15, grifo nosso).

Para Foucault (2003b) a arte da existência foi uma forma pela qual os gregos construíram suas vidas de modo a escolherem práticas que os fizessem transformar a si mesmos. Seu estudo a respeito da conduta da moral grega se desenvolve sem o intuito de colocá-los como modelo na tentativa de resolver problemas relacionados à existência, mas de perceber outra experiência ética que “[...] implicou uma conexão, muito forte entre o prazer e o desejo.” (ESCOBAR, 1984, p.259).

O prazer²² relacionava-se para os gregos com o trabalho de constituição de um si mesmo²³. Foucault (2003a) observa que a “[...] verdade é extraída do próprio prazer, encarado como prática recolhido como experiência [...]” (FOUCAULT, 2003a, p. 57). Nesse sentido, não há referência a uma lei que permite ou proíbe, nem a um critério de utilidade, mas é em relação a si mesmo que o prazer é levado em consideração.

[...] os filósofos e os psicanalistas explicam que o importante é o desejo, e o prazer não é nada, podemos nos perguntar se esta desconexão foi um acontecimento histórico, que não era absolutamente necessário, desligado da natureza humana, ou de alguma necessidade antropológica. (ESCOBAR, 1984, p. 259).

Desde a Grécia Antiga aos dias atuais ocorreram diferenças no entendimento das noções desejo e prazer, e a relação delas com a conduta. Há um diferencial marcante entre *ars erótica* e ciência da sexualidade, uma vez que essa última estaria mais interessada em perceber a essência de um sujeito que deseja, ou em outras palavras, de um desejo interiorizado num sujeito.

O que vai interessar Foucault (2003b) é:

²² No texto, “Desejo e Prazer” (1996), Deleuze relata a divergência entre ele e Foucault em relação à concepção de desejo. Sendo que para Foucault, desejo remeteria à falta, à repressão, tal como utilizada pelos psicanalistas. Ele utilizou a expressão prazer para traduzir o que em Deleuze (1996a), se expressaria como desejo. Em contrapartida, a palavra prazer em Foucault entra em atrito com as teses de Deleuze (1996a), por fazer referência, no entendimento deste autor, à interrupção do fluxo desejante, o que significaria que o sentido desse conceito (prazer) estaria mais próximo aos estratos. Nos “Diálogos” (1998), Deleuze e Parnet afirmam que o prazer interrompe o processo do desejo.

²³ ESCOBAR, C. H. (1984).

[...] estudar os jogos de verdade²⁴ na relação de si para si e a constituição de si mesmo como sujeito, toma-se como espaço de referência e campo de investigação aquilo que poderia chamar-se 'história do homem do desejo'. (FOUCAULT, 2003b, p. 11).

Foucault questiona a preocupação do século XIX, em eleger o comportamento sexual de um sujeito como o objeto de estudo. Trata-se, antes de tudo, de analisar o modo como o indivíduo se constitui e se reconhece como sujeito. Consiste em interrogar os “jogos de verdade”, as condições histórico-políticas de sua produção.

Na Antigüidade, também houve uma problematização de si, mas nesse caso, a atividade e os prazeres sexuais estavam voltados para o critério da estética da existência. Este critério refere-se a práticas voluntárias de fixar para si regras de conduta no intuito de transformar seu ser. Tais regras tinham o compromisso de fazer da vida uma obra de arte, ou seja, o comprometimento estava com a modificação de si mesmo. Deste modo, Foucault (2003 b) assinala a função ética e estética dessas regras, por propor aos indivíduos a análise sobre suas próprias condutas.

Em seus últimos estudos, Foucault apresenta um sujeito que se contrapõe a um sujeito do desejo. Partindo-se da não existência de um sujeito do desejo como dado, torna-se possível pensar um modo de “[...] nos criar como uma obra de arte”. (ESCOBAR, 1984, p. 262). A criação subjetiva engendrada pela técnica de si nada teria a ver com uma essência, e sim com condições contingentes e históricas. Além disso, a concepção grega da subjetivação opera sob um segundo viés. Ao permitir a escolha na relação com o código moral irá implicar na constituição do sujeito ético, ou seja, a maneira pela qual o indivíduo se constitui em relação à moral. Sendo assim, a ética se daria pela maneira como o indivíduo se constitui como sujeito moral.

Foucault (2002) estabelece o “Si” como aquilo do que podemos ser mestre, no sentido de ocupar-se. Trata-se de uma escolha feita pelo indivíduo para construir sua existência, a partir da problematização do que se faz, do que se pensa e sente.

²⁴ No livro “Focault” (2006), Deleuze argumenta que os jogos de verdade são os processos de produção do verdadeiro. Deste modo, a verdade não pode ser separada do processo que a estabelece. Deleuze (2006) explica que a verdade é produzida pelo poder e produz poder. O discurso verdadeiro emerge segundo as necessidades de uma sociedade. Essa faz funcionar determinados discursos como verdadeiros ou falsos que vão exercer coerções para se universalizar valores e condutas.

2.1.3 Processo de Subjetivação

Deleuze (1992) percebe em Foucault três modos de constituição²⁵ do sujeito na relação com a verdade, na ação sobre os outros e na moral, respectivamente estaria-se nos domínios do Saber, do Poder e da Subjetivação. Com intuito de compreensão metodológica, de acordo com Escobar (1984), costuma-se dividir a obra foucaultiana em Arqueologia, Genealogia e Ética.

Em linhas gerais, na **Arqueologia** sustentam-se as condições de surgimento dos saberes²⁶ que se configuravam tanto em instituições como nos estatutos das ciências humanas na modernidade. A questão seria o que podemos ver e dizer em tais momentos históricos, no que se refere ao que poderíamos saber.

Já a segunda fase corresponde à **Genealogia**. Neste momento, a perspectiva abrange a problemática do poder²⁷. Passa-se a analisar o campo das práticas sociais no cotidiano do indivíduo. Em relação ao poder, a indagação seria: o que é preciso enfrentar e quais nossas possibilidades de resistência em cada época?

O último período da obra de Foucault (2002) correspondente ao estudo da **Ética**. O autor se preocupa em saber como se dá a constituição do sujeito a partir da relação deste consigo mesmo. Trata-se de questionar os diversos modos de sujeição pelo qual o sujeito se reconhece e se afirma. A seguir, trabalharemos a noção sistematizada de ética em Foucault.

²⁵ Deleuze (1992) dirá que o modo de constituição do sujeito, para Foucault, refere-se ao que somos capazes de ver e dizer em determinado período histórico.

²⁶ Segundo Deleuze (1992), Foucault em “As palavras e as coisas” dissocia o ver e o falar. Não se fala do que se vê e muito menos vê o que é dito. Nessa dissociação, a representação fica comprometida porque a palavra não remete a coisa.

²⁷ Deleuze (2006a) esclarece que a definição de poder para Foucault consiste em relações de forças. E que as forças nunca estão no singular, estão sempre em relação. “[...] ela tem característica essencial estar em relação com outras forças, de forma que toda força já é relação [...] a força não tem objeto nem sujeito a não ser força.” (DELEUZE, 2006 a, p.78). Por relações Deleuze (2006a) afirma que Foucault entende como ações sobre ações, como por exemplo, incitar, induzir, desviar, ampliar ou limitar. O poder não pode ser considerado repressivo porque não consiste numa propriedade de alguém, não opera através da repressão. É um exercício, é operatório aparece como um afeto, pois as relações entre as forças compõem como a função de afetar para ativar ou reativar.

2.1.4 Os quatro aspectos da Ética:

Uma coisa é proferir uma interdição; outra é determinar se as pessoas irão obedecê-la. Outra, ainda, é inventar um modo de as pessoas se transformarem não simplesmente em agentes morais, mas num tipo moral de seres ou pessoas. É isso que Foucault chama 'ética'. Dado um conjunto mais ou menos explícito de prescrições e proibições — o que Foucault denomina código moral —, é possível examinar as práticas mediante as quais as pessoas foram incitadas a adquirir uma natureza moral. (RAJCHMAN, 1993, p. 107).

Foucault (2003b) sistematiza a ética²⁸ em quatro aspectos para analisar as contingências que levam o indivíduo se transformar em sujeito ético:

Substância ética seria a base de importância ou o parâmetro pela qual o sujeito regula sua existência. Por exemplo, para os gregos, a substância ética consistia em associar os atos e o prazer. O **Modo de Sujeição** refere-se à forma que o indivíduo é convencido a reconhecer sua existência sob o parâmetro da substância ética. É o modo em que o indivíduo é atraído para dominar a si mesmo a partir das escolhas que faz.

O terceiro aspecto trata-se de **Prática de si**²⁹, de que forma nos elaboramos através das práticas para nos comportarmos eticamente e, por último, a **Teleologia** consiste no que aspiramos quando nos comportamos da forma que escolhemos.

2.1.5 Relação com o si: constituição de modos de existência

A relação consigo nada tem a ver com o deciframento do eu, de um culto a si, de uma verdade a ser descoberta, mas se trata de voltar-se para “si” como obra de arte, “[...] uma espécie de relação política entre o eu e o si.” (Escobar, 1984, p. 271).

²⁸ Rajchman (1993) estabelece “ético” para se “[...] referir ao tipo de vida que se é incitado a levar, ou ao estado moral especial que se é convidado a atingir.” (RAJCHMAN, 1993, p. 107).

²⁹ De acordo com Escobar (1984), Foucault refere-se à prática de si ou ascetismo como matriz constitutiva do indivíduo. Deleuze & Parnet (1998) articulam a ascese ao desejo, afirmando que ela é a condição do desejo, e não a sua disciplina ou a sua interdição.

Foucault defende em seus livros *História da Sexualidade: O uso dos prazeres* (2003b) e *História da Sexualidade: O cuidado de si* (2002) que a relação do homem consigo mesmo não se baseia em nenhum fundamento nem tampouco numa reflexão sobre o sujeito como dado, prévio à experiência. O que interessa a Foucault não seria, portanto um sujeito que deseja, ou até mesmo o conceito de sexo, desejo, ou repressão, mas o grau de liberdade que o sujeito pode ter a partir da relação que estabelece com a própria existência do código.

Como Deleuze (1992) assinala, Foucault desenvolve o conceito de “Si” como relação a “Si”, o que significa “[...] relação de força consigo, [...] trata-se de uma ‘dobra’ da força” (DELEUZE, 1992, p.116).

A relação da força consigo é que cria a existência. Agora não se trata de regras codificadas (relações entre formas), como no saber, nem de regras coercitivas (relação entre forças), como no poder, mas de regras facultativas (relação a si) que produzem existência como obra de arte. (LEVY, 2003, p.87).

Segundo as palavras deleuzianas, a subjetivação refere-se à constituição de modos de existência que resistam à apropriação do poder, furtando-se também aos registros do saber. Coloca-se em relevo que segundo Deleuze (1992), o interesse de Foucault é pensar como ocorre a resistência ao poder, de modo a escapar da binarização entre deter o poder ou se submeter a ele.

Essa transposição do poder seria a preocupação foucaultiana, desse modo, ultrapassar o poder seria fazer “[...] curvar a força, fazer com que ela mesma se afete, em vez de afetar outras forças: uma dobra, uma relação da força consigo.” (DELEUZE, 1992, p.123) Levy (2003). Assinalamos a subjetivação como a questão ética em Foucault. “Dobrar a força é, na verdade, um gesto ao mesmo tempo ético e estético: constituir novos modos de existência e constituí-los como obra de arte.” (LEVY, 2003, p. 87).

É nesse sentido que Levy (2003) afirma a estética e a ética como indissociáveis. Por um lado, a ética concerne às práticas de si, mediante relações consigo que resistem ao saber e ao poder. Por outro lado, a estética está na criação de novos

estilos de vida e ao mesmo tempo, podemos considerá-la como um modo de resistência à homogeneização.

Curvar a força é resistir, é ultrapassar o poder. Esse movimento de dobrar a força sem que ela deixe de ser força, Foucault busca-o nos gregos. Eles foram os primeiros a relacionar a força consigo mesma sem deixá-la perder sua propriedade de força (afinal, quem poderia pretender governar os outros se não governa a si próprio?). (LEVY, 2003, p. 86).

Levy (2003) aponta que o interesse foucaultiano pelos gregos ocorre por esses terem inventado o sujeito como produto de uma subjetivação, sem uma determinação universal; por eles terem vergado a força, e, por conseguinte, inventarem novos modos de existência, novas subjetividades.

Portanto, não haveria verdade última a ser encontrada, “[...] a experiência de si não é uma descoberta de uma verdade escondida no seu interior, mas uma tentativa de determinar o que se pode ou não fazer com uma liberdade disponível³⁰.” (ESCOBAR, 1984, p. 275).

Cabe questionarmos: de onde surgiu essa vontade de saber sobre nós mesmos — vontade essa pautada num autoconhecimento que dirá a verdade sobre um sujeito. Na seção seguinte, passaremos à discussão do surgimento da vontade de saber para articulá-la aos perigos quando a clínica se efetiva como um dispositivo para descobrir um fundamento escondido no sujeito.

Em vez da preocupação uniforme em esconder o sexo, em lugar do recato geral da linguagem, a característica de nossos três últimos séculos é a variedade, a larga dispersão dos aparelhos inventados para dele falar, para fazê-lo falar, para obter que fale de si mesmo, para escutar, registrar, transcrever e redistribuir o que dele se diz. (Foucault, 2003 a, p. 35).

³⁰ A discussão entre liberdade e ética será abordada na seção: 2.3- A clínica como resistência, subitem: A libertação.

2.2 Os perigos à Clínica

2.2.1 A vontade de Saber

No século XIX, a experiência da sexualidade foi atrelada a noção do sujeito. Iniciou-se uma mudança em relação à constituição subjetiva, nesse momento surge o indivíduo como sujeito de uma “sexualidade”. Trata-se de práticas que forçam os indivíduos a reconhecerem-se como sujeitos desejantes.

Foucault (2003a) ressalta que o reflexo disso é o interesse do indivíduo voltar-se para si, no intuito de descobrirem a verdade de seu ser. É necessário, portanto, analisar essas práticas que levaram os indivíduos a exercerem sobre si a decifração de uma verdade que lhes diria respeito.

Na História da Sexualidade: A vontade de saber (2003a), Foucault percebe que tanto o poder quanto os discursos sobre o sexo sempre foram mal-compreendidos sob o estigma da repressão, e que este seria o ponto de partida das teorias de Freud e de Reich. Em função de um novo conceito: o “dispositivo da sexualidade”, a partir do século XVIII, multiplicaram-se os discursos sobre o sexo. São esses discursos que Foucault elege para demonstrar como as estratégias de poder são imanentes à vontade de saber.

Se o poder não é simples violência, não é só porque ele próprio passa por categorias que exprimem a relação da força com a força (incitar, induzir, produzir um efeito útil, etc.), mas também porque, em relação com ao saber, ele produz verdade, enquanto faz ver e faz falar. Ele produz verdade enquanto problema. (DELEUZE, 2006, p. 90).

O que se verifica é o abandono de uma visão tradicional do poder onde sua atuação se basearia fundamentalmente em seus aspectos negativos da interdição e repressão em relação à sexualidade. Trata-se da “produção do sexo” no século XVIII — desse modo o discurso em que o sexo e a revelação da verdade do sujeito estão ligados.

“Dizer que o sexo não é reprimido, ou melhor, dizer que entre o sexo e o poder a relação não é a de repressão, corre o risco de ser apenas um paradoxo estéril.”

(Foucault, 2003 a, p.13). A questão para Foucault (2003 a), não é tanto de rejeitar a hipótese repressiva, mas verificar que o próprio discurso que se dirige contra a repressão faz parte da mesma rede histórica que faz evidenciar a sexualidade.

Assim, cabe pensar os efeitos do poder induzidos pelo dispositivo da sexualidade, enfim o que eles fazem surgir. O que se trata aqui é perceber a maneira pelo qual o poder infiltra-se de modo incisivo nas questões das condutas dos sujeitos que nada lhe diria respeito de forma direta. “Que caminhos lhe permitem atingir as formas raras ou quase imperceptíveis do desejo, de que maneira o poder penetra e controla o prazer cotidiano.” (Foucault, 2003a, p.16).

Foucault (2003a) assinala que é a respeito disso que devemos estar atentos. Houve, nos últimos três séculos, toda uma aparelhagem social para produzir discursos. O objetivo disso seria a “gestão do sexo”, reduzindo sexualidades singulares, e, conseqüentemente suprime subjetividades singulares. Desse modo, não haveria anulação entre prazer e poder, já que ambos “[...] não se voltam um contra o outro, seguem-se, entrelaçam-se e se relançam”. (Foucault, 2003a, p. 48).

O importante é que o sexo não tenha sido somente objeto de sensação e de prazer, de lei ou de interdição, mas também de verdade e falsidade, que a verdade do sexo tenha-se tornado coisa essencial, útil ou perigosa, preciosa ou temida; em suma, que o sexo tenha sido constituído em objeto de verdade. (Foucault, 2003 a, p. 56).

Foucault (2003a) reporta sua crítica ao desenvolvimento de uma ciência sexual em nossa civilização, que visa atrelar uma verdade do sexo no sujeito oriunda da relação que ele estabelece com o sexo. Assim, o sujeito surge como portador de uma verdade que deveria ser buscada no exame de si mesmo, as certezas fundamentais a respeito de si. Sobre o efeito dessa concepção Foucault (2003) diz o seguinte:

Em compensação, a instância de dominação não se encontra do lado do que fala (pois é ele o pressionado), mas do lado de quem escuta e cala; não do lado do que sabe e responde, mas do que interroga e supostamente ignora. E finalmente, esse discurso de verdade adquire efeito, não em quem o recebe, mas sim naquele de quem é extorquido. (Foucault, 2003 a, p. 62).

Segundo Foucault (2003a), a confissão é o dispositivo que rege a produção do discurso verdadeiro sobre o sexo. Trata-se de reconstituir uma verdade intrínseca ao “sujeito” a partir do conhecimento a respeito da sexualidade dele. Nesse sentido, apontamos o perigo da clínica em operar na reprodução desses discursos a respeito de uma interioridade que revelaria uma verdade, algo transcendente acerca daquele sujeito. Questionamos se a clínica quando se posiciona em favor de uma busca do verdadeiro ocuparia um lugar de confessor, ou seja, se ela estaria empenhada em fazer revelações. E, se algo precisa ser revelado é porque se acredita na existência de uma verdade como dada, natural. A consequência disso é se ignorar toda uma produção dos objetos, dos sujeitos dentro de uma formação histórica. Na clínica, a consequência de se desprezar os acontecimentos, as produções é o esmagamento dos processos de singularidade que a atravessam. Defendemos a possibilidade de a clínica enviesar-se dessa e de outras práticas perigosas que colocam em risco a potência em produzir diferenças.

2.2.2 Gestão da vida

Na contemporaneidade, a vigilância sobre as subjetividades ocorre por meio de estratégias biopolíticas, que possuem por objetivo maior o controle através de mecanismos que incidem sobre a vida. Cabe, nesse momento, pensar os processos atuais de produção de subjetividade e, para isso, damos um passo em direção ao conceito de biopoder³¹ em Foucault.

“O poder se situa e exerce ao nível da vida, da espécie, da raça e dos fenômenos maciços de população.” (FOUCAULT, 2003a, p. 129). De acordo com Foucault, o poder assume a gestão da vida, já que o interesse não é mais causar a morte ou deixar viver, mas a substituir um poder por outro que cause a vida ou deixe morrer. Em outras palavras, na atualidade, a função do poder investe na regulação da vida.

³¹ Foucault (2003a) define como biopoder, o movimento do poder político na gestão da vida.

“As disciplinas do corpo e as regulações da população constituem os dois pólos em torno dos quais se desenvolveu a organização do poder sobre a vida.” (FOUCAULT, 2003a, p. 131). Foucault (2003a) analisa que o poder sobre a vida se desenvolve a partir do século XVII e exerce dois modos de constrangimento sobre o corpo. O primeiro modo ocorre pelo adestramento do corpo assegurado por procedimentos disciplinadores. E, para isso, houve a consolidação de um grande número de instituições - como família, hospitais, prisões e escolas – destinadas ao controle dos corpos. O objetivo seria suprimir comportamentos divergentes através da formatação das condutas. A outra forma de poder ocorre concomitante com o primeiro, trata-se do controle das populações, o qual se engendra aos poucos no cenário histórico, principalmente no fim do século XVIII, apodera-se do corpo-espécie, uma vez que se trata do controle das populações.

Foucault (2003a) percebe que haverá entre essas duas formas de poder (a disciplina e a regulação da população) “[...] agenciamentos concretos que constituirão a grande tecnologia do poder no século XIX: o dispositivo de sexualidade será um deles, e dos mais importantes.” (FOUCAULT, 2003a, p. 132). Portanto, o poder incide sobre o dispositivo da sexualidade, ele situa sua ação entre os corpos dos indivíduos singulares e a unidade múltipla da população.

No século XVIII, observou-se “[...] a entrada da vida na história — isto é, a entrada dos fenômenos próprios à vida da espécie humana na ordem do saber e do poder — no campo das técnicas políticas.” (FOUCAULT, 2003a, p. 133). Isso significa que a vida entrou no cenário político, ou seja, o biológico sofrerá a interferência do poder e será alvo dos procedimentos do saber. Essa relação nos leva à noção foucaultiana de biopoder. É interessante notar que o produto principal desse poder sobre a vida é a norma, uma vez que para o poder soberano a “[...] lei sempre se refere ao gládio. Mas um poder que tem a tarefa de se encarregar da vida terá necessidade de mecanismos contínuos, reguladores e corretivos.” (FOUCAULT, 2003a, p. 135). Desta forma, o biopoder precisa qualificar os indivíduos em torno da norma, de modo a operar uma regulação da vida.

“Uma sociedade normalizadora é o efeito histórico de uma tecnologia de poder centrada na vida.” (FOUCAULT, 2003a, p. 135). Para aprofundarmos esse assunto,

seguimos para o próximo item, em que serão abordadas as questões da normalização em contraposição a normatividade.

2.2.3 Normalização e Normatização da Vida

Portanto, o normal é, ao mesmo tempo, a extensão e a exibição da norma. Ele multiplica a regra, ao mesmo tempo em que a indica. Uma norma tira seu sentido, sua função e seu valor do fato de existir, fora dela, algo que não corresponde à exigência a que ela obedece. (CANGUILHEM, 2000, p.211).

Canguilhem (2000) afirma que normalizar é impor uma exigência a uma existência, o que implica submeter à diferença existencial à regularidade. Nesse sentido, é importante notar que a norma apresenta como uma operação que pretende unificar o diverso. Depreende-se que a norma não tolera desvios das suas condições de validade e também não consegue se transformar em outra norma.

No entanto, segundo Canguilhem (2000) cabe salientar que a norma, só possui validade por estar calcada em uma vontade que privilegia uma experiência em detrimento de outra possibilidade. Isso significa que, quando as condições de possibilidades da norma invertem a preferência, aquilo que causava repulsa passa a ascender primazia.

A normalização deprecia o que não está dentro da regra. Assim, a norma se impõe como referência, e ela irá proceder discriminações. Portanto, há uma relação de exclusão entre os elementos que obedecem à norma e aqueles que se desviam.

Canguilhem percebe que “[...] a infração não é a origem da regra, mas a origem da regulação.” (CANGUILHEM, 2000, p.214). Em outras palavras, a diferença é que irá fundar a normalização por ter fugido ao que ocorre com regularidade. Ou seja, quando surge a diferença, é que os dispositivos aparecem para dar inteligibilidade à mesma. Ao se definir o que é preferível, ou não, surge o padrão. Assim, como consequência do surgimento da norma, o a-normal origina-se pela comparação ao normal. Por

consequente, o anormal³², enquanto a-normal, estará em segunda posição em relação à regra. A argumentação de Canguilhem sustenta que a “[...] norma não existe, apenas desempenha seu papel que é desvalorizar a existência para permitir a correção dessa mesma existência.” (CANGUILHEM, 2000, p.55).

O ponto em relevo na discussão de Canguilhem (2000) ressalta que “[...] a vida não é indiferente às condições nas quais ela é possível, [...] a vida é polaridade e por isso mesmo, posição inconsciente de valor, em resumo, [...] a vida é, de fato, uma atividade normativa.” (Canguilhem, 2000, p.96). Tal passagem desenvolve a concepção de Canguilhem (2000) a respeito da normatividade biológica, que define o normativo como o organismo que institui normas e a normatividade da vida como um fato que fundamenta as escolhas e as preferências dos viventes. Portanto, a normalização se diferencia de normatização. Enquanto a primeira condena a diferença, a outra faz da diferença uma estratégia para potencializar a existência.

Seguindo essas indicações, observamos em Canguilhem (2000) que nem toda diversidade é doença. Assim, a anomalia³³ pode não ser patológica, pois as diferenças que apresenta permitem outras possibilidades de experiência na vida. Nesse sentido, o patológico apresenta uma norma diferente. O que decide a superioridade de uma norma em relação à outra será a adaptação do organismo diante das situações ambientais com as quais se confronta.

Do que foi exposto até aqui, pode-se fazer algumas considerações em relação à clínica. Observa-se na vida de alguns pacientes a exigência para o estabelecimento de novas normas para si com o intuito de permitir a continuidade da vida. Em contrapartida, o que se constitui como problema é que quando a mudança é depreciada em relação à norma, o que se perde aí é a possibilidade do processo de criação. Por

³² Para efeitos de entendimento, chamamos de anormal o que surge como diferença. E, utilizamos o termo a-normal para indicar que a diferença passou por uma normalização.

³³ Rolnik (2003) explica que anomalia é uma palavra de origem grega que designa o rugoso, o singular. Já a anormalidade possui origem latina que qualifica aquele que contradiz a regra. Na perspectiva latina, as manifestações do que é mais próprio da vida, são interpretadas de modo negativo. A autora defende que na atualidade haveria um deslocamento desse ponto de vista. A tendência seria interpretar a anormalidade como anomalia, uma vez que tomadas em sua positividade, tais manifestações passam a ser acolhidas por sua singularidade. No entanto, esse investimento na anomalia não significa a afirmação da potência criadora da vida, pelo contrário, consiste numa captura mais nefasta. O que ocorre é a conversão da anomalia em matéria-prima para fabricação de uma referência homogeneizadora.

conseqüência, há um comprometimento na sustentação de uma vida mais potente, uma vez que as possibilidades de se inventar outros caminhos está vetado.

Em virtude da conservação de uma mesma norma a vida torna-se vulnerável, há um enfraquecimento da potência de criação. Assim o adoecimento subjetivo ocorre pela perda dessa capacidade normativa, ou seja, se perde o desempenho de criar novas normas.

Para Rolnik (2003), o estatuto da potência criadora no contemporâneo é marcado por uma ambigüidade. Isso acontece porque, por um lado, essa potência age no sentido de criar novos modos de vida, porém, por outro lado, funciona para promover a manutenção dessas mesmas formas de viver. Essa potência criadora não pretende viabilizar a afirmação da vida, ou seja, inventar territórios que possibilitem sua expansão, mas, sim, conservar existências pré-determinadas. A singularidade na subjetividade, ou seja, a capacidade de criação encontra-se em perigo no contemporâneo. De um lado, as singularidades podem se converter em matéria-prima para identidades, isto é, modos de viver que em nada altera as relações e condições já existentes, e de outro, serem apenas passivas consumidoras de referências vigentes.

O desafio está em enfrentar a ambigüidade desta estratégia contemporânea do capitalismo, colocar-se em seu próprio âmago, associando-se ao investimento do capitalismo na potência criadora, mas negociando para manter a vida como princípio ético organizador. (ROLNIK, 2003, p. 209).

Embora haja o incentivo a criação, o capitalismo se reapropria dessa potencia singular e a converte a um destino conhecido. Assim, ele esvazia toda a possibilidade política, pois ao reduzirem as experiências que causam impacto, estranhamento; pretende extinguir os encontros, o surgimento das oportunidades de se formar um coletivo, a conseqüência é diminuir a capacidade dos homens em refletir o modo que conduzem a vida e problematizar que outras possibilidades de existir são possíveis.

2.2.4 A problemática da clínica

“Como se engendra a crença de que uma prática como a clínica, cujo foco de invenção é a vida humana, pode ser a-política?” (COIMBRA & ABREU, 2005, p. 43). Segundo essas autoras, para Foucault, o biopoder ao incidir sobre a vida nos impede de separar a vida humana das técnicas de políticas, uma vez que estas definem o modo de viver, pensar, agir, sentir. Desse modo, não haveria separação possível entre clínica e política.

Problematizamos o fazer clínico na função de contribuir para a lógica do capitalismo ao adaptar indivíduos reproduzindo saberes legitimados, reforçando discursos, produzindo verdades ou até mesmo pacificando inquietações. Coimbra & Abreu (2005) salientam que o problema a ser enfrentado é o modo específico de subjetivação contemporânea que está implicado numa política de individualização. As tecnologias de poder incidem sobre a vida humana e separam

[...] a forma-homem do coletivo de forças que a compõe. Ao ser subjetivado como indivíduo, uma política de assujeitamento se instala pela via da desconexão de um coletivo [...], um conjunto das mais diversas forças, [...] em seu processo contínuo de produção diferenciada de si e de mundos, que aparece como questão. (COIMBRA & ABREU, 2005, p. 47).

Nosso intuito é pensar por quais meios se pode resistir às práticas desse poder sobre a vida. Nesse sentido, “[...] não é que a vida tenha sido exaustivamente integrada em técnicas que a dominem e gerem; ela lhes escapa continuamente.” (FOUCAULT, 2003a, p. 134).

Deleuze (2006) explica que, para Foucault, há uma pressuposição recíproca entre as relações de saber e poder. “As ciências do homem não são separáveis das relações de poder que as tornam possíveis [...]” (DELEUZE, 2006, p.82). Por isso, salientamos a importância de enviesar o papel que a sociedade espera de nós, psicólogos, por estarmos imbuídos também nesse complexo saber-poder³⁴.

³⁴ Segundo Deleuze (2006), Foucault estabelece que não há modelo de verdade que não remeta a um tipo de poder, nem saber ou ciência que não exprima um poder se exercendo.

Portanto, o posicionamento nesse trabalho consiste em problematizar as atribuições conferidas à prática clínica. Torna-se necessário refletir a respeito do que se propõe a clínica. Se considerarmos que ela possui o objetivo de deixar a vida escapar, fazer proliferar a diferença, isso significa que a proposta clínica consiste em facilitar o processo subjetivo por ele estar atrelado à resistência aos modos de vida serializados.

Como vimos nos itens anteriores, Foucault (2003 a) designa biopolítica a esta proliferação de tecnologias que investiu sobre o corpo e sobre as maneiras de existir. Cabe problematizar que “[...] as forças que resistem se apoiam exatamente naquilo sobre o que ele (biopoder) investe — isto é, na vida e no homem enquanto ser vivo.” (FOUCAULT, 2003a, p.136).

Não estaríamos aqui também, ao afirmar os modos de existência, investindo no mesmo objeto que o biopoder?

2.2.5 O Biopoder e a vida

As lutas que colocam e questionam o sistema de poder desde o século XIX, “[...] já não se fazem em nome de um retorno aos antigos direitos, [...] o que é reivindicado e serve de objetivo é a vida, entendida como necessidades fundamentais, a essência concreta do homem, a realização de suas virtualidades, a plenitude do possível.” (FOUCAULT, 2003a, p.136).

O que Foucault (2003a) salienta é a vida como objeto de luta política contra o sistema que tentava controlá-la. Estas lutas políticas referem-se a afirmações de direito à saúde, à felicidade e “[...] encontrar o que se é e tudo o que pode ser, esse direito tão incompreensível para o sistema jurídico clássico foi à réplica política a todos esses novos procedimentos de poder [...]” (FOUCAULT, 2003a, p.136).

Para respondermos à pergunta do final do subitem anterior a respeito do paradoxo que é resistir ao capitalismo e, ao mesmo tempo, produzir discursos em relação ao mesmo objeto de investimento do poder, ou seja, a vida, ressaltamos o fato de lutas que combatem o biopoder, o fazem utilizando-a como instrumento de resistência. Haveria dois modos de investir sobre a vida. Cabe, portanto, distinguir em

relação à natureza dos investimentos aqueles que capturam os modos de existência, ou seja, reduzindo as possibilidades de viver a uma certa finitude de experiências consideradas “normais”, “certas”, daqueles movimentos que fazem a vida proliferar.

Foucault (2003a) afirma que o biopoder foi necessário à ampliação do capitalismo,

[...] que só pode ser garantido à custa da inserção controlada dos corpos no aparelho de produção e por meio de um ajustamento dos fenômenos de população aos processos econômicos. (FOUCAULT, 2003a, p. 132).

A consequência é um poder feito para exercer regulações sobre a vida, em que os massacres acontecem em nome da vida, ou seja, o genocídio ocorre

[...] em nome da raça, do espaço vital, das condições de vida e de sobrevivência de uma população que se julga melhor, e que trata seu inimigo [...] como um agente tóxico ou infeccioso, uma espécie de ‘perigo biológico’. (DELEUZE, 2006, p. 99).

Contudo, há outro modo de investir na vida. Esse investimento ocorre mediante a percepção da impossibilidade de restringir a vida a padrões. Ele consiste em afirmar a vida como múltipla, e por considerá-la assim, resiste a toda forma de constrangimento da mesma e isso consiste em afirmá-la.

Através da análise de Deleuze em seu livro “Foucault” (2006), podemos construir nossa argumentação a respeito da resistência ao biopoder também investir na vida. Para resistir às capturas da vida, segundo Deleuze (2006), é necessário extrair do homem as forças. “A vida se torna resistência ao poder quando o poder toma como objeto a vida.” (DELEUZE, 2006, p. 99).

O que queremos dizer é que a resistência não partiria de um vitalismo, de um modo de viver. Ao contrário, estamos afirmando que a resistência vem das próprias relações de poder. O que podemos dizer é que o poder, ao tomar como objeto a vida, suscita a resistência ao poder através da própria vida.

Ainda com Deleuze (2006), podemos afirmar que para Foucault as relações de poder são relações entre as forças. Como foi dito anteriormente, extrair do homem as forças significa afetar os diagramas do poder. Segundo Deleuze (2006), os diagramas são mapas das relações de forças que atuam como causa imanente dos

agenciamentos concretos. A causa é imanente porque os efeitos atualizam as relações de poder. Deste modo, a vida atualiza as forças nas relações do diagrama.

Com efeito, um diagrama de forças apresenta, ao lado das (ou antes, “face às”) singularidades de poder que correspondem às suas relações, singularidades de resistência, os “pontos, nós, focos” que se efetuam por sua vez sobre os estratos, mas de maneira a tornar possível a mudança. (DELEUZE, 2006, p. 96).

E se a força define-se como “[...] o poder de afetar outras forças [...]” (DELEUZE, 2006, p.79), nesse sentido a “[...] força afetada não deixa de ter uma capacidade de resistência.” (DELEUZE, 2006, p.79). Assim, as análises deleuzianas remetem para a noção do diagrama como lugar³⁵ das mutações, pois ele exhibe as relações entre as forças, bem como permite também as possibilidades de produção das singularidades.

2.2.6 O perigo principal

Os autores Deleuze (1988) e Foucault apontam a necessidade de se ficar à espreita, no sentido de se verificar qual é o perigo atual, ficando atento para o que não funciona mais. De acordo com Escobar (1984), Foucault afirma que “[...] a escolha ético-política que temos que fazer a cada dia é determinar qual é o perigo principal.” (ESCOBAR, 1984, p. 279). Voltando ao nosso foco, por quais perigos a clínica passa?

No exame psicológico há uma incidência de um micropoder sobre os indivíduos. Torna-se então importante problematizar a clínica como um dispositivo de produção de verdade. Portanto, consideramos que as “[...] ciências do homem não são separáveis das relações de poder que as tornam possíveis e que suscitam saberes [...]” (DELEUZE, 2006, p. 82).

A análise da clínica torna-se importante, uma vez que “[...] tudo é prática; mas a prática do poder permanece irreduzível a toda prática do saber.” (DELEUZE, 2006, p.

³⁵ Este lugar é entendido por Deleuze (2006) como não-lugar, por não ser da ordem das formas, mas das forças. Esse não-lugar refere-se à composição das forças que produzem acontecimentos.

82). A clínica, enquanto prática, é instrumentalizada por relações de força que atualizam o próprio saber psicológico, de modo que esta prática da psicologia é uma das forças constituintes da produção de subjetividade contemporânea. Assim sendo, ela fortalece tais práticas de saber dessa disciplina, mesmo que não se faça às expensas de um processo de serialização subjetiva.

“As relações de poder são relações diferenciais que determinam singularidades (afetos).” (DELEUZE, 2006, p.83). Deleuze (2006) afirma que os agentes de estratificação³⁶ capturam as singularidades e as fixam sob formas reprodutoras. Visualizamos na clínica esta despotencialização de vidas que se reproduzem infinitamente: vidas estereotipadas, sintomáticas, enfim, existências que perdem suas potências de inventar maneiras de viver.

Como atuar na clínica em constante diferenciação? Em “Diálogos” (1998), Deleuze e Parnet referem-se aos perigos da psicanálise³⁷ em sobrecodificar o desejo em axiomáticas, ou seja, em formas e estruturas. Ao rebater o desejo em cadeias significantes de um sujeito, efetua-se uma adaptação da experiência desejante coletiva a uma verdade estabelecida. E, é esse o alerta dos autores, em relação ao empreendimento clínico, ou seja, a clínica pode reduzir a diversidade de uma experiência a pressupostos, a verdades que nada diriam respeito ao caráter heterogêneo das relações que compõem a subjetividade.

Conforme, Deleuze & Parnet (1998) torna-se necessário propor estratégias para a clínica. Isso implica em favorecer as experimentações na clínica, fazer a subjetividade habitar formas mais porosas, mais flexíveis. Para Deleuze (2006), “[...] toda forma é um composto de relações de forças.” (DELEUZE, 2006, p.132). Dessa citação, torna-se importante perceber que as formas são sempre um resultado de forças que entram em relação.

Diante dessa concepção, nossa proposta clínica se dispõe a perceber as forças com que se quer conectar para dar prosseguimento à abertura desejante. Nas palavras

³⁷ O interesse aqui não é o de fazer contrastar a clínica psicanalítica e o pensamento da diferença, privilegiando esse último e criticar a primeira, mas, sim, perceber o quanto de perigo existe nas diversas práticas clínicas da psicologia para não cairmos nas armadilhas do capital.

deleuzianas: “Trata-se de saber com quais outras forças as forças no homem entram em relação, numa ou noutra formação histórica, e que forma resulta desse composto de forças.” (DELEUZE, 2006, p. 132). Esses autores consideram a clínica como uma zona de intensidade e indeterminação, eles levam em conta o fato de ela operar em um plano das forças.

Portanto, essa proposta clínica pretende facilitar processos de singularização ao produzir a síncope nos sentidos e engendrar um novo espaço, o do Interstício. Deste modo, a urgência está em romper com as formas deterministas, as representações universalizantes, as estruturas absolutas que fecham os sentidos, as possibilidades de se relacionar com outros e de ser /estar no mundo.

2.3 A clínica como resistência

[...] nas relações de poder, há necessariamente possibilidade de resistência, pois se não houvesse possibilidade de resistência – de resistência violenta, de fuga, de subterfúgios, de estratégias que invertam a situação -, não haveria de forma alguma relações de poder. (FOUCAULT, 1984a, p. 277).

Toda a reflexão precedente serve como base para a discussão que chegamos nesse momento: como seria a interface política da clínica? Destaca-se a relevância desta questão para os estudos em clínica, pois exige daqueles que militam nela um esforço permanente de reflexão da condição humana no contemporâneo.

Coimbra & Abreu (2005) afirmam que toda clínica é, a um só tempo produto e produção de certa política de subjetivação. Nesse sentido, a clínica deixa de ser neutra, e a-política. Deste modo, a clínica configura-se como atitude de intervenção que produz políticas de subjetivação, “[...] a questão é saber qual política tal clínica produz e qual clínica tal política produz?” (COIMBRA & ABREU, 2005, p. 47).

Apostamos na possibilidade de resistência e de enfrentamento ante os modos de sujeição contemporâneos. Desta forma, o estudo do cuidado de si torna-se importante para a clínica, porque se trata de outra maneira de se estar no mundo, pois, o exercício desse cuidado refere-se a resistir a um assujeitamento, através da problematização da

relação entre as forças que compõem a subjetividade e as que entram em contato com elas. A importância disso está em perceber as formas resultantes dessa relação. Deleuze (2006) explica que “[...] toda a forma é precária, pois depende de relações de forças e de suas mutações.” (DELEUZE, 2006, p.139). Novas formas sempre advêm, portanto, cabe a clínica potencializá-las.

Acossados por este exercício de liberdade mediante o exame e escolha das práticas, de modo a intensificar a vida, prosseguimos em direção ao estudo das práticas de libertação.

2.3.1 A experiência de si para resistir

Em “O uso dos prazeres” (2003b), Foucault não possui intenção de reconstruir a genealogia dos comportamentos sexuais. Assim, quando se interessa pelo surgimento da palavra sexualidade no século XIX, pretende averiguar o surgimento do sujeito do desejo.

Pode-se observar que o uso da palavra sexualidade

[...] foi estabelecido em relação a outros fenômenos: o desenvolvimento de campos de conhecimentos diversos (que cobriram tantos os mecanismos biológicos da reprodução como as variantes individuais ou sociais do comportamento); a instauração de um conjunto de regras e de normas, em parte tradicionais e em parte novas, e que se apóiam em instituições religiosas, judiciárias, pedagógicas e médicas; como também as mudanças no modo pelo qual, os indivíduos **são levados a dar sentido e valor à sua conduta**, seus deveres, prazeres, sentimentos, sensações e sonhos. (FOUCAULT, 2003b, p.09, grifo nosso).

O que torna mais interessante a prática de si é que ela não se dirige às restrições feitas pelo código, costumes ou prescrições religiosas, mas diz respeito a condutas em que o indivíduo deve fazer uso do seu direito, poder, autoridade e liberdade. Portanto, na prática de si inclui a preocupação

[...] com o seu próprio sexo, com a questão dos parceiros que nele se pode escolher, e o problema do ajustamento entre papéis sexuais, finalmente com relação à verdade, onde coloca a questão das condições espirituais que permitem ter acesso à sabedoria. (FOUCAULT, 2003b, p. 25).

As referências da prática de si nos mobilizam em três questões. De início, como operadora de transformação do indivíduo. Isso só será possível devido à apropriação do lugar do indivíduo na sociedade, ou seja, implica na escolha³⁸ do que fará de seu poder, de seu direito — por fim de sua liberdade. Foucault (2003b) discute o lugar ocupado na sociedade pelo indivíduo, pois isso será a primeira condição de sua liberdade. Em outras palavras, a possibilidade de resistir à própria regra que faz referência ao indivíduo depende das contingências nas quais ele está inserido. Retomaremos esta questão adiante quando abordar a noção de temperança.

Dito de outro modo, a transformação pela prática de si implica o questionamento da verdade ao se propor novas regras. Temos aí um sistema que se preocupa em pensar os usos de suas práticas e verdades, em decorrência disso, descartar o que nelas já não serve. Afinal, de que outra forma poderia haver mudança das práticas, se as condições que as sustentam não forem também alteradas?

Por sua vez, esta problemática afina-se com os questionamentos da clínica ao efetuar uma análise crítica a respeito das políticas que a sustentam e a produzem. Além disso, o paciente/cliente quando toma como objeto sua vida, precisa perceber as contingências de seus atos.

O propósito que vigora é questionar: por que para os gregos e para a atualidade a preocupação volta-se para a conduta sexual? Embora, como vimos, cada um trate a seu modo a problematização de si.

[...] essa majoração da austeridade sexual na reflexão moral não toma a forma de um estreitamento do código que define os atos proibidos, mas a de uma intensificação da relação consigo pela qual o sujeito se constitui enquanto sujeito de seus atos. (FOUCAULT, 2002, p. 47).

³⁸ Cabe salientar que a palavra escolha não se refere a uma questão consciente e individual. Mas à administração de forças que atravessam a subjetividade num dado momento.

Foucault (2002) acentua a atenção para a relação do indivíduo consigo mesmo, sob o princípio de que é preciso cuidar de si, o que significa a necessidade de ocupar-se consigo para empreender a arte da existência³⁹. Nesse movimento de retorno a si coloca-se como conveniente a escolha de um objeto de ocupação que seja eleito seguindo as preferências de cada um. O intuito desse retorno a si destaca a conveniência do que será objeto de ocupação, segundo as preferências de cada um.

2.3.2 A importância da alteridade no cuidado de si

O exercício do cuidado de si consagra-se como uma prática social, pois liga o trabalho de si com o outro, por isso “[...] não constitui um exercício da solidão [...]” (FOUCAULT, 2002, p. 57). Foucault (2002) dirá que para, o filósofo Galeno, é de vital importância, no cuidado sobre si mesmo, procurar uma pessoa com boa reputação. Desse modo, pode-se asseverar que, no cuidado de si, é imprescindível a intensificação das relações sociais. “[...] Do mesmo modo, o sábio necessita manter suas virtudes em alerta: assim, ele próprio estimulando, recebe ainda de um outro sábio estimulante.” (FOUCAULT, 2002, p. 59).

O cuidado de si aparece, portanto, intrinsecamente ligado a um 'serviço de alma' que comporta a possibilidade de um jogo de troca com o outro e um sistema de obrigações recíprocas. (FOUCAULT, 2002, p. 59).

Para cuidar de si, torna-se necessário procurar outra pessoa. Deleuze (1992) expressará da seguinte forma a alteridade: “[...] Outrem ao defini-lo como não sendo nem um objeto nem um sujeito (um outro sujeito), mas como sendo a expressão de um mundo possível.” (Deleuze, 1992, p.184).

O cuidado responde já em seus próprios feitos a relação com outro. Assim, comporta em sua prática a troca nas relações como condição e, ao mesmo tempo,

³⁹ Para Deleuze (2006), os gregos descobrem a existência estética a partir da técnica de si. A consequência disso é a ampliação da constituição subjetiva a partir de um uso facultativo dos códigos de conduta.

efeito dessas. Segundo a leitura de Ortega (1999) sobre a obra foucaultiana, a constituição do indivíduo ético efetua-se somente por meio de relações complexas com o outro. Quanto à relação agonística com o outro, o autor faz a seguinte classificação acerca da produção de vínculos:

[...]1- vínculo da finalidade: alguém se ocupa de si para poder-se ocupar dos outros. 2- vínculo da reciprocidade: cuidando de si, faz-se algo de bom para a polis, e, visto que todos são também membros da polis, aproveitar-se-á o bem-estar de cada um; 3- vínculo da implicação essencial: cuidando de si, a alma descobre (em forma de lembrança), o que é e o que sabe. (ORTEGA, 1999, p.130).

Ortega (1999) explica que a relação com o outro aparece como uma dobra da relação consigo. Assim, o cuidado dos outros pressupõe um cuidado de si. Desse modo, o encontro agonístico com a alteridade move o processo de voltar-se para si, bem como dispara no outro esse mesmo retorno. Ao contrário de ser um voltar-se para si ensimesmado, trata-se de uma relação com o social, pois a escolha do indivíduo leva em conta o modo de contribuir para a *polis*. Ocupar-se desse cuidado requer labor, pois isso consiste em se tornar independente, ser capaz de dispensar o que pensamos ser indispensável. Em outras palavras, “[...] abster de tudo aquilo a que o hábito, a opinião, a educação, o cuidado com a reputação, o gosto pela ostentação nos tinha apegado [...]” (FOUCAULT, 2002, p.64).

Tal mecanismo do cuidado opera segundo o compromisso com o que se escolhe. Desse modo, o trabalho realizado para cumprir o que foi escolhido diz também da abstenção de hábitos construídos como indispensáveis. Na realização do que se deseja, esses hábitos são desnaturalizados e tornam-se dispensáveis caso sejam antagonísticos com a prática de si.

2.3.3 Temperança e prazer

Na experiência dos *aphrodisia*, em compensação, ato, desejo e prazer formam um conjunto cujos elementos, é verdade, podem ser distinguidos, mas que são fortemente associados uns aos outros. E é

precisamente seu vínculo estreito que constitui um dos caracteres essenciais dessa forma de atividade (FOUCAULT, 2003b, p. 42).

Foucault (2003b) define o conceito de *aphrodisia* como um entrelaçamento para os gregos entre desejo, ato e prazer. Nosso interesse recai sobre a dinâmica dessa relação. No sentido de problematizar o uso que se faz deste conjunto, pensamos a maneira que o indivíduo controla seus atos. Observamos que a experiência ética grega efetivava-se por meio de todo um conjunto de técnicas relativas ao bom uso dos prazeres e da virtude da temperança.

Foucault (2003b) denomina temperança a esses cálculos que indivíduo faz na gestão do seu prazer. Portanto, cabe a ele refletir a respeito da intensidade e do modo que irá utilizar seus prazeres. A temperança refere-se à prudência sobre o uso dos prazeres sob três aspectos: a necessidade, oportunidade e o status.

A **necessidade**, como estratégia de uso do prazer, tem como referência o limite interno do indivíduo, visando à satisfação necessária sem exceder tais limites, pois a preocupação está em potencializar ao máximo o prazer naquilo que se faz, sem causar desprazer. Excedendo esses limites, o resultado não seria prazeroso, pois o objetivo principal seria manter sempre vivo o desejo a partir daquilo que evidencia o prazer.

Esse primeiro aspecto traz outra questão, a da **oportunidade**, ou seja, trata-se de perceber o melhor momento para intervir e a maneira precisa de fazê-lo em função das circunstâncias. Logo, a oportunidade (*kairos*) depende do momento favorável para que resulte em um prazer intenso. Porém, tal momento ocorre apenas quando há uma conciliação entre vontade e circunstância.

Por último, o modo de vida escolhido pelo indivíduo —**status**— influencia suas ações à medida em que haja compatibilidade entre os atos que escolhe e o lugar que deseja manter ou ocupar socialmente.

Destas três estratégias temperantes (necessidade, oportunidade e *status*), podemos dizer que nenhuma diz respeito à obediência aos códigos. Portanto, não se trata de codificar as condutas, nem de anular os prazeres. O que se observa são sempre escolhas que o indivíduo faz e o modo que trabalha a si mesmo com a finalidade de utilizar sua vida naquilo em que obterá mais prazer.

Desta forma, poderíamos então questionar: seriam então essas práticas de si hedonistas?

2.3.4 Vida Intensa

Estamos bem longe de uma forma de austeridade que tenda a sujeitar todos os indivíduos da mesma forma, [...] sob uma lei universal, da qual apenas a aplicação poderia ser modulada pela instauração de uma casuística. Ao contrário, tudo aqui é questão de ajustamento, de circunstância, de posição pessoal. As poucas grandes leis comuns — da cidade, da religião ou da natureza — permanecem presentes, mas como se elas desenhassem ao longe um círculo bem largo no interior do qual o pensamento prático deve definir o que convém fazer. (FOUCAULT, 2003, p. 59).

A partir dessa citação, depreende-se que o trabalho com a prática de si requer um exercício de transformar a vida em sua máxima potência, fazer o desejo circular. Esse exercício não se refere a prostrar o indivíduo descarregando suas necessidades até que não haja vontade de mais nada. Pelo contrário, o que se pretende é uma vida ativa, em que não prevaleça a escravidão em relação aos desejos, pois a melhor forma de experimentar a vida seria a partir da escolha constante de suas condutas. O indivíduo constitui-se como sujeito ético por meio de uma atitude, ou seja, por sua prática. Embora leve em conta a regra, ele conduz sua ação de acordo com as circunstâncias de modo a torná-la singular.

A relação com os desejos e com os prazeres é concebida como uma relação de batalha: é necessário se colocar, em relação a eles, na posição e no papel de adversário, tanto no modelo do soldado que combate, como no modelo do lutador num concurso. (FOUCAULT, 2003 b, p. 64).

Esse combate consiste em travar batalha entre “forças”⁴⁰ que tendem para objetivos diferentes. Aí está a dificuldade de administrar o antagonismo consigo

⁴⁰ Deleuze (2006) chama “espontaneidade” de uma força, o fato dela afetar outras forças. E, também ele denomina “receptividade” da força, o efeito de uma força ser afetada por outra.

mesmo. O domínio dos desejos (*enkrateia*) não significa não sentir desejo algum, mas deixar-se ir conforme a moderação e a conveniência que se estipula para si.

O domínio sobre si em favor de suas escolhas constitui o sujeito virtuoso, ou seja, o sujeito ético que se administra de acordo com suas vontades sem ser esmagado por seus desejos e prazeres. Assim, o exercício da virtude consiste em transformar-se, a partir do domínio de si, em um homem livre, cuja liberdade⁴¹ signifique não ser escravizado por seus desejos.

A temperança é o estado que se pretende alcançar através do domínio e moderação na prática dos prazeres. Foucault (2003b) entende o domínio como um caráter ativo de se exercer a liberdade sobre si. Seguindo essa idéia, perceber aquilo que se faz e escolher na medida em que se vive, o que se quer, entrelaça uma dupla atividade: a primeira de dominar a si, ou seja, manter o caráter ativo frente a todos os desejos, e, por fim, ao escolher o que se quer fazer, escolhe-se também aonde se quer chegar e o que se quer ser. Portanto, o caráter ativo de escolher define aspectos mais amplos da vida do indivíduo.

2.3.5 Estilismo de si, verdade e prazer

A relação com a verdade é uma condição estrutural, instrumental e ontológica da instauração do indivíduo como sujeito temperante e levando uma vida de temperança ela não é uma condição epistemológica para que o indivíduo se reconheça na sua singularidade de sujeito desejante, e para que possa purificar-se do desejo assim elucidado. (FOUCAULT, 2003b, p. 82).

Depreende-se dessa citação que a relação com a verdade conduz à estética da existência, uma vez que se refere mais a uma plástica da conduta do que a uma codificação dos atos. Trata-se da arte de viver, isto é, do desenvolvimento de uma prática pelo cuidado com a vida. Cuidar de si exige uma relação ativa consigo que

⁴¹ Segundo Foucault (2003b), para os gregos, ser livre significava não ser escravo de si mesmo, de seus instintos. Essa liberdade significava um domínio do sujeito em relação a si mesmo.

busque criar condições para levar uma vida exposta à mudança no enfrentamento de situações diversas.

Em contrapartida, Foucault (2003b) argumenta que as prescrições religiosas definem a utilização dos prazeres de forma universal. O comportamento do indivíduo estaria condicionado à obediência aos códigos normativos, o que implicaria na cisão entre desejo e prazer, uma vez que, por prezar a universalidade, as regras religiosas não preservariam o prazer do indivíduo. Por conseguinte, a religião cristã torna-se um dos vetores que contribui para o que Foucault denomina sujeito do desejo. Segundo o pensador, acreditar na existência de um sujeito que deseja “produz” uma busca desesperada por uma verdade que estaria no interior do indivíduo, isto é, a procura por uma decifração de si. O imperativo de conhecer a si mesmo derivaria da crença de que haveria um conhecimento a ser revelado sobre o indivíduo a partir do que ele deseja.

Esse mecanismo de revelação de uma verdade funcionaria para classificar o indivíduo segundo um sistema de regras morais em que empreenderia a interpretação do desejo como normal ou não. O anormal seria o sujeito que deseja o que não está prescrito, e por isso deverá ser submetido à norma com o consentimento dele ou contra a sua vontade. Por exemplo, alguém que desejasse manter relações sexuais voltada apenas para o prazer, de acordo com as regras religiosas cristãs, estaria cometendo um erro.

É importante observar que a problematização dos gregos em referência ao comportamento sexual dizia respeito à liberdade, à escolha e à atitude ativa. O interesse não era por definir o comportamento normal, embora houvesse a preocupação entre a atividade sexual e a saúde. Por outro lado, eles estavam voltados muito mais para a questão do uso do prazer para obter uma vida prazerosa. O intuito era refletir sobre o melhor modo de conduzir a própria existência. Em outras palavras: problematizar a escolha do que fazer da vida de modo a vivê-la intensamente.

Não existe verdade que ‘não falseie’ idéias pré-estabelecidas. Dizer a ‘verdade é uma criação’ implica que a produção da verdade passa por uma série de operações que consistem em trabalhar uma matéria, uma série de falsificações no sentido literal. (DELEUZE, 1992, p.157).

Rajchman (1993) mostra em Foucault que o interesse pela verdade é inerente à preocupação com a maneira de viver, de modo que “[...] a pessoa, no fundo, nada mais é do que a relação com a verdade que dá aspecto e forma a sua vida.” (RAJCHMAN, 1993, p. 156). O modo de subjetivação grega não se baseava em nenhuma teoria do sujeito.

O cuidado de si deveria visar à reflexão sobre os seus modos de existência, para que, assim, a trajetória de vida do sujeito fosse marcada pela felicidade e pelo domínio de seus instintos. Nesse sentido, o modo do sujeito apropriar-se das regras e pensar sua constituição a partir disso, faz da técnica de si uma prática de resistência e, conseqüentemente, uma forma de invenção capaz de se contrapor à prática de assujeitamento.

A virtude estava na experiência de si, no sentido da atividade voltada para a formação de um estilo de si ou de atitude crítica, que implicaria no acontecimento da subjetividade experimentada no limite.

2.3.6 Crise, Clínica e Criação

“De que maneira a experiência clínica pode facilitar a emergência de processos criativos?” (KUPERMANN, 2005, p.74). Kupermann (2005) levanta uma questão pertinente sobre o motivo da clínica ter como pressuposto a facilitação da emergência dos processos criativos.

[...] o ethos civilizatório não se sustenta necessariamente, na repressão da sexualidade — esta pode ser inclusive, bastante liberada e até mesmo incitada —, mas sim no impedimento da criação de estilos de existência singulares; além disso, apreende-se também que caberia à clínica, sem evasivas nem subterfúgios, buscar promover a emergência de processos criativos nas subjetividades comprometidas em sua capacidade expressiva. (KUPERMANN, 2005, p.77).

Desta forma, o psicanalista aponta a desterritorialização como condição *sine qua non* para a criação de novos territórios existenciais. Para o autor, o acontecimento clínico se daria por um exercício de afetação mútua

[...] na qual se podem experimentar sensações e afetos vivenciados no encontro com a alteridade em decorrência da abolição momentânea das fronteiras estabelecidas entre sujeito e objeto, entre eu e outro. (KUPERMAN, 2005, p. 81).

A clínica, voltada ao processo de criação, ocorreria no limite da forma. Para pensar a relação entre a clínica e o processo de criação, trazemos as concepções de Tedesco (2005) em relação à obra literária. Para a autora, ambas apresentariam em seu processo a impessoalidade como vital para a criação:

A literatura e a clínica nos propõem um passeio ao exterior das formas, das práticas subjetivantes. Despersonalização, dessubjetivação, eis o projeto comum, o movimento em que literatura e clínica se atravessam. (TEDESCO, 2005, p.142).

A autora faz uso da noção de estilo como movimento de retorno e busca da diferença. Este procedimento pretende desestabilizar as formas e instaurar a suspensão de sentidos. O estilo, ao conciliar repetição e diferença, promove o surgimento do *non sense*.

O interesse nessa noção, conforme demonstra Tedesco (2005), estaria no exercício de estilismo de si empreendido pela subjetividade atualizada como um acontecimento. Podemos dizer que a prática de si, enquanto estilismo de si, seria o “[...] modo reiterado de reinventar-se no movimento criador que a constitui.” (TEDESCO, 2005, p. 151).

O estilo não é, pois, um meio de recortar um território, porém a hesitação terrível sobre a possibilidade mesma de transpor uma fronteira, sem que isso implique em, de novo, acabar com os pés e punhos atados. (Oster, 1997, Contracapa do livro “Crítica e clínica”).

Para Deleuze (1997), o estilo é um procedimento para criar, tomar os fragmentos e elaborá-los numa composição. O método estilístico está longe de constituir uma obra “*totalizável*”, pois o produto não recompõe uma totalidade. Com efeito, as partes heterogêneas não formam conjuntos. Os intervalos entre as amostras as impedem de se fecharem num todo. Assim, ora são vistas como “[...] coexistência de partes

separadas entre si por intervalos de espaço [...] ora são vistas segundo uma sucessão de fases de um movimento separadas por intervalos de tempo.” (DELEUZE, 1997, p.68).

“As relações não são interiores a um Todo, é antes o todo que decorre das relações exteriores em tal momento e que com elas varia.” (DELEUZE, 1997, p.70). O filósofo francês quer demonstrar com isso que “[...] as relações são exteriores a seus termos [...]” (DELEUZE, 1997, p. 70). Portanto, as relações não possuem ligações pré-existentes. A convivência entre as partes heterogêneas ocorre pela possibilidade de se inventar uma polifonia entre contrastes e complementariedades.

Tedesco (2005) ressalta a importância da noção de estilo na clínica como a possibilidade das subjetividades resistirem à homogeneidade. Do mesmo modo, Rajchmann (1993) afirma que a crise ocorre como efeito da resistência ao poder por problematizar as identidades, “[...] desse modo, faz da nossa subjetividade uma questão em aberto e interminável, simultaneamente individual e coletiva.” (RAJCHMANN, 1993, p.120).

Em virtude disso, pode-se dizer que a **crise** possibilita alterações nas relações entre os termos envolvidos, o que leva a inventar novos sentidos e, com isso, permite novos modos de escolher. Afirmar a possibilidade de uma escolha ética significa defender a idéia de que a subjetividade não se encontra fixada em uma essência, apesar de se poder dizer que se cristaliza na forma-sujeito. Porém, tal cristalização não impede as transformações, pois ela possui porosidades por onde se abrem brechas para novas conexões e, por conseguinte, mudanças podem ser efetuadas no plano subjetivo. Destarte, a subjetividade não se totaliza!

2.3.7 Prática de si: Libertação da vida

Nesse ponto, nosso interesse aponta para a ética do cuidado de si como prática da liberdade. Foucault (1984) dirige sua argumentação em busca de delinear a forma pela qual o indivíduo se constitui como sujeito através dos jogos de verdade. Vale acentuar

que essa relação com a verdade era considerada pelo pensador francês (1984) como coercitiva.

Porém, a partir dos estudos a respeito da prática de si, o pensador passou a esboçar outra concepção sobre o sujeito e a verdade. A questão do sujeito e da verdade referem-se à auto formação do indivíduo através de uma prática ascética. Esta prática significa o exercício de si sobre si mesmo, a fim de “[...] se elaborar, se transformar e atingir um certo modo de ser.” (FOUCAULT, 1984, p.265).

No entanto, é necessário perceber a precaução de Foucault (1984) em estabelecer as práticas de si como práticas de liberação. O que significa que a liberação não é suficiente para que haja práticas de liberdade, apesar de ser uma questão necessária. Em outras palavras, a liberação distingue da liberdade porque a primeira noção consiste em certos modelos de ser livre, portanto tal noção não nos levaria a criação de modos de viver. Enquanto, na realidade, a prática de liberdade não condiz com um resultado a se chegar, mas um processo que não cessa.

Para o filósofo francês onde há relações de poder⁴² engendrar-se-ia a liberdade, por isso torna-se necessário perceber o que é preciso ser enfraquecido para que tais práticas de liberdade sejam fortalecidas. Ou seja, perceber as cristalizações nas relações de poder quais os dispositivos que legitimam experiências, por exemplo, no caso da prática psi, o que estaria sendo considerado como normal e que subjetividades outras como impraticáveis ou consideradas anormais.

Para Foucault (2003a), a existência de relações de poder acarretaria relações de resistência, não estaria determinado de onde ela partiria e nem em que momento, todavia, ela seria fruto da “coletividade crítica” (RAJCHMAN, p.119). Nesse sentido,

⁴² “Portanto, para que se exerça uma relação de poder, é preciso que haja sempre, dos dois lados, pelo menos uma certa forma de liberdade.” (Foucault, 1984, p.277). Foucault (1984) esclarece que as relações de poder apresentam-se “em diferentes níveis, sob diferentes formas; essas relações são móveis, ou seja, podem se modificar [...]”. Nesse sentido, as relações são reversíveis, de modo que a situação de poder pode ser invertida. “[...] o poder é uma relação de forças, ou antes, toda relação de força é uma ‘relação de poder’.” (Deleuze, 2006a, p. 77). Dentro desta perspectiva, o poder só pode ser concebido como algo que existe em relação, demonstrando assim seu caráter produtivo, uma vez que a relação de poder atua sobre suas ações, uma ação sobre outra ação, sobre ações existentes ou sobre aquelas que podem surgir no presente e no futuro.

haveria resistências plurais e singulares, não existindo a não ser no campo estratégicos das relações de poder. “Elas não são o outro termo nas relações de poder; inscrevem-se nestas relações como interlocutor irreduzível.” (Foucault, 2003 a, p. 91).

Deleuze (1992) percebe a noção foucaultiana de poder como sendo operatória, isto é, ela não corresponde a uma essência, nem possui atributos. Por outro lado, ela seria fruto de uma relação de forças. O poder não passa menos pelas forças dominadas que pelas dominantes, umas e outras constituindo singularidades.

Desta maneira, a questão que se coloca é: como exercer a liberdade de modo ético? “A liberdade é condição ontológica da ética. Mas a ética é a forma refletida e assumida pela liberdade.” (FOUCAULT, 1984, p.267). Foucault percebe que a liberdade foi problematizada como uma questão ética para os gregos.

A liberdade significa negar ser escravizado seja por si mesmo, seja pelos outros. O pensador francês irá definir que as relações de poder são na realidade jogos estratégicos entre liberdades “[...] que fazem com que uns tentem determinar a conduta dos outros, ao que os outros tentam responder não deixando sua conduta ser determinada ou determinando em troca a conduta dos outros [...]” (Foucault, 1984, p. 285).

2.3.8 O sujeito ético de Foucault como aquele que escolhe a escolha

“Falamos das escolhas implicadas em um pensamento que cria a diferença, que inventa, sobretudo modos inéditos de existir, resistindo aos impasses subjetivos produzidos socialmente.” (MACIEL, 2005, p. 51).

Maciel (2005) argumenta que até as escolhas do modo de ser, na atualidade, são consumíveis, o que implica perceber que escolhemos o que já está pré determinado, não havendo, portanto, a criação de uma possibilidade. Nessa imposição de opções pré-moldadas, nos vemos frente à impossibilidade de criar alternativa ao já existente. Isso implica num certo cerco dos mecanismos de poder ao limitar as possibilidades de existência.

Rolnik (2003) explica que o neocapitalismo convoca modos de subjetivação singulares para, na realidade, serem reificados e transformados em mercadoria. “O que se vende são imagens destas identidades/mercadorias [...]” (ROLNIK, 2003, p. 208). Entende-se, portanto, que esses padrões de identificação são efêmeros. Para desdobrar essa argumentação, Maciel (2005) explica que somos por vezes capturados por “modos de subjetivação”, sem nos conduzir ao posicionamento ético diante de nossas escolhas.

Escolher verdadeiramente supõe abrir mão das alternativas excludentes, resistindo aos poderes e aos saberes que produzem a nossa sujeição. Nesse caso não é preciso admitir que, no próprio dispositivo do saber-poder, é possível resistir e criar práticas de liberdade que engendrem um outro tipo de escolha (MACIEL, 2005, p.55).

Depreende-se disso que a “escolha da escolha” significa “decidir a partir do indecidível” (MACIEL, 2005, p.55), estar numa situação em que não haja uma solução prévia, mas que a escolha tenha de ser inventada, ou seja, a alternativa pronta não existe. Aquele que escolhe precisa criar por conta própria seu modo de existência.

Enquanto seres no e do mundo, estamos diante de duas possibilidades: escolher a escolha ou escolher não escolher. Mas é a primeira que nos faz sujeitos éticos, pois só se escolhermos escolher é que seremos capazes de restabelecer nosso vínculo com o mundo. (LEVY, 2003, p.122).

Escolher a escolha é inventar um modo de existência a partir de uma experiência limite, experiência essa de crise⁴³, por levar à destituição dos valores existentes, onde os limites sempre se refazem, no entanto de modo provisório. A crise arrasta os fluxos de sentido, promove abertura para se pensar de modo diferente e, com isso, possibilita a criação de outro modo de existência. Para Maciel (2005), fica patente que a clínica seria um meio criador, e, com isso favorece a resistência ao biopoder, quando privilegia a produção de modos inéditos de existência.

⁴³ Deleuze (1992) afirma que a crise é condição de criação. Porque para o autor, a criação ocorreria como o fruto da violência de um encontro. Nesse trabalho, a crise se refere ao modo da subjetividade ser arrancada de suas regularidades e hábitos. Tal noção pode ser entendida como um processo estilístico na subjetividade.

Como vimos, o estilismo de si seria uma prática de se conduzir em relação a uma problematização mediante as normas. O que chamamos de estilismo de si seria um procedimento de abertura de mundos. Isso ocorre porque algo sempre extrapola aos códigos previstos. Nessa ultrapassagem daquilo que excede, o mais importante é o que ocorre na vizinhança entre o que possui um contorno regular e o que existe apenas como fluxo e dispersão. Nessa tensão da fronteira da forma com o a-forme é que se opera o estilismo como um efeito de ressonância de um sobre o outro. A invenção de modos singulares de subjetivação se dá nessa modulação ela consiste em efetuar um processo de fazer as formas vacilarem. Assim, o compromisso clínico passa a ser a abertura às novas experiências de vida, bem como, em produzir um plano de consistência para efetivá-las.

No próximo capítulo, apresentaremos um direcionamento ético da clínica como um estilismo de si, ou seja, a produção de modos de existência seria a direção a ser construída.

Pensar a respeito dos processos de criação da subjetividade nos faz problematizar as políticas de subjetivação. Podemos dizer que existiria uma imbricação entre ética e política, que ocorreria por meio da estética, ou seja, do estilismo de si, pois a criação de outros modos de viver conduziria a ampliação de possibilidades de modos de existência a serem acoplados pela ordem social. Quando isso ocorre, as próprias normas entram em processo de diferenciação. Portanto, o processo de criação produz uma mútua ressonância entre subjetividade e o mundo.

CAPÍTULO II

A EXPANSÃO ESTILÍSTICA DA CLÍNICA

Neste capítulo, nosso esmero consiste em discorrer sobre a relação da clínica com novos modos de viver. Partiremos das idéias apresentadas por Deleuze a respeito da noção de *estilo* na literatura para discutir a produção de subjetividade⁴⁴. Aplicar a noção de *estilo* ao domínio subjetivo implica em deformar as concepções de sujeito, em virtude do afastamento da idéia de unidade subjetiva.

Para Deleuze, o *estilo* refere-se ao procedimento de criação nas artes. Nesse trabalho, estamos dispostos a alargar essa concepção de modo a pensar o estilo na subjetividade como um modo de invenção de si. Queremos dizer que esse estudo nos conduz a pensar de que modo podemos, conforme as palavras de Foucault, “fazer da vida uma obra de arte”. Aproveitamos o conceito de *estilismo de si* em Foucault para estabelecer uma aproximação com a noção de *estilo* em Deleuze, de modo a construir uma relação entre estilismo e subjetividade.

Em “Conversações” (1992), Deleuze estabelece uma correspondência entre a noção de modos de existência e o que Foucault chama de estilos de vida ou estética da existência. Essa noção foucaultiana está intimamente relacionada com uma preocupação ética de se inventar novas possibilidades de viver. O que significaria não apenas um problema estético, mas também um compromisso ético, uma vez que o que se coloca é a produção de novos valores. Deleuze (1992) explica que a ética é fazer das regras um uso facultativo que avalia nossos atos em função de um modo de existência no qual essas regras implicam.

Para “[...] afirmar a existência é preciso criar novos valores, é preciso tornar-se artista, um esteta da própria vida [...]” (SCHÖPKE, 2004, contracapa do livro). Criar

⁴⁴ Para Guattari & Rolnik (1993) a subjetividade se constitui na processualidade das inúmeras relações que ela comporta.

novos modos de ser corresponde a criarmos novos valores por excelência, transitar por caminhos ainda não percorridos, inventá-los se assim for preciso. É estar na vida de modo nômade, se aventurar na imanência dos acontecimentos.

Nossa proposta consiste em abordar a clínica como dispositivo facilitador da produção de diferentes modos de subjetivação. Assim, avançamos no sentido de abordar também um estilismo da clínica, como possibilidade de inventar seus próprios valores através da ultrapassagem de modos de existência regulados em referências fixas na direção de uma abertura dessas regulações em que se permita um acesso a singularização. O dispositivo clínico intervém sobre as subjetividades para impulsioná-las nessa ultrapassagem estilística. Somentamos que para se pensar nos casos tratados pela clínica torna-se necessário fazer da clínica um caso⁴⁵ a se pensar.

O presente capítulo dedica-se a percorrer duas trajetórias imbricadas no processo de criação: o primeiro relacionado à produção de subjetividade, e o outro referente à clínica. Primeiro, traçamos um panorama sobre a noção de subjetividade para a abordagem da Filosofia da Diferença, utilizando-a como base para entendermos o impacto dessa concepção nos estudos e na prática da clínica. Posteriormente, nos detemos em pensar a multiplicidade para trabalharmos a noção de *estilo* na subjetividade. Referimo-nos ao conceito de multiplicidade como condição *sine qua non* para ocorrer o *estilismo de si* na produção de subjetividade. E, por fim, para que haja uma produção estilística da clínica, apontamos para a necessidade de se construir um plano de consistência, uma vez que este se dá como condição de possibilidade do da produção de desejos.

3.1 A captura do desejo no Sintoma

Deleuze & Guattari (1997) questionam: como deveríamos habitar o mundo? “Habitar como poeta ou como assassino?” (DELEUZE & GUATTARI, 1997, p.143). O

⁴⁵ Passos e Benevides (2005) propõem colocar o próprio caso da clínica em análise. Na perspectiva dos autores, a clínica seria ao mesmo tempo um modo de lidar, acompanhar casos e um caso ela mesma. “A clínica dos casos e o caso da clínica.” (PASSOS & BENEVIDES, 2005, p. 89).

assassino não pára de fechar todos os agenciamentos⁴⁶, os faz precipitar em “buracos negros”. Ao contrário disso, dizem Deleuze e Guattari (1997), o poeta semeia a esperança, é artista em sua própria vida como também propicia a abertura de sentidos na vida dos demais; assim, ele engendra o “por vir”.

Guattari & Rolnik (1993) afirmam que a subjetividade é sempre processual, no entanto, os processos podem apoiar uns aos outros para “[...] chegar em territórios mortos.” (GUATTARI & ROLNIK, 1993, p. 275). A preocupação com o fechamento de possibilidades existenciais, nesse momento, nos leva a associar as noções de fechamento dos agenciamentos com o conceito de sintoma empregado na clínica.

Pensamos ser pertinente mostrar como o conceito de sintoma é concebido pela semiologia médica, pela orientação psicanalítica, e, também pela Filosofia da Diferença. Há divergências e aproximações na forma de tratar tal noção que, conseqüentemente, implicarão em direcionamentos diversos da terapêutica.

3.1.1 O sintoma & a clínica médica

A semiologia médica preocupa-se em estudar os sintomas e sinais das doenças. Esse estudo permite a identificação de alterações físicas e mentais. Dalgalarrondo (2000) explica que ordenar os fenômenos observados torna-se imprescindível para a formulação dos diagnósticos e, com isso, no empreendimento da escolha terapêutica mais adequada.

Kaplan (2000) considera que a psiquiatria deve dominar a técnica da observação dos fenômenos mentais para reconhecer os sintomas e sinais específicos de cada enfermidade, pois, consonante com Dalgalarrondo (2000), reconhecer os fenômenos⁴⁷

⁴⁶ Deleuze e Parnet (1998) esclarecem que um agenciamento é uma multiplicidade que comporta muitos termos heterogêneos. Essa heterogeneidade diz respeito à natureza dele que é povoada por multiplicidades, devires, em que circulam intensidades... Eles explicam que a aliança entre esses termos ocorre em um modo de co-funcionamento.

⁴⁷ Kaplan (2000) salienta que as alterações possuem suas raízes no comportamento normal e representam graus variados no espectro do comportamento do normal ao patológico.

permite ao médico diagnosticar, administrar o tratamento, predizer um diagnóstico e explorar as causas da patologia.

Segundo Dalgalarro (2000) e Kaplan (2000), o referencial médico diferencia os termos “sinal” e “sintoma”. Os sinais seriam os comportamentos verificáveis pela observação direta feita pelo médico com relação ao paciente. Já os sintomas referem-se às vivências subjetivas relatadas pelos pacientes, “aquilo que o sujeito experimenta” (DALGALARRONDO, 2000, p. 20).

3.1.2 O Sintoma & a Psicanálise

Segue-se uma leitura de Freud, entre outras possíveis. Freud⁴⁸, mesmo sendo neurologista, distingue-se do referencial médico ao propor outra abordagem sobre o estudo do sintoma. Para além de descrever as alterações dos pacientes, ele desenvolveu uma metodologia que avançou no entendimento do funcionamento da mente.

Em “Inibições, Sintomas e Ansiedade” (1976 [1926]), Freud afirma que podemos reconhecer o sintoma através da presença de algum processo patológico. Isso significa que alguma função da mente passou por uma modificação, ou ainda, por uma nova manifestação. Freud esclarece que o sintoma seria um substituto de uma satisfação instintual que permaneceu em estado jacente. Laplanche & Pontalis (2001) não utilizam o termo “sintoma”, e sim “formação de sintoma”, pois o entendem como o resultado de um processo de elaboração psíquica.

Freud acrescenta em seu outro texto “Três Ensaios sobre a Teoria da Sexualidade” (1976 [1905]) que o sintoma baseia-se numa elaboração que visa a conjugar, de um lado, as exigências dos instintos e, de outro, as exigências do ego contra esses instintos. A essa defesa do ego, Freud chamou de repressão. Podemos

⁴⁸ Em Freud, nosso interesse está em se ater apenas a uma determinada consideração a respeito do conceito de sintoma. Não é nosso objetivo nos aprofundarmos na vastíssima obra freudiana, mas de fazer dessa colocação, um intercessor, ou melhor, uma aliança com os outros autores que estamos trabalhando.

entender esse processo⁴⁹ como um dos possíveis mecanismos de defesa dessa instância psíquica⁵⁰ que se processa quando este se recusa a dar vazão ao impulso instintual. Desta forma, o ego utiliza a repressão para inibir o processo excitatório do *id*⁵¹, além de transformar o prazer da satisfação instintual em desprazer. Em outras palavras, Laplanche & Pontalis (2001) assinalam que a noção de “formação de sintoma” designa uma formação de compromisso entre as representações reprimidas do desejo inconsciente e as exigências defensivas. Assim, segundo a psicanálise, o sintoma é a solução encontrada para conciliar o conflito entre a satisfação e a censura dessa satisfação, que, de outro modo, implicaria em um perigo à integridade do indivíduo. Portanto, o sintoma é uma formação de compromisso e consiste numa reconciliação entre as tendências instintuais e a inibição das mesmas.

Podemos salientar outro aspecto do ego: receber excitações de fora e de dentro do organismo. O nosso interesse está na defesa interna, ou seja, na forma como o ego se defende das excitações internas. Essa defesa, utilizada pela repressão, consiste em retirar a catexia⁵² do representante instintual e a utilizar com a finalidade de liberá-la como desprazer. É dessa forma que o mecanismo de defesa atinge o seu objetivo: suprimir o impulso instintual.

Segundo Freud (1926), a repressão falha quando o impulso instintual encontra um meio de vazar a barreira da repressão através de um subterfúgio que possua relações aparentemente descaracterizadas com o impulso inicial. De acordo com

⁴⁹ Kaplan (1997) salienta que Freud identifica a existência de diversos mecanismos de defesa, mas considera a repressão como a defesa mais utilizada. Ela consiste em manter fora da consciência àquilo que foi experimentado a nível inconsciente ou frear idéias e sentimentos antes de atingir a consciência.

⁵⁰ “O ego é, na realidade, a parte organizada do id.” (FREUD, 1926, p. 119) Laplanche & Pontalis (2001) salientam que o conceito de ego surge na segunda teoria do aparelho psíquico, em 1920. O ego se situa como uma instância mediadora representativa do pólo defensivo, pois ela põe em jogo uma série de mecanismos de defesa motivados pela percepção de um afeto desagradável. A teoria psicanalítica concebe a gênese do ego vendo nele um aparelho adaptativo, diferenciado do id em contato com a realidade exterior.

⁵¹ Em suas obras, Freud apresenta o termo id (isso) como uma das três instâncias (id, ego e superego) do funcionamento do aparelho psíquico. Essa instância é regida pelo princípio do prazer que consiste na exigência da satisfação instintual imediata. Inicialmente, o autor apresenta o conceito de id com uma equivalência topográfica ao inconsciente. Contudo, cabe salientar que no decorrer da obra, os dois conceitos, id e inconsciente, apresentem sentidos diferenciados. Nesse trabalho, o recorte que fizemos nos impede de nos aprofundarmos nesses conceitos.

⁵² Por catexia entendemos como um processo pelo qual a energia libidinal disponível no aparelho psíquico está vinculada a uma representação, idéia ou coisa.

Kaplan (2000), os sintomas se desenvolvem como o resultado do fracasso da repressão.

Freud (1972 [1905]) argumenta que a eliminação dos sintomas pela ação da análise funda-se na suposição de que esses sintomas são substitutos de processos psíquicos, desejos e vontades carregados de energia libidínica que, através da repressão, foram impedidos de obter descarga em atividade psíquica. Desde modo, a revelação dos derivativos reprimidos dos impulsos ocasionaria a melhora do sofrimento do paciente.

3.1.3 O Sintoma & a Filosofia da Diferença

Deleuze⁵³ (2006), via Foucault, ao invés de utilizar em seus estudos o termo “sintoma”, ele introduz a noção de força, definindo-a como o efeito de um corpo sobre o outro no espaço. Esse efeito é denominado por ele como afeto. Na concepção desses autores, os afetos são signos vetoriais, responsáveis pela variação de estado dos corpos. Essa variação supõe uma atividade ou uma passividade, respectivamente se uma força afeta outra ou se é afetada por ela. Deleuze e Parnet (1998) chamam sinal aquilo que desencadeia um afeto, que efetua um poder de afetar. O interesse está em saber quais afetos um corpo é capaz de experimentar.

Guattari & Rolnik (1993) definem o sintoma como a repetição de certo modo de expressão. “Constitui um modo de semiotização que se repete sobre si mesmo.” (GUATTARI & ROLNIK, 1993, p. 246). Eles prosseguem dizendo que tal expressão é uma “[...] espécie de estreitamento do possível, que desemboca num certo cerco da pessoa.” (GUATTARI & ROLNIK, 1993, p. 246).

⁵³ Deleuze trabalha com muitas alianças, é um autor que valoriza a polifonia do discurso. Escolhemos efetuar um recorte na obra deleuziana privilegiando os estudos dele em relação a Foucault. Por isso, quando trazemos o conceito de afeto, nos remetemos a Foucault ao invés de Spinoza. Deleuze (2006) explica que, para Foucault, existe uma relação entre poder e afeto. A força se define por seu poder de afetar outras forças com as quais ela está relacionada. Cada força irá implicar relações de poder.

Os lapsos, os atos falhos, os sintomas são como pássaros que batem com o bico na janela. Não se trata de interpretá-los. Trata-se antes de detectar sua trajetória para ver se podem servir de indicadores de novos universos de referência suscetíveis de adquirirem consistência suficiente para revirar uma situação. (Guattari *apud* DELEUZE, 1997, p.75-76).

Os autores da Filosofia da Diferença pensam o sintoma como uma trajetória de vida mal sucedida, tal como o pássaro que bate na vidraça. Insistir em ultrapassar a vidraça, ou seja, persistir na mesma trajetória que fracassou só enfraquecerá ainda mais a vida. Pois, assim, o processo desejante torna-se estagnado. Para esses autores, o sintoma seria essa paralisação do processo desejante, desse modo, a vida torna-se sofrida, um tormento por se paralisar diante das mudanças que nos provocam. Cabe a esse referencial clínico proteger a realização do processo desejante, do contrário esse mesmo processo perde a vitalidade. Das leituras de Deleuze e Guattari (1976), adiantamos que o sintoma funciona como uma captura de desejos. Em outras palavras, poderíamos considerar o sintoma como um desejo contido em sua maquinação. Avançaremos nessa questão a respeito da maquinação desejante no subitem 3.2.1.

Na mitologia grega, Sísifo foi condenado eternamente a empurrar montanha acima uma rocha que rolava assim que atingia o cume da montanha. Sísifo é então confrontado com o seu trabalho inútil. O aspecto trágico dessa repetição vazia faz com que a condenação de Sísifo se assemelhe à prisão ou ao cerco a que o indivíduo condiciona a própria vida. É nesse sentido que Guattari & Rolnik (1993) explicam como pode o desejo também trilhar esse aspecto mortífero. Assim, “[...] o que tais pessoas confundem, é a preservação de uma determinada figura de si mesmo, com a preservação de um si mesmo.” (GUATTARI & ROLNIK, 1993, p. 63). Eles também salientam o medo das pessoas de perderem a si mesmas, porque a mudança se torna insuportável quando é experimentada ou vivida como perigo e caos de si.

Uns, muitos, desprovidos por incompetência de sensibilidade de recursos para lidar com sua mortificação cotidiana, não se instrumentalizam para viver mudanças e temem qualquer espécie de quebra. Temem a violência com que a vida insurge contra tudo aquilo que a confina. (GUATTARI & ROLNIK, 1993, p. 64).

De acordo com esses autores, serão essas pessoas que irão interceptar qualquer sinal de singularização, por não suportarem a mudança sem a sensação de perderem-se a si mesmas, já que não se reconhecem na descontinuidade dos seus contornos.

Por outro lado, há pessoas que reconhecem o potencial criador da mudança e, por temerem perder esse potencial, acabam produzindo essa perda. Isso ocorre quando se reduz a força desta potência “[...] por não se conseguir encontrar vias de articulação de modos de vida que encarnassem a consistência do processo [...]” (GUATTARI & ROLNIK, 1993, p. 66).

Percebemos certa semelhança entre esse modo de se experimentar a singularização ao que Deleuze & Guattari (1997) trazem como conceito de linhas de abolição. Quando se habita o buraco negro, ou seja, a linha criadora ou de fuga, vira imediatamente linha de morte e de abolição. Isso ocorre quando a linha mais potente em termos de possibilitar a produção, acaba não produzindo nada.

Para Guattari & Rolnik (1993), esses processos podem compreender duas “maneiras fazer morrer” a produção, por outro lado cabe ressaltar que tais processos podem ensaiar também outros jeitos de viver. Esses vetores⁵⁴ de experimentação da singularização podem coexistir na vida de uma mesma pessoa, ora aliado a uma vida mais potente, ora funcionando contra isso.

Francamente, tenho certeza de pouca coisa hoje em dia. Acordo me sentindo inseguro sobre quase tudo... E me pergunto por que ainda acordo para enfrentar as mesmas incertezas todo dia? Você iria acordar se fosse eu?⁵⁵

Associando as “maneiras de morrer” com a idéia de o sintoma corresponder à formação de compromisso, podemos dizer que o sintoma surge de um arranjo para lidar com a relação entre situações novas e velhas. Assim, o sintoma representa um

⁵⁴ Por vetores, Deleuze & Guattari (1995) entendem como sendo os atravessamentos de uma multiplicidade, podendo constituir territórios e graus de desterritorialização.

⁵⁵ A citação foi retirada do Filme “As coisas simples da vida” (2000). Para Deleuze & Guattari (1997), a vida e a obra de arte se aproximam quando se leva em conta o processo de criação. Por isso, nesse trabalho para ilustrar a argumentação de algumas de nossas idéias utilizaremos citações de filmes. No final da dissertação, para aproximarmos as problematizações dos autores e as nossas, trazemos uma nota de um caso clínico.

compromisso entre as pressões contra e a favor da mudança. Afinal, o sintoma também possui um potencial de mudança. Como resgatar a potência que subsiste no sintoma sem temer o fracasso? Podemos dizer que sintoma é também uma multiplicidade e produz um plano que dá existência aos agenciamentos dele. Nesse sentido, Deleuze & Guattari (1997), nos auxiliam a pensar como ocorre o fracasso desse plano que compõe o sintoma. O fracasso

[...] faz parte do próprio plano: o plano é infinito, você pode começá-lo de mil maneiras, sempre encontrará algo que chega tarde demais ou cedo demais, e que o força a recompor todas as tuas relações de velocidade⁵⁶ e de lentidão, todos os teus afectos, e a remanejar o conjunto do agenciamento. (DELEUZE & GUATTARI, 1997, p. 38).

O fracasso não corresponde ao fim dos agenciamentos. Pelo contrário, pode indicar o início de uma nova máquina. De acordo com Deleuze & Guattari (1997), pior que temer o fracasso do processo de criação é parar a produção, extrair segmentos, eliminar a circulação de afectos. Para Guattari & Rolnik (1993), a questão fundamental está em não se deixar capturar o processo.

“A neurose, a psicose não são passagens de vida, mas estados em que se cai quando o processo é interrompido, impedido, colmatado.” (DELEUZE, 1997, p. 13). A doença, segundo Deleuze (1997), está longe de ser processo, é a parada ou lentificação do processo. Ao mesmo tempo o filósofo francês salienta que mesmo nas repetições mecânicas, vazias e estereotipadas, conseguimos “[...] extrair delas pequenas diferenças.” (DELEUZE, 2006, p. 16).

São essas fagulhas que o trabalho clínico procura reverberar e fazer persistir, permitindo que o desejo ganhe mais densidade e consistência. Nenhuma montagem a priori sustenta este trabalho; ele é tático, processual, exercido no próprio movimento, abrigando e aproveitando as menores oportunidades de ativação do desejo. (GONDAR, 2004, p. 134).

⁵⁶ Deleuze & Guattari (1995) salientam que tanto as linhas como as velocidades constituem o agenciamento. A velocidade pode acarretar fenômenos de viscosidade ou precipitação. Essa última produz rupturas.

Gondar (2004) defende que o trabalho clínico aproveita as oportunidades de ativação do desejo para construir junto ao indivíduo um território em que ele possa “[...] inventar no mundo [...] o seu próprio modo de ser.” (GONDAR, 2004, p. 134). A autora considera que a clínica se volta para o sofrimento. Consideramos o sofrimento como uma oportunidade de se realizar um trabalho de subjetivação que tanto a clínica quanto o paciente são convocados. Abrem-se aí brechas de criação para se construir um novo mundo.

Guattari & Rolnik (1993) salientam que a criação é dissidente, transindividual e transcultural. Isso nos leva a pensar que o processo de criação não se faz por meio de um somatório de experiências que nos conduziria a singularização da subjetividade. Contudo, é através das experiências que o processo de singularização da subjetividade se faz “[...] emprestando, associando, aglomerando dimensões de diferentes espécies.” (GUATTARI & DELEUZE, 2003, p. 37).

“Revelar a vida nas coisas” (DELEUZE, 1997, p. 12), “libertar a vida em toda parte” (DELEUZE, 1997, p.14), “inventar uma possibilidade de vida” (DELEUZE, 1997, p. 15) esse é o clamor deleuziano, que insiste em deixar a vida se libertar, entrar em fuga constante do sistema dominante. A fuga não significa ultrapassar os limites, mas deformá-los. O que está em questão é ampliação da existência.

Para Guattari & Rolnik (1993), as máquinas capitalísticas funcionam mal quando não há a captura de mini processos de desejo e liberdade de singularização. Assim, podemos pensar, os sintomas não seriam fruto dessa “[...] recuperação permanente dos micro vetores de subjetivação singular.” (GUATTARI & ROLNIK, 1993, p. 129)?

[...] os mesmos tipos de componentes individuais e coletivos em jogo num determinado espaço social, podem funcionar, a nível molar, de modo emancipador, e coextensivamente, a nível molecular, serem extremamente reacionários e microfacistas. (GUATTARI & ROLNIK, 1993, p. 133).

No entanto, não podemos dizer que o sintoma funcione ao nível da molecularidade, como também não podemos dizer o mesmo ao nível da molaridade⁵⁷. Cabe à micropolítica⁵⁸ perceber de que modo esses níveis se entrelaçam no social. Poderíamos dizer que caberia a micropolítica da clínica perceber o quê no sintoma produz ruptura com o sistema vigente e o quê faz redundância ao modo reificado de funcionar.

Gondar (2004, p.127) afirma que a clínica preocupa-se em despojar “as estratégias de existência” associadas ao sofrimento. Deste modo, a clínica contribui para a construção de um novo modo de subjetivação, pois “[...] um sintoma ou um sofrimento subjetivo não deixam de ser uma denúncia de que a produção de uma subjetividade padronizada falhou em algum lugar.” (GONDAR, 2004, p. 129). Segundo a psicanalista, o sintoma pode ser visto como uma tentativa de solução para um problema, uma estratégia para fugir de modos universais de viver; trata-se de uma possibilidade de resistir.

Até aqui, salientamos a importância de a clínica acompanhar o movimento do processo desejante. O mesmo se aplica em relação ao sintoma, pois nele o que nos interessa é o movimento desejante antes de ocorrer a paralisação do processo, ou seja, da maquinação desejante. Além disso, apontamos o sintoma como uma oportunidade de abertura para o processo de singularização. Porém antes disso, torna-se necessário relacionar a questão do sintoma com a idéia, dos autores, de produção de modos de vida serializados. A partir desse momento, acompanharemos essa discussão.

3.1.4 Produção de Subjetividade e Produção de Singularidade

⁵⁷ De acordo com os autores, o plano molar é o plano da representação, é aquele que conserva rigidamente as formas sociais vigentes, estando ao nível da política de constituição das grandes identidades. É importante salientar que há uma armadilha em opor as noções de molar e de molecular, uma vez que “[...] o molecular, como processo, pode nascer como macro.” (GUATTARI & ROLNIK, 1993, p.128). Deste modo, os vetores molares e moleculares se entrecruzam. Portanto, tudo que existe possui a coexistência dessas duas dimensões.

⁵⁸ A micropolítica consiste na análise das formações do desejo no campo social. Nesse trabalho, propomos um funcionamento da clínica aliada aos aspectos micropolíticos. Nessa posição, ela se coloca a favor dos “processos de singularização” porque permite a liberação dos fluxos desejantes.

Para Guattari e Rolnik (1993), os modos de produção capitalísticos funcionam também no controle da subjetivação⁵⁹. Para os autores, seria ingênuo pensar que o capitalismo se reduz às questões econômicas. Ao contrário, a interferência dele incide diretamente na produção das subjetividades. Essa produção mediada pelo capitalismo induz as subjetividades a uma certa individualização e as submete a hierarquias não visíveis, dissimuladas no sistema. O efeito disso é uma produção massificada de uma subjetividade individuada.

[...] essa grande fábrica, essa grande máquina capitalística produz inclusive aquilo que acontece conosco quando sonhamos, quando devaneamos, quando fantasiemos, quando nos apaixonamos e assim por diante. (GUATTARI & ROLNIK, 1993, p. 16).

Estaríamos, então, esmagados por esse massacrante redutor de diferenças?

Guattari & Rolnik (1993) indicam a possibilidade de se desenvolver modos de subjetivação singulares. A isso, os autores chamam de “processos de singularização”. Pode-se dizer que são esses processos que a clínica está disposta à investir e à produzir. A clínica, enquanto empreendimento de intervenção sobre a subjetividade, produz novas realidades, outros sentidos, pois associam, neutralizam e montam outros processos de subjetivação.

Por “processos de singularização”, Guattari & Rolnik (1993) também os entendem como maneiras de recusar a submissão irrestrita aos códigos preestabelecidos. Assim, para criar subjetividades singulares capazes de se

⁵⁹ Para os autores, o processo de subjetivação ou semiotização não está centrada em agentes individuais, ou seja, no funcionamento de instâncias intrapsíquicas, egóicas, microssociais e muito menos em agentes grupais. Na realidade, a ordem capitalística é que fabrica a relação do homem com o mundo e com ele mesmo. Deleuze e Guattari (1995) retomam a questão da subjetivação para dizer que processos que aparecem na multiplicidade visam unificá-la em uma unidade chamada sujeito. O projeto da filosofia da diferença tem a ambição de conceber uma teoria da multiplicidade. Essa noção ultrapassa a totalização empregada em admitir um sujeito que centraliza a experiência subjetiva. Não caberia também a distinção entre consciente e inconsciente, bem como a dicotomia natureza e história. A multiplicidade concerne a “hecceidades”, ou seja, acontecimentos sem sujeito.

construírem novas sensibilidades⁶⁰, torna-se necessário um outro uso desses códigos. Numa passagem belíssima, os autores discorrem sobre esse assunto:

Uma singularização existencial que coincida com um desejo, com um gosto de viver, com uma vontade de construir o mundo no qual nos encontramos, com a instauração de dispositivos para mudar os tipos de sociedade, os tipos de valores que não são os nossos. (GUATTARI & ROLNIK, 1993, p. 17).

Temos aí algumas pistas sobre possíveis implicações sócio-históricas no processo clínico. Como apontam Guattari & Rolnik (1993), a clínica⁶¹ poderá favorecer a produção de modelos ao impedir a criação dos processos de singularização. Ou, pelo contrário, poderá investir em saídas para o funcionamento desses processos. Colocar o processo de singularização para funcionar implica encontrar “[...] a invenção de modos de saídas de referência, de modos de práxis. [...] intervir efetivamente nesse campo, tanto em seu interior como em suas relações com o exterior.” (GUATTARI & ROLNIK, 1993, p. 30).

Coutinho (2007) ressalta que, na concepção de Guattari, a clínica é produto do mesmo plano produtivo dos processos sociais. Isso implica em associar a prática clínica à questão política, pois remete a uma “[...] inseparabilidade entre o clínico e o político, o individual e o social.” (COUTINHO, 2007, p. 133). Em outras palavras, a clínica não é independente das práticas que a fazem funcionar. Nesse sentido, afirmar a criação na clínica consiste em problematizar tudo o que provoca a captura dela e faz percebê-la como totalizante.

⁶⁰ “[...] sensibilidades de movimentos de grupos minoritários até as de pessoas que se preocupam em transformar sua relação com a alimentação, com o corpo e com o espaço”. (GUATTARI & ROLNIK, 1993, p. 146).

⁶¹ “Guattari propõe que toda análise é institucional”. (Coutinho, 2007, p.132). Segundo Coutinho (2007), havia uma preocupação de Guattari, desde os tempos em que era membro da Escola Francesa de Psicanálise (EFP) criada por Lacan, em não separar o tratamento dos pacientes das instituições da prática clínica. Em linhas gerais, segundo Coutinho (2007), a noção de “instituição” é entendida na Análise institucional de três modos: num primeiro momento, a instituição corresponde aos estabelecimentos. Num segundo momento, o termo começou a ser utilizado para designar os dispositivos instalados no interior dos estabelecimentos, por exemplo, os grupos operativos, grupos de discussões, grupos terapêuticos, assembleias e outros. No terceiro momento, a instituição não seria nem o estabelecimento e nem os dispositivos, mas produtos históricos de uma sociedade. Essa forma produz e reproduz as relações sociais em estabelecimentos e/ou dispositivos.

Prosseguimos com a apresentação do conceito de subjetividade, esse conceito reapropria o coletivo na dimensão subjetiva, pois diz respeito ao processo de produção de si que se realiza com componentes heterogêneos de existencialização. E, por conseguinte, salienta a esfera política da clínica, uma vez que essa interface refere-se a um compromisso com a vida e nos convoca, profissionais da área, a nos comprometermos com a produção de novas estratégias clínicas.

3.1.5 A experiência como possibilidade de levar a subjetividade à singularização

Guattari & Rolnik (1993) partem do pressuposto de que o indivíduo estaria na encruzilhada de múltiplos componentes da subjetividade, pois esta resulta do entrecruzamento das determinações coletivas e dos agenciamentos que a compõe. Ao contrário de se considerar que o agenciamento⁶² corresponderia a uma entidade individuada ou a uma entidade social predeterminada (familiar ou estrutural), ressaltamos que ele é coletivo. Em última análise: “Um fato subjetivo é sempre engendrado por um agenciamento de níveis semióticos heterogêneos.” (GUATTARI & DELEUZE, 1993, p. 35).

Tradicionalmente, observamos que a noção de “indivíduo” é entendida como algo natural e neutro, evidente, tanto no senso comum como no meio científico. Portanto, torna-se necessário desnaturalizá-la para que possa ser percebida a partir de um campo histórico específico⁶³, marcado por uma multiplicidade de acontecimentos, que permitirá torná-la uma questão a se pensar. Nesse sentido, podemos dizer que a configuração específica de práticas constituintes do objeto indivíduo se modifica de acordo com as diferentes sociedades e momento histórico. É por isso que importa

⁶² Guattari & Rolnik (1993) definem agenciamento como uma noção mais ampla do que as de estrutura, sistema, forma. Um agenciamento comporta elementos heterogêneos. É sempre coletivo, pois “[...] põe em jogo em nós e fora de nós populações, multiplicidades, territórios, devires, afectos, acontecimentos.” (DELEUZE & PARNET, 1998, p. 69). Com efeito, o agenciamento define-se pelo grau de potência ou liberdade, pela circulação de seus afectos, uma vez que ao conjugar os mais diversos vetores permitem a fluidez ou não de seus fluxos.

⁶³ Cada formação histórica cria um campo de possibilidades e faz emergir uma configuração específica.

estranhar tanto o conceito quanto a certeza da experiência de sermos indivíduos, além de desnaturalizar esse entendimento do ser humano como individual, ou seja, perceber que esse objeto é produzido ao longo do tempo e das práticas que o faz funcionar.

Diferentemente de conceber uma origem fixa que constitui o subjetivo, considera-se a subjetividade como fruto de uma incansável produção que transborda aquilo a que se entende como indivíduo. Assim, Guattari e Rolnik (1993) afirmam que a subjetividade é fabricada e modelada no registro social. Ela surge como fruto de agenciamentos, ou seja, como resultado de uma multiplicidade⁶⁴ de componentes heterogêneos.

Faz-se necessário ressaltar que Guattari & Rolnik (1993) asseveram o fato de sermos indivíduos no sentido biológico, comprometidos com a sobrevivência. O que os autores criticam é o entendimento da individuação⁶⁵ como uma identidade formada pela unificação de todas as experiências. A questão que se coloca é: se por um lado há individuação, por outro não há como a subjetividade corresponder a uma identidade individual.

Guattari & Rolnik (1993) explicam que haveria uma redução subjetiva se considerássemos essa individualização da subjetividade. Para os autores, essa unidade é o resultado de uma política da individualização, ou seja, de sistemas modeladores de identidade. Nas palavras deles, nas sociedades capitalísticas haveria “[...] a tendência a bloquear processos de singularização e instaurar processos de individualização.” (GUATTARI & ROLNIK, 1993, p. 38). Deste modo, poderíamos então indagar: o que seriam esses processos de individualização?

Há diferença entre os conceitos de individualidade e singularidade. Para eles, torna-se imprescindível problematizar a noção de indivíduo, já que a subjetividade não se encontra totalizada em uma forma. Para os autores, ela comporta uma multiplicidade

⁶⁴ Deleuze e Guattari (1995) mostram que a multiplicidade ultrapassa a distinção entre a consciência e o inconsciente. Não supõe nenhuma unidade, tampouco remete a um sujeito. Os elementos da multiplicidade são singulares, as relações são devires. A efetuação da multiplicidade ocorre por meio do rizoma.

⁶⁵ “Já não há formas, mas relações cinéticas entre elementos não formados; já não há sujeitos, mas individuações dinâmicas sem sujeito, que constituem agenciamentos coletivos.” (DELEUZE & PARNET, 1998, p. 116). Deleuze e Parnet (1998) declaram que as individuações não se desenvolvem sob o modo de um sujeito constituído. Eles não confundem a individuação a uma forma sujeito, pois preferem pensar a subjetividade como uma *hecceidade*. Por hecceidade, os autores entendem os graus de potência que compõem os agenciamentos, ou seja, as intensidades que passam entre os seus elementos.

de elementos. Considerar apenas a existência da forma “indivíduo” significa ignorar outros registros operadores da experiência subjetiva. Tal concepção estaria disposta a contribuir para a adaptação das pessoas a uma forma determinada de ser, de viver, além de contribuir para o fechamento e serialização das possibilidades de vida.

Os homens estariam reduzidos a padrões universais que os serializam, individualizam e os esvaziam de seus processos de criação de si. Esse esvaziamento ocorre quando a “[...] a experiência deixa de funcionar como referência para a criação de modos de organização do cotidiano [...]” (GUATTARI & ROLNIK, 1993, p. 38), o que interromperia os processos de singularização.

“Todos os modos de valorização da existência e da produção encontram-se ameaçados no desenvolvimento atual das sociedades.” (GUATTARI & ROLNIK, 1993, p. 40). De acordo com esses autores, assumir a singularidade requer o máximo de consistência, implica um agenciamento coletivo. No entanto, vacilar diante dessa possibilidade nos levaria ao “[...] buraco, que faz com que a gente comece a se indagar: quem sou eu? [...] É como se nosso próprio direito de existência desabasse.” (GUATTARI & ROLNIK, 1993, p. 41). “Eu tenho tão pouco. Como pode ser tão pouco? A minha vida é um vazio. Pareço uma boba. O que eu faço todo dia?”⁶⁶

Quando os processos de singularização são interceptados, aniquilam-se os processos de diferenciação. “[...] indivíduos reduzidos a nada mais do que engrenagens [...]” (GUATTARI & ROLNIK, 1993, p. 40). Guattari & Rolnik (1993) percebem esse esquadramento da subjetividade e alertam para essa sobrecodificação dos processos subjetivos. O perigo é transformar as pessoas em “espécie de robôs, solitários” (GUATTARI & ROLNIK, 1993, p. 40). A dificuldade de fugir dessa interceptação leva os autores a afirmarem: “Singularizar é um luxo [...]!” (GUATTARI & ROLNIK, 1993, p. 39).

Ao se eliminar os processos de singularização, poderá haver um enquadramento de todos os tipos de relações a referências transcendentais; “[...] o que resta às

⁶⁶ Citação do filme “As coisas simples da vida” (2000). A personagem se dá conta de como vive, ao contar sobre sua vida à sogra que está em coma devido a um derrame. O filme mostra a importância das experiências vividas por cada personagem de uma família que, ao contrário de produzir uma unidade, retrata o descentramento do núcleo familiar padrão.

peças é apenas viver um possível pré-estruturado no campo em que se encontram.” (GUATTARI & ROLNIK, 1993, p. 43). Podemos salientar que esses mecanismos de eliminação e enquadramento esvaziam a dimensão do coletivo ao referenciar os modos de viver a modelos serializados.

Guattari & Rolnik (1993) reconhecem que existem possibilidades de desvio à ordem dominante capitalística, no entanto, se deve reconhecer “[...] que a luta não mais se restringe ao plano da economia política, mas abrange também o da economia subjetiva.” (GUATTARI & ROLNIK, 1993, p. 45). Desviar-se do modo indivíduo, do modo hegemônico de subjetivação no contemporâneo consiste em despersonalizar, desindividualizar, ou seja, levar a experiência subjetiva para o mais longe possível das formas, dos modelos, da serialização.

Esse desvio é definido como uma *revolução molecular* conforme pontuam Guattari & Rolnik (1993). O que está em jogo são micro revoluções, ou seja, trata-se da invenção de novas formas de sociabilidade que frustrem os valores capitalísticos, ocorrendo para além das relações sociais. A relação que uma pessoa estabelece com a música, por exemplo, pode acarretar um processo de percepção ou de construção de uma nova sensibilidade, ou seja, outras modalidades de relação, novos modos de experimentação do mundo.

Nesse sentido, as tentativas de singularização desencadeiam processos de reapropriação dos territórios⁶⁷ subjetivos ao permitir condições para a produção de um novo tipo de subjetividade que se singulariza⁶⁸. Deste modo, uma prática clínica não reacionária estaria disposta a permitir a singularização dos agenciamentos. De acordo com Guattari & Rolnik (1993), resistir à serialização consiste em recuperar a dimensão

⁶⁷ Guattari & Rolnik (1993) explicam que a noção de território é entendida no sentido de que os seres se organizam a partir dele, ou seja, o território delimita e contribui para que haja possibilidade de articulação com outros seres. Para os autores, tal conceito também corresponderia a uma subjetivação fechada sobre si. Além disso, pode-se dizer que o território é um conjunto de projetos em que há a convergência de uma série de comportamentos, investimentos. Ele pode se desterritorializar, saindo do seu curso, como também pode provocar sua destruição.

⁶⁸ É importante salientar a diferença entre as idéias de individualizar e singularizar. Deleuze (2006) argumenta que a subjetividade moderna encontra-se compelida a uma forma de sujeição, que consiste em nos individualizar de acordo com as exigências do poder que investiria em nossa vida cotidiana buscando produzir uma interioridade. O autor salienta que a singularização seria uma luta pela subjetividade apresentada “[...] como direito à diferença e direito à variação, à metamorfose.” (DELEUZE, 2006, p. 113).

de certa experiência em vez de simplesmente aceitar o modo de viver que nos é imposto. Afirmar uma clínica-política significa conduzir os componentes da subjetividade para se produzir novas relações e experimentações.

Para isso, devemos criar nossos próprios modos de referência a partir de nossas experiências. E, conseqüentemente, produzir outras cartografias⁶⁹ para operar brechas no sistema sócio-político-econômico dominante. “É preciso que cada um se afirme na posição singular que ocupa [...] (GUATTARI & ROLNIK, 1993, p.50). A indicação de Guattari & Rolnik (1993) para resistir à nivelção da subjetividade que ameaça nossos modos de criação consiste em nos aliar aos diversos processos de singularização existentes. Com isso, daríamos sustentabilidade a esses processos no plano coletivo, pois as alianças se voltariam para fortalecer a própria singularização como um fenômeno da coletividade⁷⁰.

Avancemos nessa questão apontando para a relação entre as multiplicidades, pois acreditamos que é a partir dessas relações que emergem os processos de singularização.

⁶⁹ Benevides (2003) interroga quais seriam os métodos que podemos utilizar para conhecer. A autora salienta a importância do compromisso ético-político do pesquisador que se dispõe a conhecer o que nas formas pulsa como informe. E por que não falar do analista que também se compromete com o que não está visível nas formas? Pesquisar, analisar, viver de modo a produzir novas cartografias consiste em construir um caminho em que aquele que conhece e o que é conhecido são efeitos de uma experimentação. Benevides (2003) sustenta que a cartografia convoca a nos aventurarmos pelos inusitados processos de constituição de si e do mundo, uma vez que o método cartográfico acompanha os pontos de insurgência dos devires.

⁷⁰ “Milk – A voz da Igualdade” (2008) é um filme, dirigido por Gus Van Sant, baseado na vida do político e ativista Harvey Milk (1930-1978). Ele foi o primeiro homossexual declarado a ser eleito para um cargo público na Califórnia, como membro da Câmara de Supervisores de São Francisco. Milk muda-se de Nova Iorque para São Francisco, em 1972 planejava com o namorado abrir uma loja de fotografia. Milk (Sean Penn) luta em favor do direito dos homossexuais e em pouco tempo torna-se referência. Essa luta o transformou em um líder político, comandando campanhas nacionais pelos direitos dos homossexuais, recebendo inclusive apoio dos conservadores. Ao longo do filme, o personagem de Sean Penn percebe que não faria sentido defender a luta de apenas uma das minorias. Porque a opressão contra idosos, crianças, mulheres continuariam ocorrendo. Harvey mostra a importância de se formar alianças coletivas para se construir a consistência de novos movimentos que escapem a qualquer forma de massacre da singularidade. Portanto, a luta dele não se reduz apenas em favor dos direitos homossexuais, mas também se dedica à defesa da libertação de modos de se relacionar. Milk propôs, o mesmo que os autores da Filosofia da Diferença, uma micropolítica do desejo, ou seja, fez reverberar por meio das alianças uma potência de contágio que se voltasse para a construção de possibilidades de modos inéditos de existência. Assim, seu intuito era que as lutas fossem coletivas, em que vários movimentos se apoiassem com a finalidade de defender os processos de singularização. E, tomemos o termo coletivo como uma série de processos heterogêneos que permeiam todo o campo social, de componentes moleculares às grandes organizações mundiais.

3.1.6 A fascinante relação entre as multiplicidades

Seria a multiplicidade que nos fascina? “Ou a multiplicidade que nos fascina já está em relação com a multiplicidade que habita dentro de nós?” (DELEUZE & GUATTARI, 1997, p.19).

Eu posso mudar ao longo do dia. Eu acordo, eu sou uma pessoa, eu vou dormir eu sei que sou outra. Não sei quem eu sou a maior parte do tempo. É como se tivesse o ontem, o hoje e o amanhã na mesma sala, não dá para saber o que vai acontecer.⁷¹

A experiência relatada pela citação acima mostra exatamente o que Deleuze & Parnet (1998) querem dizer quando atribuem à multiplicidade o caráter de *hecceidade*. Ao contrário de considerarem a experiência subjetiva pautada em um sujeito, os autores definem uma pessoa como uma *hecceidade*, ou seja, um acontecimento efetuado a partir de linhas⁷² que se entrecruzam, conjugam-se, obstaculizam-se.

Guattari & Rolnik (1993) entendem a subjetividade como efeito de uma produção de *agenciamentos coletivos de enunciação*. Essa expressão corresponde ao descentramento da subjetividade de um agente individual⁷³. Se a subjetividade comporta agenciamentos diversos significa que a experiência subjetiva consiste em

⁷¹ Citação do filme “*I’m not there*” (2007), traduzido no Brasil por “Eu não estou lá”, sob direção de Todd Haynes e roteiristas Todd Haynes e Oren Moverman. Durante 135 minutos, o filme faz referência aos diferentes momentos da vida de Bob Dylan e suas influências. O cantor é apresentado por seis diferentes atores, o que confere uma pluralidade de interpretações encarnando os agenciamentos coletivos de Dylan. A cada encontro, há uma quebra no estilo do compositor. Disposto a si inventar a todo o momento, Dylan entrega sua vida à arte, mistura o rock ao folk e provoca as reações mais enfurecidas de seus fãs e jornalistas dos anos 60, pois ambos buscam no ídolo uma referência para formar suas opiniões. A recusa do cantor em se transformar nesse ícone produz a peculiar tônica do filme.

⁷² “Somos compostos de linhas variáveis a cada instante, diferentemente combináveis, blocos de linhas, longitudes e latitudes, trópicos, meridianos, etc.” (DELEUZE & PARNET, 1998, p.126). Deleuze e Parnet (1998) dizem que o primeiro tipo de linha que nos constitui é segmentário, possuiu uma segmentaridade dura e bem talhada. São linhas que nos estratificam, são linhas molares. Temos também as linhas de segmentariedade. São linhas mais flexíveis, moleculares, que arrastam fluxos moleculares. E, por fim, há um terceiro tipo: a linha de fuga. Essa linha nos leva para um destino desconhecido. Além disso, é a linha de maior declive. São essas linhas as responsáveis pela conjugação dos fluxos. Cabe ressaltar que as três linhas são imanentes, elas não param de se misturar.

⁷³ Ao mesmo tempo, não podemos dizer que a experiência subjetiva é determinada por uma entidade social. Assim, para pensar a subjetividade, não haveria mais sentido operar sob dicotomias indivíduo versus sociedade. Discussões travadas sob a égide de dicotomias pressupõem a existência de um indivíduo naturalizado. Ressaltamos que, para os autores, a subjetividade é coletiva, fruto de agenciamentos por sua vez coletivos.

uma multiplicidade. Deleuze & Parnet (1998) ao explicarem que o agenciamento é uma multiplicidade, pois ele é composto tanto por linhas de segmentaridade dura, quanto por linhas moleculares e linhas de fuga.

As linhas de segmentariedade dura ou binária estão sob o registro de um plano de organização, assim, funcionam bloqueando os movimentos, fixando afectos, organizando formas. Já as linhas moleculares são ativadas no plano de consistência. Elas não cessam de arrancar partículas das formas, dos sujeitos e do plano de organização. Neste registro, o que se observa são relações de velocidade e lentidão. Os autores ressaltam que não há dualismo entre essas linhas. Isso significa dizer que uma atua sobre a outra no agenciamento.

Cabe ressaltar que não há como unificar a subjetividade, pois certas experiências são de descentramento: “Eu me sinto como se fosse outra pessoa, mas eu mesma.”⁷⁴ Nesse sentido, Deleuze & Guattari (1997) explicam que a subjetividade não se define por seus elementos, nem por um centro de unificação, mas pela relação entre eles, ao perder ou ganhar outras dimensões e, com isso acabam mudando a natureza dela. Então, perceber a subjetividade como multiplicidade, consiste em pensá-la como movimento de diferenciação, ou seja, perceber a atuação entre as linhas que a compõe.

Tais autores também definem a multiplicidade como constituída por “n” dimensões. Além disso, ela não possui nem começo, nem fim, mas um meio pelo qual transborda. “Uma tal multiplicidade não varia suas dimensões sem mudar de natureza nela mesma e se metamorfosear.” (DELEUZE & GUATTARI, 1995, p.32). Uma multiplicidade muda sua natureza⁷⁵ quando se conecta a outra multiplicidade através de uma linha de fuga que as atravessa.

Como as variações de suas dimensões lhe são imanentes, dá no mesmo dizer que cada multiplicidade já é composta de termos heterogêneos em simbiose, ou que ela não pára de se transformar em outras multiplicidades [...] (DELEUZE & GUATTARI, 1997, p. 31).

⁷⁴ Essa citação foi retirada do filme “Balzac e a Costureirinha” (2002). A respeito do autor Balzac, Deleuze e Guattari dizem que ele “[...] é grande porque não pode impedir-se de traçar e de fazer escorrer fluxos [...]” (DELEUZE & GUATTARI, 1976, p. 172) das formas.

⁷⁵ “[...] as multiplicidades não se dividem sem mudar de natureza, distâncias que não variam sem entrar em outra multiplicidade, que não param de fazer-se e desfazer-se, comunicando, passando umas nas outras no interior de um limiar, ou além ou aquém”. (DELEUZE & GUATTARI, 1995, p. 46).

Como a subjetividade encontra-se enredada numa produção de elementos heterogêneos, ou seja, ela existe como multiplicidade, isso estabelece uma relação⁷⁶ inespecífica estabelecida entre esses elementos que a constitui. Assim, quando os elementos envolvem uns aos outros, podemos dizer que, a cada vez, há novas conexões. Nesse sentido, marca-se uma diferença de natureza na multiplicidade a todo o momento.

Em última análise, a produção de si, ou seja, a produção da subjetividade se realizaria através das composições entre as multiplicidades que a envolvem. Assim, a atualização desses agenciamentos permitiria uma infinita ultrapassagem da subjetividade em relação a si mesma ao longo do tempo. Isso ocorre devido à natureza dispersa dos termos que a compõe, além do fato dela não se totalizar⁷⁷ em uma forma. Esses compostos relacionam-se sem, contudo unificarem-se. Nesse sentido, vale dizer que a todo tempo a subjetividade se apresenta como um processo ininterrupto. Portanto, não há possibilidades de uma totalização subjetiva.

Em nosso esforço para melhorar o entendimento da subjetividade como multiplicidade, fez-se necessário trazer ao nosso estudo a questão processual. Neste momento, consideramos ser pertinente pensarmos as ultrapassagens efetuadas na dimensão subjetiva. Dito de outra maneira, queremos avançar no entendimento de como ocorre o processo de diferenciação na subjetividade. Por isso, debruçamo-nos sobre essa questão e como ela pode contribuir para o entendimento da paralisação dos processos. Vale lembrar que, para Deleuze (1997), aquilo que conhecemos por sintoma

⁷⁶ Deleuze e Parnet (1998) acrescentam que os elementos constituirão uma multiplicidade se a relação entre eles não for binária. Deleuze e Guattari (1995) explicam que, na realidade, ocorrem multiplicidades de multiplicidades. Vale lembrar que num único agenciamento maquínico há a composição entre as máquinas molares e moleculares. A heterogeneidade sempre está presente, cabe perceber se ela está a serviço de potencializar os processos de singularização ou barrá-los.

⁷⁷ No texto "O que é um dispositivo?" (1988), Deleuze salienta que as linhas se entrecruzam de modo a suscitar variações e mutações de agenciamento. Duas conseqüências importantes decorrem disto para uma filosofia dos dispositivos. A primeira é o repúdio aos universais. O universal na verdade não explica nada, é ele que deve ser explicado. Todas as linhas são linhas de variação, que não têm nem mesmo coordenadas constantes. O Uno, o Todo, o Verdadeiro, o objeto, o sujeito, não são universais, mas são processos singulares de unificação, de totalização, de verificação, de objetivação, de subjetivação imanentes a um determinado dispositivo.

também pode ser considerado uma lentificação ou até mesmo uma paralisação do processo desejante.

3.1.7 A dissolução do eu

É o ego que nos permite viver? É ele o protagonista que nos dá a sensação de sermos nós mesmos? A maneira como os sistemas capitalísticos produzem o ego e a sensação de unificação, para Guattari & Rolnik (1993), causa mais desordem que propriamente organização da existência. Mesmo assim, o interesse da sistemática capitalística é justamente esse resultado, isto é, reduzir os diversos modos de existir a uma subjetividade individuante. Assim, a identidade é obtida circunscrita a quadros de referência, pois abarca a redução de inúmeras maneiras de existir a uma referência identificável, um modo de viver reificado.

Deleuze, segundo Schérer (2005), abandona a concepção de sujeito como o pólo identitário e sedentário da organização subjetiva, por perceber o estabelecimento da forma-sujeito apenas como um dos resultados possíveis de uma produção. Por que se torna necessário desvencilhar-se do Eu? Schérer (2005) nos dá indicações deleuzianas: o Eu concentraria o pólo molar, centralizador, o que obstruiria os fluxos desejantes, pois “[...] aprisionam-no, da maneira como está encerrado em seu (*moi*), em sua subjetividade pobre e restrita, em suas lembranças.” (SCHÉRER, 2005, p. 133).

Os autores da filosofia da diferença se entregam aos estudos de outra dimensão da subjetividade, vejamos a propostas deles nesta citação que se segue:

A vida do indivíduo dá lugar a uma vida impessoal e, no entanto singular, que produz um puro acontecimento liberado dos acidentes da vida interior e exterior, isto é, da subjetividade e da objetividade do que acontece (SCHÉRER, 2000, p.21).

Schérer (2000) salienta que um dos temas principais na teoria de Deleuze é pensar um “ego dissolvido”, um “eu rachado”. O declínio do ego diz respeito à experimentação de “um morre-se”, onde há a perda da força de um eu centralizado. Benevides & Passos (2005) explicam que esse morrer implica em um desfalecer das

formas subjetivas. A perspectiva desses autores nos liberta em admitir uma proliferação de composições subjetivas, pois ao considerarem a subjetividade como fruto de uma produção, diversos produtos podem derivar desse processo infinito de diferenciação. O conceito “eu dissolvido” significaria pensar a dimensão subjetiva como uma abertura, uma passagem.

Sugerimos que Schérer (2005) apresenta a experiência da dissolvência como sendo a do devir, ou seja, um “tornar-se infinito”. Em outras palavras, estamos diante de uma incessante ultrapassagem de um si mesmo, uma dissolução de si, Deleuze & Guattari (1997) conceituam essa experiência como desterritorialização em que se experimenta “um morrer” das formas, tal como um deslizamento, um fluxo, uma passagem.

O autor aponta a importância de um “mínimo de eu”, ele dirá que todo o devir implica em um mínimo de formas. O “mínimo eu” torna-se um ponto de apoio, um ultrapassamento da unidade do eu (*moi*) como identidade. Schérer (2005) coloca em revelo a argumentação deleuziana a respeito da necessidade de se emigrar dos territórios para efetivar outro território. Esse movimento estaria ligado ao processo de criação. Desta forma, “[...] a criação é sempre desterritorialização” (SCHÉRER, 2005, p. 133), ou seja, no intervalo entre os territórios acontecerão os encontros e, por sua vez, as composições subjetivas.

Nesse sentido, Deleuze & Guattari (1997) corroboram que o “[...] eu é apenas um limiar, uma porta, um devir⁷⁸ entre duas multiplicidades.” (DELEUZE & GUATTARI, 1997, p. 31). Aqui, o eu é considerado o meio de passagem entre as multiplicidades que compõe a subjetividade. Para Schérer (2005), esse eu seria uma forma mínima necessária para ocorrer os movimentos de diferenciação. Em virtude disso, ao invés de privilegiar a forma forte e individuada: “eu” (*moi*) teríamos o “mínimo eu” como operador de passagem dos processos de singularização. Entendemos, que o

⁷⁸ Em “Mil platôs” (vol. IV) Deleuze & Guattari (1997) referem-se ao conceito de *devir* como uma experiência minoritária em contraposição a formação de um padrão aos quais os homens formam necessariamente uma maioria. Zourabichvili (2004) explica que os autores quando definem *devir* não buscam o término de uma experiência, mas sim as condições de um relançamento da experimentação.

[...] ‘*processo de singularização*’ seria o fato, mais objetivo, de uma singularidade desprender-se dos estratos de ressonância e fazer proliferar e ampliar um processo, que poderá ou não encontrar uma estrutura ou um sistema de referência intrínseco. (GUATTARI & ROLNIK, 1993, p. 122).

Os processos de singularização⁷⁹ se desenvolvem à revelia da dominação feita pelas estruturas da identidade. Trata-se da recusa em se inscrever nas formas dominantes. Guattari & Rolnik (1993) opõem-se à idéia de um reconhecimento identitário. A proposta é pensar a subjetividade relacionada aos processos transversais, aos devires subjetivos que se instauram através dos indivíduos. Esses processos de subjetivação existem em movimento e por isso fazem a “[...] travessia em todas as estratificações [...]” (GUATTARI & ROLNIK, 1993, p. 74).

Não há como saber “[...] se tal multiplicidade passará ou não a tal outra, ou se tais elementos heterogêneos [...] farão uma multiplicidade consistente ou de funcionamento, apta à transformação.” (DELEUZE & GUATTARI, 1997, p. 32). Os autores explicam que a articulação dos heterogêneos⁸⁰ no agenciamento ocorre devido à construção de alianças através de uma *transversalidade*⁸¹ entre os termos. Podemos adiantar, na perspectiva desses autores, que será por esse mecanismo que o investimento coletivo de desejo irá se expressar.

Os autores concebem a subjetividade em vias de passagem. Isso quer dizer que ela opera entre devires. “Devires que permeiam, literalmente, esses diferentes modos de subjetivação.” (GUATTARI & ROLNIK, 1993, p. 74).

Deleuze e Guattari (1995) indicam que uma multiplicidade estará sempre em conexão com outras multiplicidades. Afirmar que a subjetividade funciona efetivamente

⁷⁹ Para compreender como ocorrem os processos de singularização, torna-se necessário o entendimento da equivalência entre “revolução molecular”, “autonomia” e “minoria”. Em correspondência à Suely Rolnik, datada de fevereiro e setembro de 1983, Guattari explica que “revolução molecular” corresponde a uma atitude ético-analítico-política, que consiste em todos os movimentos de indivíduos e/ou grupos que questionam o sistema em sua dimensão da produção de subjetividade. A “autonomia” seria a construção de novos territórios. E, o conceito de “minoria” diria respeito à experiência de devir, ex. devir minoritário da literatura. Todos esses modos de escapar da dominação da subjetividade fariam parte dos processos de singularização.

⁸⁰ Deleuze & Guattari (1997) sustentam que será o componente mais desterritorializado que irá manter a convivência entre os elementos díspares. “O agenciamento se mantém pelo componente mais desterritorializado [...]” (DELEUZE & GUATTARI, 1997, p. 132).

⁸¹ Explicaremos esse conceito no item 3.3.

como multiplicidade significa dizer que “[...] as multiplicidades funcionam efetivamente em devires de passagem.” (DELEUZE & GUATTARI, 1997, p. 32). Com isso, entende-se que as relações entre as multiplicidades ocorrem por devires.

Deleuze (1997) conceitua o devir como o processo que extravasa qualquer matéria vivível. O devir “[...] é uma passagem de vida que atravessa o vivível e o vivido.” (DELEUZE, 1997, p. 11). O filósofo conceitua o devir como o que se furta à forma, como um movimento em direção aos limites. A bem dizer, tal conceito consiste em deslizar em direção a uma “zona de vizinhança” entre as formas. Elas arrastadas ao indefinido se abrem em outras possibilidades.

O mais importante num devir é o modo como a subjetividade se relaciona com outra multiplicidade. Segundo Deleuze e Guattari (1995), é difícil manter essa conexão, pois se está “[...] inteiramente na multidão e ao mesmo tempo completamente fora [...]” (DELEUZE & GUATTARI, 1995, p. 42). A tensão na subjetividade entre “o mínimo eu” (que está constituído em um contorno específico) e a vizinhança (a-forme) dele produzem mudanças nas coordenadas, fazendo-a entrar numa fluidez. O limiar entre a forma e o a-forme é considerado uma porta, uma passagem de uma multiplicidade a outra. Cada elemento de uma multiplicidade não pára de variar e de se modificar em relação aos demais, de modo a habitarem contornos sempre fluidos e porosos. Devido a isso podemos dizer que a subjetividade possui uma estabilidade temporária, pois a construção de formas se dá em uma operação ininterrupta. “É porque estas multiplicidades não têm o princípio de sua matéria num meio homogêneo, mas em outro lugar, nas forças que agem nelas [...]” (DELEUZE & GUATTARI, 1995, p. 44).

Nossa preocupação consiste em afirmar a produtividade do desejo e, com isso, uma possibilidade de se desvencilhar das dicotomias. De acordo com Benevides (2002), as dicotomias servem para a manutenção de territórios endurecidos, além de perpetuar a impermeabilização à alteridade, à diferença. Portanto, precisamos operar uma ultrapassagem da serialização da vida, fugir das capturas e experimentar o que ocorre no entre-formas, nesse *meio* não homogêneo. Prosseguimos com o entendimento do que Deleuze chama de *intermezzo* ou *meio*, com a finalidade de se pensar um modo de escapar de uma vida desgastada, ou seja, de existências presas

em formas pré-concebidas, fechadas. Isso nos leva a pesquisar como ocorre essa passagem.

3.2- A ULTRAPASSAGEM: A construção de um meio DE fugir e meio PARA fugir das capturas

Segundo Deleuze e Parnet (1998), o meio, onde ocorrem as relações⁸², não é uma média aritmética, mas a vizinhança entre as formas. Nesse lugar ocorre uma velocidade⁸³ absoluta proveniente da diferença entre os elementos relacionáveis no meio, que permite atingir um movimento de desterritorialização dos mesmos. Esse movimento abre focos de criação, torna possível traçar uma linha de fuga⁸⁴ proporcionada pela diferença de intensidade entre os mesmos. Por exemplo, na clínica, quando a fala de um paciente produz um deslocamento tanto da posição que ele ocupa enquanto paciente, quanto do nosso lugar de analista, o que ocorre é uma re-significação dos sentidos que o clínico tem usualmente. Em outras palavras, tal situação produz uma contribuição não só para ele, mas também para quem o acompanha.

Traçar uma linha de fuga significa “[...] fazer fugir alguma coisa.” (DELEUZE & GUATTARI, 1998, p. 51). A fuga se produz como uma ultrapassagem dos territórios, uma traição dos códigos, trata-se de estabelecer uma relação exterior com as formas. Essa linha surge no meio, no *entre*, onde ocorrem as mutações. “Este é o sentido das fronteiras como algo a franquear, repelir, ultrapassar.” (ibid).

⁸² “É preciso ir mais longe: fazer com que o encontro com as relações penetre e corrompa tudo, mine o ser, o faça oscilar”. (DELEUZE & PARNET, 1998, p. 75). Segundo os autores, o que sustenta a exterioridade como potência de agenciamento seria justamente a relação entre os termos de modo a conjugar o entre, ou seja, a conjunção “E” como modo de relacionamento entre elementos heterogêneos de um agenciamento, pois seria esse modo de relacionar que faria os termos escaparem por sua linha de fuga.

⁸³ Deleuze e Parnet (1998) explicam que estar em velocidade é ser apanhado numa experiência de devir.

⁸⁴ Não podemos esquecer que para Deleuze e Parnet (1998) a linha de fuga é uma desterritorialização. Para um melhor entendimento, os autores explicam que fugir não é sair do mundo, escapar aos compromissos e responsabilidades. No entanto, a fuga rompe com a ordem das coisas, “[...] faz o passado deixar de existir, [...] fugir é produzir o real, criar vida [...]”. (DELEUZE & PARNET, 1998, p. 53 e 64).

“Involuir, é estar entre, no meio, adjacente.” (DELEUZE & PARNET, 1998, p. 42). Os autores salientam que o caminho para a criação só pode existir como rizoma⁸⁵. É nesse modo que ocorrem os devires. Eles declaram que esse caminho não tem princípio nem fim, não tem passado nem futuro, logo, ocorre no meio. A involução⁸⁶ do meio “[...] não é regressar, nem progredir [...]” (DELEUZE & PARNET, 1998, p. 41), não se trata de um desenvolvimento para algum lugar, significa antes uma experiência de deslizar entre as formas.

Quando ocorre essa desterritorialização acontece uma liberação dos fluxos. “Um fluxo é algo de intensivo, de instantâneo e de mutante, entre uma criação e uma destruição.” (DELEUZE & PARNET, 1998, p. 66). Esses autores sustentam que um fluxo conjuga com outro quando está desterritorializado. Nosso intuito é mostrar a importância de se potencializar a liberação dos fluxos de desejo, pois é ela que irá dar condições para que o processo de criação continue imanente. Passemos agora à discussão a respeito da noção de máquinas⁸⁷ desejantes. Com isso, avançaremos na compreensão do que seriam essas máquinas para nos fornecer um referencial conceitual sobre a criação na subjetividade e na clínica.

3.2.1 Maquinações Desejantes

Para Deleuze & Guattari (1976), a máquina define-se como um sistema de cortes. Em outras palavras, a máquina funciona no sentido de liberar e cortar fluxos de outra máquina. Ao mesmo tempo, a própria máquina torna-se fluxo para a próxima máquina com a qual venha a se relacionar. “Resumindo, toda máquina é corte de fluxo

⁸⁵ Deleuze e Guattari (1995) desenvolvem o conceito de rizoma como o que não começa nem conclui, encontrando-se no meio, entre as coisas, *intermezzo*. Ele possui como tecido a conjunção “e”. O rizoma é o modo pela qual a multiplicidade se efetua.

⁸⁶ Em *Mil Platôs* (1997), Deleuze & Guattari salientam que involuir é uma relação posta em jogo entre termos heterogêneos, trata-se de formar alianças contagiosas e de manter a multiplicidade. Para os autores, esse termo não significa uma evolução nem uma regressão.

⁸⁷ Em “*Mil Platôs*”, o conceito de agenciamento substitui o de máquina desejante, contudo, nesse trabalho, consideramos pertinente utilizar ambos os termos. Indicamos a conveniência de se utilizar o termo máquina para enfatizar a produção do desejo.

em relação àquela que está ligada, mas fluxo em relação àquela que a ela está ligada.” (DELEUZE & GUATTARI, 1976, p.55).

O desejo “[...] está nos mil cortes-fluxos produtivos [...]” (DELEUZE & GUATTARI, 1976, p.146), por isso a produtividade da máquina consiste em “[...] fazer passar seus fluxos, operar seus cortes [...]” (DELEUZE & GUATTARI, 1976, p.149). Esse trecho se torna mais claro quando os autores definem o conceito de desejo como uma máquina. Nesse sentido, podemos dizer que o desejo, ou melhor, a máquina desejante conjuga e libera os fluxos, ela funciona nos hiatos, nas rupturas, nas distâncias e despedaçamentos.

O interessante nesses despedaçamentos consiste em não deixar perder a singularização, nem comprometer as conexões “polívocas”, além de não deixar esmagar a produção desejante. Cuidar para não submeter à produção do desejo às representações “[...] tanto nos processos de cura, quanto na teoria”. (DELEUZE & GUATTARI, 1976, p.75). Esses autores souberam colocar profundamente o problema de privilegiar a produtividade do desejo sobre a representação e também a contemporaneidade do desejo ao campo social⁸⁸.

“[...] elas (máquinas desejantes) não existem nunca independente dos conjuntos molares históricos, das formações sociais macroscópicas que constituem estatisticamente.” (DELEUZE & GUATTARI, 1976, p. 232). Isso significa que só há desejo no social, pois se afirma que toda produção é, ao mesmo tempo, desejante e social. A produção desejante torna-se cara para filosofia da diferença por introduzir a insurgência da criação. Isso acontece porque na produção desejante “[...] os fluxos não estão codificados [...]” (DELEUZE & GUATTARI, 1976, p.219) e por isso se tornam disponíveis para produzirem outras relações, outros coletivos.

Se o desejo permite a criação, como ele se deixa capturar no sintoma? “Porque o desejo deseja também isso, a morte [...]” (DELEUZE & GUATTARI, 1976, p. 23). Como o desejo pode desejar sua própria escravidão, repressão? Deleuze & Parnet (1998) explicam que os poderes que esmagam o desejo fazem parte dos próprios

⁸⁸ Isso significa pensar o campo social e o campo psíquico numa relação de coextensividade. Deleuze & Guattari (1976) propõem pensar o desejo como uma máquina, ou seja, ele acontece como fruto de um construtivismo. Essa máquina do desejo funcionaria por meio dos agenciamentos.

agenciamentos dele mesmo, uma vez que as linhas molares e moleculares compõem de modo imanente o agenciamento de desejo.

Os agenciamentos maquínicos são direcionados aos estratos e formam os organismos, “[...] ou bem uma totalidade significativa, ou bem uma determinação atribuível a um sujeito.” (DELEUZE & GUATTARI, 1995, p. 12). Ao mesmo tempo, esse agenciamento é direcionado a desfazer o organismo. Sendo assim, podemos dizer que a máquina molecular não marca unicamente sua tendência em decompor a organização da máquina molar, mas também participa da composição desta última. Do mesmo modo, afirmamos que as máquinas molares preparam as máquinas moleculares.

Podemos demonstrar essa relação entre as máquinas molar-molecular no filme “The Edukators”(2004) ⁸⁹. A estória atinge seu ápice quando três amigos e ativistas sequestram um magnata Hardenberg (Burghart Klaubner). Durante o tempo de convivência, eles conversam de modo a colocar várias perspectivas de uma mesma questão. Hardenberg intervém no sentido de mostrar que apesar de terem um discurso político, eles (os três amigos) se comportam de modo muito conservador em relação ao triângulo amoroso em que se encontram. Em outras palavras, apesar de manifestarem contra a injustiça do sistema político/econômico em que vivemos, embaraçam-se em lidar com a emergência dessas ligações amorosas que pedem outro modo de encaminhamento nem um pouco monogâmico. A ironia ocorre porque essa intervenção vem do meio mais conservador, o qual eles combatem. Podemos resgatar o que dissemos anteriormente, as máquinas moleculares partem de máquinas molares. Em outras palavras, uma relação monogâmica pautada em uma forma mais conservadora, produzida por máquinas molares pode fazer a máquina desejante se desvencilhar disso e conduzir a outros modos de se relacionar.

⁸⁹ O filme retrata as relações de três ativistas: Jan (Daniel Brühl), Peter (Stipe Erceg) e Jule (Julia Jentsch). Eles se auto-denominam "Os Educadores". Eles invadem mansões, trocam móveis de lugar e escrevem a seguinte mensagem de protesto: "Os seus dias de vacas gordas estão contados" e "você têm dinheiro demais". Numa dessas investidas, um dos moradores da casa está presente, o que os força a seqüestrá-lo.

O desejo é em sua essência revolucionário [...] e nenhuma sociedade pode suportar uma posição de desejo verdadeiro sem que suas estruturas de exploração, de sujeição e de hierarquia sejam comprometidas. (DELEUZE & GUATTARI, 1976, p.151).

A máquina desejante ameaça por ser revolucionária⁹⁰ uma vez que “[...] faz passar estranhos fluxos que não se deixam estocar em uma ordem estabelecida.” (DELEUZE & GUATTARI, 1976, p.151). Os autores observam que a produção desejante está no limite da produção social, entre os fluxos descodificados e as territorialidades (DELEUZE & GUATTARI, 1976, p.223) e salientam também que a máquina desejante permite a expansão dos territórios. Nesse sentido, o desejo é criador de territórios (por meio dos agenciamentos).

3.2.2 Expansão das territorialidades e exercício da liberdade

Segundo Rauter (2003), a liberdade⁹¹ não produz desordem, patologia, pelo contrário, ela possibilita a emergência de novos modos de ser escapando de modelos externos. Em consonância, Deleuze & Parnet (1998) assinalam que não é fácil ser livre, porquanto devemos organizar encontros que aumentem nossa potência de agir, “[...] multiplicar os afectos que exprimem ou encerram um máximo de afirmação.” (DELEUZE & PARNET, 1998, p. 80). A liberdade consistiria em manter produtivas as maquinações desejantes.

Eles (homens do desejo) devem reinventar cada gesto. Mas um homem assim se produz como homem livre, irresponsável, solitário e alegre, capaz afinal de dizer e de fazer alguma coisa de simples em seu próprio nome, sem pedir permissão, desejo que não tem falta de nada, fluxo que

⁹⁰ Deleuze & Guattari (1976) sustentam que o desejo não quer revolução, ele próprio é revolucionário. O desejo é revolucionário visto que por onde flui põe em questão a ordem estabelecida e também porque quer sempre efetuar conexões e agenciamentos que resistem aos códigos por não se deixar axiomatizar.

⁹¹ “As pessoas estão sempre falando de liberdade, de liberdade de viverem de certa maneira sem ser criticadas. É claro que quando você vive de certa maneira, menos se parece com liberdade”. Citação do filme “I’m not there” (2007), traduzido por “Eu não estou lá”. Recortamos esse pequeno trecho porque queremos salientar que não existe um modelo para viver em liberdade, uma vez que seria uma contradição pensar em liberdade e reportá-la a padrões.

ultrapassa as barragens e os códigos, nome que não designa mais nenhum eu. (DELEUZE & GUATTARI, 1976, p. 170).

O que mantém a produção desejante é o funcionamento da máquina na improvisação, na invenção. De acordo com Deleuze & Guattari (1976), as máquinas desejantes funcionam segundo as ligações que efetuam. A natureza da multiplicidade dessas conexões corresponde a elos parciais, polívocos e não específicos. Ao mesmo tempo, é interessante notar que as máquinas desejantes se estabelecem no limite⁹² da organização molar. Portanto, será o fluxo desejante responsável por ampliar os territórios. Vejamos de que modo isso ocorre.

A respeito do desejo, Deleuze & Parnet (1998) dizem que ele produz fluxo no campo social e sempre coloca em questão os valores estabelecidos. Trata-se de fazer os fluxos se furtarem a submissão total aos códigos. Deleuze & Guattari (1976) completam que o processo desejante seria, portanto, esquizofrênico⁹³, eles enfatizam que as máquinas estão sempre a serviço da desterritorialização e devido a ela formam novas conexões.

“O que conta no desejo [...] é o jogo respectivo das territorialidades, reterritorialização e movimentos de desterritorialização.” (DELEUZE & PARNET, 1998, p. 122). Os movimentos que fixam e arrastam os fluxos desejantes seriam, respectivamente, a territorialização e as pontas de desterritorialização dos agenciamentos. Segundo Deleuze e Parnet (1998), a reterritorialização é um movimento de construção do território, ele compreende uma formalização das experiências. A experiência de reterritorialização consiste em uma re-adequação a um território já estabelecido anteriormente. Já a desterritorialização é um movimento que abandona o território, desfaz os códigos, não se deixa representar, “[...] impele as expressões, os conteúdos, os estados de coisa e os enunciados para uma linha de

⁹² “A produção desejante é o limite entre a organização molar e a multiplicidade molecular do desejo; é preciso que esse limite de desterritorialização passe agora no interior da organização molar [...]” (DELEUZE & GUATTARI, 1976, p.134).

⁹³ Deleuze & Guattari (1976) propõe o processo esquizofrênico como uma desterritorialização. E, por isso articulam esquizofrenia à máquina desejante, ou seja, o funcionamento dessa última ocorre de modo similar ao processo esquizofrênico, no sentido de construir alianças com elementos heterogêneos. Isso significa que os autores entendem a esquizofrenia independente de uma etiologia patológica. Assim, a esquizofrenia só se torna uma doença quando há entraves e interrupções na maquinação desejante.

fuga.” (DELEUZE & PARNET, 1998, p.92). Deleuze & Guattari (1997) apresentam uma relação entre agenciamento e território. Para eles, os agenciamentos produzem território e o desfazem também. Além disso, os autores afirmam: “O território é, ele próprio, lugar de passagem.” (DELEUZE & GUATTARI, 1997, p. 115). Deleuze & Guattari (1997) explicam que essa passagem é de um agenciamento a outro. Cumpre salientar que ambos os movimentos (territorialização e desterritorialização) existem e estão imbricados num mesmo agenciamento, são processos indissociáveis.

A contribuição dos autores no terreno da clínica se dá quando eles aplicam o entendimento do território à constituição subjetiva. Como afirmam Guattari e Rolnik (1993), os seres se organizam segundo territórios, pois esses permitem aos indivíduos se articularem uns aos outros. “O território pode ser relativo tanto a um espaço vivido, quanto a um sistema percebido no seio da qual um sujeito se sente em casa.” (GUATTARI & ROLNIK, 1993, 323). Interessam-nos esses movimentos de constituição de território e os efeitos deles na composição das paisagens subjetivas.

Prosseguimos mais um passo em direção ao problema: o que constitui a passagem de um território? E, se entendermos a experiência subjetiva como a constituição de um território, e a passagem como uma ultrapassagem de si, como se daria essa diferenciação⁹⁴?

3.2.3 Aventurar-se na criação de novos territórios

O trajeto se confunde não só com a subjetividade dos que percorrem um meio, mas com a subjetividade do próprio meio, uma vez que este se reflete naqueles que o percorrem. (DELEUZE, 1997, p.73).

O autor mostra que criar um território significa também nos subjetivarmos a partir dele e com ele. Assim, a constituição da subjetividade ocorre junto com uma construção de um meio. Para pensar o território, Deleuze (1997), traz a noção de mapa. Ele é constituído não apenas por trajetos, mas por intensidades, ou seja, os caminhos são

⁹⁴ Entendemos diferenciação como um movimento de esvanecimento do território e montagem de outro.

formados pela distribuição de afetos⁹⁵ ao longo do percurso. Deleuze e Guattari (1995) dizem que o mapa deve ser construído para que as conexões sejam produzidas. “O mapa é aberto conectável em todas as dimensões, suscetível a receber modificações constantemente.” (DELEUZE & GUATTARI, 1995, p. 22). Por isso, o mapa é vivo porque comporta devires, isso significa que ele ao efetuar as passagens de intensidade se torna sempre outro.

“O devir é o que subtende o trajeto, como as forças intensivas subtendem as forças motrizes”. (Deleuze, 1997, p. 77). O processo de construção de territórios de passagem nos conduzem ao devir. Em outro momento, Deleuze & Parnet (1998) apóiam-se na filosofia de Espinosa e aproxima dois conceitos devir e afetos: os devires são afetos, eles podem nos enfraquecer na medida em que diminuem a nossa potência de agir por decomporem nossas relações, ou podem nos tornar mais fortes, pois aumentariam a nossa potência e “[...] nos fazem entrar num indivíduo mais vasto ou superior (alegria)”. (DELEUZE & PARNET, 1998, p.78). As distribuições de afectos são como mapas de intensidade. Para eles, “[...] um mapa intensivo é um devir [...]” (Deleuze, 1997, p. 77).

Segundo os autores, o devir opera alianças contagiosas entre heterogêneos. Nesse contágio, lidamos com multiplicidades, com a propagação de um povoamento no homem. “O devir é involutivo, a involução é criadora. [...] Mas involuir é formar um bloco que corre seguindo sua própria linha, ‘entre’ os termos postos em jogo.” (DELEUZE & GUATTARI, 1997, p. 15). Deleuze & Guattari (1997) dizem que, ao se entrar na experiência de um devir, somos arrancados de nossas identidades maiores. Trata-se de uma viagem no mesmo lugar, por dizer respeito a uma passagem de intensidade por entre as formas.

⁹⁵ Schöpke (2004) esclarecem que para Espinosa, o termo “afecto” possui o sinônimo “paixão”. Todo corpo, todo existente tem o poder de afetar e de ser afetado por outros corpos ou seres. Um afeto é uma paixão da alma que tanto pode ser alegre, caso aumente nossa potência de agir, quanto pode ser triste, caso diminua nosso poder de ação. Deleuze & Guattari (1997) citam Espinosa para mostrar as relações que compõe um indivíduo ou o modificam correspondem às intensidades que o afetam, aumentando ou diminuindo sua potência para agir. Deleuze & Guattari (1997) afirmam que os afectos são devires. Em outro texto, Deleuze e Parnet (1998) explicam que a questão para Espinosa seria: “o que pode um corpo?”, “de que afectos é capaz?” (DELEUZE & PARNET, 1998, p.78).

Para Zourabichvili (2004), o devir é o conteúdo do próprio desejo. O autor associa essas noções, pois entende que “desejar é passar por devires” (ZOURABCHIVILI, 2004, p. 48). Ele afirma que todo devir forma um bloco. Isso significa que há um encontro entre termos heterogêneos que se desterritorializam mutuamente. O devir abre-se para-além das formas. Nessa experiência em que a percepção capta a consistência molecular, as variações intensivas.

Os devires asseguram a desterritorialização de um dos termos e a reterritorialização do outro, de modo que dois devires encadeiam-se para fazer circular as intensidades, por conseguinte empurram a desterritorialização para mais longe.

Nesse momento, vale trazer o conceito de plano de consistência e corpo sem órgãos, para avançarmos nas indicações de Deleuze & Guattari a respeito da manutenção da máquina de produtividade do desejo. Salientamos há pouco a inconsistência do desejo capturado no sintoma, nesse sentido pretendemos no próximo item ampliar nosso entendimento em livrar o desejo dessas capturas.

3.2.4 Criação de um plano de constituição existencial como direção clínica

Parecia-nos que o desejo era um processo, e que tornava explícito um plano de consistência, um campo de imanência, um ‘corpo sem órgãos’, [...] percorrido por partículas e fluxos que se escapam tanto dos objetos como dos sujeitos... O desejo não é, pois, interior a um sujeito, nem tão-pouco tende para um objeto: é estritamente imanente a um plano ao qual não preexiste, a um plano que é preciso construir, onde são emitidas partículas, onde há fluxos que se conjugam. (DELEUZE & PARNET, 1998, p. 112).

Nessa passagem, podemos perceber o abandono da suposição de um sujeito que deseja e de um objeto a ser atingido. Renunciando a essas coordenadas fixas, os autores insistem que ao desejo não faltaria⁹⁶ nem sujeito, nem objeto. A bem dizer, não

⁹⁶ Benevides (2002) argumenta que o capitalismo produz a necessidade de consumo, pois vincula o desejo a uma carência. Nesse sentido, o desejo é produzido como desejo de algo, desejo de objeto. A autora considera que a suposição de um sujeito livre para escolher na realidade visa ratificar uma

haveria falta, uma vez que as suposições de sujeito e objeto não são necessárias, mas contingentes, portanto, ocorrem como fruto da produção do plano. Os autores consideram que a maquinação do desejo só pode ser realizada quando não se procura nem se atinge um objeto.

Deleuze e Parnet (1998) assinalam que o desejo desenvolve a construção de um plano de consistência através da conjugação dos seus fluxos. Isso significa que ao experimentar um desejo, se traça, contemporaneamente, um plano que o faz ganhar consistência de fluxo. Salienta-se que “[...] só desejam se conseguirem construí-lo, se souberem fazê-lo, encontrando os vossos lugares, os vossos agenciamentos, as vossas partículas e os vossos fluxos.” (DELEUZE & PARNET, 1998, p. 113). É preciso construir conexões alternativas que possibilitem novos modos de se conectar, de tal maneira que o produzido e o produzir estabeleçam juntos os critérios da realização no momento da invenção de conexões.

Para os autores, haveria uma estreita relação entre o plano de consistência e o vazio que habita o mesmo. Eles estabelecem uma distinção entre as noções de vazio e falta. Além do mais, que “[...] curiosa confusão, a do vazio com a falta.” (DELEUZE & PARNET, 1998, p. 112). O vazio do plano de consistência não comporta a falta⁹⁷, porque esta diria respeito a uma carência relacionada a um sujeito. E, se o sujeito é o efeito da produção desejante, não haveria um sujeito primeiro no plano do desejo, muito menos algo que ele sentiria falta. Importante dizer que: “O desejo e seu objeto são a mesma coisa: a máquina, enquanto máquina de máquina.” (DELEUZE, 1976, p.45). Isso quer dizer que sujeito e objeto pertencem a mesma conexão do desejo. Sendo assim, não há muita utilidade em pensar numa falta existencial. Contudo, cabe diferenciar a noção de falta com o conceito de vazio.

desenfreada necessidade de consumo, que desliza rapidamente de um desejo a outro. Fomentar esse estado de carência contribui para a lógica capitalística, uma vez que o objetivo é estimular o consumo, oferecendo sempre um objeto que promete completar a necessidade. Verificamos na realidade, a produção contínua de necessidades, ao mesmo tempo a criação de bens materiais para dar conta dessas necessidades. A produção da falta funda um desejo, que na realidade é um desejo capitalístico, dito de outro modo, não existiria uma falta constitutiva, mas uma produção de um indivíduo insatisfeito, desejoso; e de outro lado, o social pronto para oferecer objetos que dêem conta dessa insatisfação.

⁹⁷ “[...] aqueles que sofrem de falta não têm nenhum plano de consistência possível que lhes permita desejar.” (DELEUZE & PARNET, 1998, p. 112). Interessante notar que Deleuze e Parnet (1998) dizem que quando a pessoa sente falta, na realidade, ela está impedida de construir um plano de imanência.

Os autores entendem o termo vazio como desertos no plano de imanência, nele o campo de desejo não possui condições de se construir. Desde modo, em vez de pensar o desejo voltado a uma negatividade (falta), os autores afirmam a positividade inerente à produção desejante, uma vez que o plano implica o coletivo, ou seja, agenciamentos coletivos em sua construção.

Ao mesmo tempo em que frisamos a impessoalidade do plano de consistência, destituindo o valor de um sujeito desejante. Argumentamos ser preciso saber construir o plano. Para conseguir fazê-lo teríamos que “[...] tomar direções corretas” (DELEUZE & PARNET, 1998, p. 113), ou seja, fazer escolhas não escolhidas: “[...] colocar vossa conta e risco”. (DELEUZE & PARNET, 1998, p. 113). O plano se constrói impessoalmente junto com as maquinações desejantes, mas ao mesmo tempo, torna-se necessário “um saber ver” por onde o desejo irá passar mais facilmente, construí-lo, de modo a manter sua produção.

A produção desse plano de consistência não seria, por sua vez, dada, natural, mas fruto de construções, conexões. Quando argumentam o construtivismo do plano, Deleuze & Parnet (1998) acrescentam que a construção de um plano de consistência seria a condição que tornaria a produção do desejo possível. Mas o plano não preexiste aos agenciamentos que o compõem, e ele será construído pelas conexões entre os agenciamentos, o que implicará em articular as produções desejantes, ou seja, ele se constrói no próprio percurso do desejo, no continuum de intensidades. Vale lembrar que o desejo se confunde com os agenciamentos que ele opera.

O plano de consistência⁹⁸ é o plano de imanência, ele opera no limite entre a forma e o sem forma, “[...] o estar sempre - entre; têm em comum o imperceptível [...]” (DELEUZE & PARNET, 1998, p. 113). Então, para produzir novas relações entre elementos heterogêneos sem um princípio norteador, no sentido da existência de algo para organizar a experiência, aproveitaríamos das formas os seus limites, pois “[...] as

⁹⁸ O plano de consistência é um plano de variação contínua, segundo Deleuze & Guattari (2007). Para Deleuze & Parnet (1998), o plano de consistência é produzido pelos agenciamentos de desejo. Em outras palavras, o desejo é inseparável de um plano de consistência que é preciso construir através dos agenciamentos.

formas só seriam mantidas para libertar variações de velocidade entre partículas [...]” (DELEUZE & PARNET, 1998, p. 117).

Poderíamos também dizer que o próprio plano expande-se e contrai-se pela revolucionária imanência do desejo, própria da ultrapassagem da forma desse plano, em virtude de uma extrema positividade produtiva. O desejo torna-se inseparável de um plano de consistência, por isso deve-se construir “[...] peça a peça [...] neste plano, *continuums*, conjugações, emissões.” (DELEUZE & PARNET, 1998, p. 122), de modo que o desejo construa o plano, ao mesmo tempo em que precise do plano para dar consistência as suas produções.

O campo de imanência ou plano de consistência deve ser construído; [...] Ele será construído pedaço a pedaço, lugares, condições, técnicas, não se deixando reduzir uns aos outros. A questão seria antes saber se os pedaços podem se ligar e a que preço. (DELEUZE & GUATTARI, 1996, p.17).

Para Deleuze e Guattari (1996), o plano de consistência seria então o conjunto de todos os *Corpo sem Órgãos (CsO)*⁹⁹. Eles definem o CsO como um campo de imanência do desejo. Os agenciamentos traçam o CsO e constituem o plano de consistência próprio do desejo. O importante seria perceber que ele sustenta a estreita relação entre esses agenciamentos. As distribuições de intensidade entre os agenciamentos e a contemporaneidade do meio¹⁰⁰ promovem a contínua proliferação do CsO que não pára de se fazer.

A diferença passa “[...] entre dois modos de individuação, dois modos de temporalidade.” (DELEUZE & GUATTARI, 1997, p. 42). Depreende-se, em virtude disso, pensar “[...] o que passa e “o que não passa, o que faz passar e o que impede de

⁹⁹ Essa abreviação significa Corpo sem órgãos. Segundo Deleuze & Guattari (1996), não se chega a um corpo sem órgãos. Porque o CsO é um limite. Deleuze e Guattari (1995) definem o CsO como um corpo em que os órgãos se servem para se distribuir as formas de multiplicidades moleculares. Em outras palavras, é um corpo não-formado, não organizado, não-estratificado. Sob esse corpo escorrem partículas submoleculares e subatômicas, intensidades puras e singularidades.

¹⁰⁰ A experiência do devir ocorre no entre dois. No meio, no encontro que o acontecimento se processa. Um elemento desterritorializa o outro. Deleuze & Guattari (1997) definem a linha do devir não por pontos que a compõe, mas pelos pontos em que ela passa, “[...] ela passa entre os pontos, ela só cresce pelo meio [...]” (DELEUZE & GUATTARI, 1997, p.79).

passar [...]” (DELEUZE & GUATTARI, 1996, p.11). Assim, perceberíamos o que pode povoar ou não o plano de consistência.

A pergunta cara para a clínica seria: Por onde o desejo passa? Como vimos, o agenciamento do desejo, é coletivo, e, assim sendo, ele está mais próximo da experimentação¹⁰¹ do que propriamente da interpretação de um organismo. Nesse sentido, a multiplicidade do agenciamento comporta estados de coisas, enunciações, territórios e movimentos de desterritorialização¹⁰². Diz respeito ao modo como construímos as conexões e como saímos dela pela via da desterritorialização. Ou seja, a ênfase recai sobre fazer proliferar diferentes sentidos, ao invés de indicar propriamente uma única significação para experiência.

Há uma convocação aos clínicos por parte de Deleuze e Guattari (1996) em substituir a interpretação pela experimentação na clínica. A experimentação consistiria em se criar um corpo sem órgãos. Os autores afirmam que as intensidades passam no Corpo sem Órgãos. O que se produz nesta criação são singularidades “[...] que não podem mais ser consideradas pessoais [...]” (DELEUZE & GUATTARI, 1996, p. 16).

Isto significa que o campo de imanência “[...] não é interior ao eu, mas também não vem de um eu exterior ou de um não-eu”. (DELEUZE & GUATTARI, 1996, p. 16). Em outras palavras, o campo de imanência não precisa do “eu” para acontecer, porque segundo Deleuze & Guattari (1996), o interior e o exterior se fundem neste campo. Eles afirmam ainda que cada CsO é feito de platôs e, também é um platô¹⁰³ que se

¹⁰¹ A experimentação requer prudência como regra, assim adverte Deleuze & Guattari (1976) para experimentar a destituição dos órgãos, desfazer o eu, é necessário doses de prudência. Devemos também nos preocupar com os

perigos, os riscos estão presentes, bem como as chances de se safar deles. “Muitos são derrotados nesta batalha”. (DELEUZE & GUATTARI, 1996, p. 10). Os autores salientam a necessidade de preservar minimamente a subjetividade “[...] para poder responder à realidade dominante.” (DELEUZE & GUATTARI, 1996, p. 21).

¹⁰² Guattari & Rolnik (1993) dão algumas dicas para fazer surgir uma nova suavidade. O encontro com o outro como alteridade nos desterritorializa, é preciso que ao longo desse processo outros territórios se organizem.

¹⁰³ Segundo Deleuze & Guattari (1996), “Bateson denomina platôs as regiões de intensidade contínua, que são constituídas de tal maneira que não se deixam interromper por uma terminação exterior, como também não se deixam ir em direção a um ponto culminante [...]”. (DELEUZE & GUATTARI, 1996, p.18). As zonas intensidades ou platôs correspondem ao plano de composição da multiplicidade. É uma região

comunica com os outros platôs sobre o plano de consistência. Disso decorre que o Corpo sem Órgãos é um componente de passagem por ser, na realidade, um limite em *que* “[...] não se termina nunca de chegar a ele, [...]” há sempre um estrato atrás de um outro estrato, um estrato engastado em outro estrato.” (Deleuze e Guattari, 1996, p.20). Há uma tensão entre o plano de consistência que libera o CsO, a qual irá atravessar e desfazer os estratos e as superfícies de estratificação que o bloqueiam.

Em um dos extremos, é ao medo da desterritorialização que sucumbimos: nos enclausuramos na simbiose, nos intoxicamos de familiarismo, nos anestesiados a toda sensação de mundo — endurecemos. No outro extremo — quando já conseguimos não resistir à desterritorialização e, mergulhados, tornamo-nos pura intensidade, pura emoção de mundo —, um outro perigo nos espreita. Fatal agora pode ser o fascínio que a desterritorialização exerce sobre nós: ao invés de vivê-la como uma dimensão imprescindível — da criação de territórios, nós a tomamos como uma finalidade em si mesma. E, inteiramente desprovidos de territórios, nos fragilizamos até desmanchar irremediavelmente (GUATTARI & ROLNIK, 1993, p. 284).

É importante observar que Deleuze & Guattari (1996), bem como Guattari & Rolnik (1993), advertem que não se atinge o CsO e seu plano de consistência desestratificando grosseiramente. Há um paradoxo, pois para as intensidades no plano operarem a passagem, precisam de uma oscilação do CsO sobre superfícies que o estratifiquem para que ele libere seus fluxos.

O pior não é permanecer estratificado — organizado, significado, sujeitado — mas precipitar os estratos numa queda suicida ou demente, que os faz recair sobre nós, mais pesados do que nunca. (DELEUZE & GUATTARI, 1996, p. 22).

“Como fazer para nos descolar dos pontos de subjetivação que nos fixam, que nos pregam numa realidade dominante?” (DELEUZE & GUATTARI, 1996, p. 21). Deleuze & Guattari (1996) propõem uma relação meticulosa para responder a esse processo de dessubjetivação. Ao se instalar sobre um estrato, devemos aproveitar as oportunidades que ele mesmo nos oferece para desterritorializar e, com isso,

de estabilização intensiva além de vibrar sobre si mesma. Desenvolve-se evitando a orientação a um ponto culminante e também rejeitam se direcionar a uma finalidade exterior.

conseguirmos desprender intensidades contínuas e assegurarmos as conjunções de fluxos através da construção da experiência, segmento por segmento.

É necessário manter minimamente a existência de estratos porque, do contrário, um corpo sem órgãos que quebrasse todos os estratos¹⁰⁴ se transformaria “[...] em corpo de nada, autodestruição pura sem outra saída a não ser a morte [...]” (DELEUZE & GUATTARI, 1996, p. 24). Em outra passagem, Deleuze & Guattari (2007) asseveram que qualquer desestratificação brutal “[...] corre o risco de ser suicida, ou cancerosa [...]” (DELEUZE & GUATTARI, 2007, p. 218).

A desestratificação sem prudência¹⁰⁵ se abriria ora para o caos, para a destruição, ora para um fechamento brutal de si, o que ocasionaria a perda dos graus de diversidade, de diferenciação e mobilidade dos estratos. Ao mesmo tempo, Deleuze & Guattari (1997) garantem que nenhum devir, nenhum fluxo escapa de uma formação molar. Os componentes molares sempre acompanham, formam passagens, formam “[...] referências perceptíveis para processos imperceptíveis.” (DELEUZE & GUATTARI, 1997, p. 92).

Deleuze & Guattari (1976) afirmam que o problema da esquizoanálise é distinguir os CsO que produzem estratos, os que *desestratificam* de modo violento, dos que remetem à construção do plano de consistência. Segundo os mesmos autores (1997), o plano de consistência irá operar a interseção entre as multiplicidades. Esse plano seria a condição necessária para máquina entre os agenciamentos. Os questionamentos fundamentais da existência seriam: como construir esse plano de consistência? Como conjugar as intensidades produzidas sobre cada CsO? Como fazer “[...] um continuum de todas as continuidades intensivas.” (Deleuze e Guattari, 1996, p.18)?

Percebemos assim que a clínica interessa-se em agir sobre a oscilação do meio entre o estado de estrato e o movimento de desestratificação, antes do que orientar-se pela oposição estrato *versus* desterritorialização. Não devemos esquecer que os

¹⁰⁴ A “linha de abolição” pode ser considerada em sua positividade, como ligada à criação e à produção de territórios. Segundo Rauter (2003), as linhas de abolição produziriam despotencialização da produção desejante. O fenômeno da desterritorialização se inclui como produtor de novos territórios, bem como pode favorecer a desestabilização dos mesmos.

¹⁰⁵ Nos “Diálogos” (1998), Deleuze e Parnet observam que é necessário ter precaução porque ao mesmo tempo a linha de fuga é traçada, emergem perigos.

estratos endurecem e se organizam no plano de consistência. Ao mesmo tempo, esse plano trabalha e se constrói peça por peça, passo a passo, numa operação para desfazer os estratos.

Nesse sentido, nosso interesse na clínica está em discutir os meios de fazer a subjetividade ganhar consistência. A coexistência entre a estratificação e desestratificação é que tornará possível a consistência, mas essa co-presença deve se dar num perpétuo movimento, pois será ele que permitirá a construção de outros modos de existir mais significativos, em que a subjetividade não se manteria numa forma, nem se dissolveria sem forma. Isso ocorreria através de uma deformação das formas mais estratificadas para a construção de outras, mais porosas. A correlação entre a forma e o a-forme daria condições a expansão da produção desejante. Como tornar a convivência entre eles possível e ainda mais tornar consistente essa relação?

Para Deleuze & Guattari (1997) o ethos assegura a coexistência de um máximo de espécies diferentes num mesmo meio, ou seja, “[...] o ethos é ao mesmo tempo morada e maneira, pátria e estilo.” (DELEUZE & GUATTARI, 1997, p.111). Deleuze & Guattari (1997) dizem que se trata de uma questão de consistência manter juntos os elementos heterogêneos. A consistência diz respeito à maneira como os componentes de um agenciamento territorial se mantêm juntos.

Nossa hipótese é que o que torna consistente é o movimento desejante. Em outras palavras, a tensão entre a forma e o a-forme por não se reduzirem um no outro, mas de converterem-se mutuamente (territorialização-desterritorialização-territorialização) numa oscilação incessante potencializará sempre uma nova recomposição dos agenciamentos, isto é, a máquina desejante só se mantém ininterrupta devido a um contínuo modo de produzir novos agenciamentos.

Após a discussão acerca da consistência do desejo, continuamos nosso percurso com a apresentação de mais uma peça: o conceito de estilo. Pretendemos abordar o conceito de *estilismo de si* de Foucault e efetuar nosso contraponto em defesa do estilo na subjetividade como condição da criação de si e da consistência do desejo.

3.3 Estilo e estilismo de si

Longe de expressar a subjetividade como atividade de um sujeito, fruto de uma natureza humana, ou de uma individualidade, pretendemos afirmar a constituição subjetiva a partir de seus agenciamentos coletivos. Propomos pensar a subjetividade como singularidade, ocorrendo como uma produção de agenciamentos maquínicos. “Nosso objetivo será definir subjetividade como estilo, que põe em relação, sem unificar, as muitas maneiras de ser [...]” (TEDESCO, 1999, p.16). Em sua tese, Tedesco (1999) diferencia os termos subjetividade e sujeito. A subjetividade corresponde a um domínio misto e mais amplo, que abarca o sujeito como uma de suas dimensões.

Num dos domínios, encontramos os aspectos mais regulares da subjetividade, configuradoras da forma-sujeito. Na outra, existem os traços intensivos, correspondentes à molecularidade do a-sujeito. (TEDESCO, 1999, p.174).

Deste modo, as redundâncias das dimensões da subjetividade produziriam a emergência de uma forma. O efeito dessa regularidade produz o sujeito como uma forma estratificada. Torna-se importante perceber que a produção do sujeito decorre de um processo contínuo de subjetivação. Em nossa experiência cotidiana, temos a impressão de existir um sujeito unificado¹⁰⁶ antes de qualquer experiência, pois esse exercício individuante, “[...] por realizar-se nos estratos, culmina em formas sedimentadas, tendendo à fixidez, à regularidade.” (TEDESCO, 1999, p.174).

Tedesco (1999) esclarece que, para Deleuze & Guattari, o agenciamento comportaria quatro¹⁰⁷ dimensões, contudo nosso interesse é apenas em duas dessas dimensões. Na primeira dimensão, as regularidades das conexões tendem a fixar uma forma, fazem emergir contornos de formas estáveis através de repetições. A forma-

¹⁰⁶ “Eles fazem os corpos comportarem-se como se eles acreditassem, se vissem como sujeito.” (TEDESCO, 1999, p.181).

¹⁰⁷ Nesse trabalho, estamos preocupados apenas com duas dimensões do agenciamento. No entanto vale lembrar que ele possui quatro dimensões: maquínico de corpos, coletivo de enunciação, territorialização e desterritorialização. O agenciamento maquínico de corpos diz respeito a mistura de corpos, isto é, a reação de uns sobre os outros. Já, o agenciamento coletivo de enunciação corresponde às transformações incorpóreas atribuída aos corpos. Ao mesmo tempo, o agenciamento possuiria lados territoriais que o estabilizaria e pontas de desterritorialização que o impele para fora dos territórios.

sujeito nasce desses agenciamentos concretos: “[...] a figura-sujeito é entendida como efeito de um feixe de enunciados [...]” (TEDESCO, 1999, p.181) que convergem num dado momento a uma direção comum. Guattari & Rolnik (1993) descrevem essa modalidade como *“processo de serialização da subjetividade”*, termo que corresponde a uma unificação de alguns elementos dispersos que compõem a subjetividade.

Já a outra dimensão do agenciamento faz a subjetividade deslocar-se para longe de seu centro, ativa “[...] para pontos críticos de metaestabilidade, tendendo sempre à diferenciação de si.” (TEDESCO, 1999, p.188). Tedesco (1999) lembra que Deleuze & Guattari chamam de singularização a relação entre componentes que guardam uma distância não unificável no domínio do a-subjetivo. Essas distâncias produzem zonas de indiscernibilidade ao fazer coexistir elementos heterogêneos. As conexões entre os termos se dariam em caráter molecular e intensivo de seus componentes, prevalecendo a heterogeneidade das relações e os processos de devir.

Através de uma oscilação contínua, a máquina da subjetivação opera a coexistência entre uma forma-sujeito e aquilo que não se reduz a ela. Portanto, não será pela eliminação do sujeito que provocaremos o processo de criação na subjetividade. Trata-se de perceber nas formas “[...] as partículas marginais [...] para assim compor com elas novas combinações.” (TEDESCO, 1999, p.193).

O estilo se produz na convivência entre elementos heterogêneos, fazendo-os renovar sua existência a partir desse procedimento que os coloca em relação uns com os outros. “Estilo implica fazer coexistir a regularidade com a diversidade. Ele age provocando desrupção de sentido, a quebra de continuidade [...]” (TEDESCO, 2001, p. 30). Segundo Tedesco (2001), o estilo provoca a ruptura com a regularidade. Em decorrência disso, ele permite a emergência do imprevisível e produz uma proliferação de sentidos. Vejamos como o estilo ocorre na subjetividade:

[...] as pessoas são compostas de linhas muito diversas, [...] não sabem necessariamente em que linha estão, nem onde fazer passar a linha que estão em vias de traçar: numa palavra, há toda uma geografia nas pessoas, com linhas duras, linhas flexíveis, linhas de fuga, etc. (DELEUZE & PARNET, 1998, p. 21).

Da citação anterior, pode-se inferir que a subjetividade reúne a forma e o a-forme em sua composição e, por isso, poderá operar procedimentos estilísticos entre seus termos, que resultarão na criação de si. Isso ocorre da seguinte forma: “As composições estilísticas impõe um desvio à operação corriqueira [...]” (TEDESCO, 2001, p.30), para provocar a alteração no funcionamento dos sentidos usuais da subjetividade.

Nessa linha de pensamento, Tedesco (2001) considera que no ponto extremo de toda forma já se anuncia o a-forme. A coexistência entre a forma-sujeito e o campo de diversidade intensiva, irreverente a qualquer forma, habita a subjetividade. Essa dissimetria impõe a criação temporária de formas subjetivas, por isso ressalta-se que a subjetividade é a todo tempo, atualizada nessa interlocução entre os planos da forma sujeito e da não-forma.

A noção sujeito, no modo como propomos entendê-lo consiste num instante de lentificação do processo de subjetivação, pontos de concreção dos agenciamentos, correspondendo a um número ilimitado de estados estacionários metaestáveis pelos quais a subjetividade passa. (TEDESCO, 2001, p.34).

Tedesco (2001) explica que o *estilo* exalta a discrepância da fronteira das formas. A criação de si torna-se possível pela deformação das coordenadas da forma-sujeito, ou seja, ela faz escapar as regularidades subjetivas para modificar as coordenadas. Em outras palavras, o estilo consiste em descentrar a unicidade do sujeito. Uma vez que o sujeito representa a paralisação da subjetividade, “[...] em que se perderam os processos dispersivos [...]” (TEDESCO, 2001, p. 34), não podemos confundi-lo com a subjetividade. Segundo Tedesco (2001), a forma-sujeito é um instante de paralisação ou quase paralisação do processo da subjetividade, um momento em que os elementos da subjetividade convergiram em certa regularidade.

Deleuze (1998) desenvolve o conceito *estilo* como um modo de vida, trata-se de fazer um uso menor da vida, no sentido fugir das homogeneizações. Esse seria o

encanto¹⁰⁸ de cada um. Ele dirá que estão mortos aqueles que não usam a vida de modo a se inventar. Nesse trabalho, o que estamos construindo como o estilo de si:

É aquilo que permite apreender as pessoas como outras tantas combinações, e de acasos únicos de que aquela combinação tenha sido retirada. É um lance de dados necessariamente vencedor, porque afirma suficientemente o acaso, em vez de recortar, de probabilizar ou mutilar o acaso. (DELEUZE & PARNET, 1998, p. 16).

À luz dessa consideração, Deleuze e Parnet (1998) esclarecem que a potência da subjetividade está na frágil combinação entre os termos. É importante ressaltar que “[...] o estilo, tal como concebemos, não é atribuível a um indivíduo¹⁰⁹, uma pessoa, [...] não é dela a responsabilidade do estilo.” (TEDESCO, 2001, p. 34). O estilo diz respeito ao modo de operar e não a uma propriedade ou qualidade de uma pessoa. Ele corresponde a um manejo entre a forma e o fluxo, esse movimento resultaria na função estilística.

Os estilos especializam-se por escolhas, por maneiras reiteradas de proceder à variação, de conjugar a regularidade com o irregular, levando as regras ao limite, forçando-as à mudança de seus limites, redefinindo-as, constituindo-as em outras. (TEDESCO, 2001, p. 35).

Se a subjetividade é composta por agenciamentos, planos de imanência, caso alteremos a natureza de seus elos, podemos criar novos modos de viver, pois estaríamos produzindo novos agenciamentos. Fazer da vida uma obra de arte é fazer oscilar os modos de se agenciar entre os elementos. Para Tedesco (2001), a modalidade de subjetivação singularizante possui relações de não unificação entre seus

¹⁰⁸ Deleuze (1998) estabelece um paralelo entre o estilo da escrita e o encanto de uma pessoa. A esse encanto, o autor atribui o termo charme. “O charme, fonte de vida, como o estilo, fonte da escrita.” (DELEUZE, 1998, p.15). Nesse trabalho, estamos admitindo o conceito estilo para fazer referência tanto para a escrita quanto para a subjetividade. Em virtude, de o termo charme poder ser confundido com uma característica pessoal, cabe frisar que diz respeito dos agenciamentos de uma pessoa do que propriamente a pessoalização de um atributo. “Charme e estilo são termos inadequados, seria necessário encontrar outros, substituí-los. É que, simultaneamente, enquanto o charme dá a vida uma potência pessoal, superior aos indivíduos, o estilo concede à escrita um fim que lhe é exterior, que extravasa o escrito. E trata-se do mesmo: a escrita não tem a sua finalidade em si própria, precisamente porque a vida não é algo pessoal.” (DELEUZE, 1998, p. 16).

¹⁰⁹ Para Deleuze & Parnet (1998), o nome próprio não designa um sujeito, mas algo que passa entre dois termos.

componentes. Podemos dizer que o procedimento estilístico de si instaura a possibilidade de criação dessas relações e, conseqüentemente, talvez inaugure novas combinações e formas de experimentar a vida. Em virtude disso, Deleuze e Parnet (1998) asseguram que uma oportunidade para que haja uma recombinação entre os elementos que nos habitam seria a experimentação sobre si próprio.

Portanto, o efeito da convivência entre os elementos heterogêneos é o surgimento de um estilo, como um modo de produzir transversalidade¹¹⁰, pois ele opera na imanência dos planos molares e moleculares. As linhas molares e moleculares existem tanto nos fluxos quanto nos *estratos*. Podemos entender as linhas molares como estratificações que delimitam objetos, sujeitos, representações e sistemas de referência. Já a linha molecular opera nos fluxos e devires. A distinção entre as linhas molares e os fluxos moleculares não indica uma separação entre os dois planos, contudo, aponta uma conversão mútua de um plano no outro. Pode-se dizer que há um movimento de aproximação entre segmento, linha e fluxo.

Como vimos anteriormente, o devir define-se como a vida que extravasa¹¹¹ os *estratos* antropomórficos. Afirmamos com Guattari & Rolnik (1993) que a idéia de *devir* está ligada à possibilidade de ocorrer um processo de singularização. A passagem entre a forma e o a-forme seria o devir, mas o modo como ocorre a oscilação de ir para forma e sair dela resulta de um funcionamento. O estilo aparece como esse efeito, pois consiste numa construção impessoal da modulação entre as linhas molares e moleculares da subjetividade. Em busca de mais uma pista para o entendimento dessa discussão indicamos a relação entre transversalidade e estilo.

3.3.1 A Transversalidade & Estilo

¹¹⁰ A noção de “transversalidade” foi criada por Guattari, na década de 60. No próximo tópico tal conceito será melhor desenvolvido.

¹¹¹ “[...] o fora dos estratos ou sem os estratos, já não temos forma nem substância, nem organização [...]” (DELEUZE & GUATTARI, 1997, p. 217). Zourabichvili (2004) explica que o fora seria as linhas de fuga, as pontas de desterritorialização.

Guattari e Rolnik (1993) nomeiam a travessia operada nos agenciamentos entre molar e molecular como transversalidade. Nesse sentido, temos que a operação transversal é responsável pela comunicação entre as linhas diferenciadas, ou seja, a imanência dos planos molar e molecular se dá devido à atividade da linha abstrata¹¹², linha de transversalidade.

Segundo Tedesco (1999), é através da transversalidade que o estilo irá se produzir. Assim, o procedimento estilístico se aproveita da linha de transversalidade para operar sua expressão. Conforme desenvolve a autora:

A linha transversal, portanto, ao romper com as formas de organização conhecidas, propõe um outro modo, não de ordenação mas de distribuição dos componentes, imprimindo-lhes individualização sem necessariamente submetê-los a técnicas homogeneizantes. (TEDESCO, 1999, p.206).

Essas passagens se afinam, pois estabelecem a operação da transversalidade e do estilo como um procedimento que mantém a heterogeneidade dos elementos numa relação em que cada um, ao sustentar sua própria disparidade, contribui para a diferenciação do outro, porque não se deixam homogeneizar. Assim, cada termo alimenta a diferença do outro.

O estilo não sugere, não reflete — ele explica. Explica, aliás, com a ajuda das mais surpreendentes imagens, não fundidas com o resto, que fazem com que se compreenda o que ele quer dizer, tal como acontece quando se tem uma conversa genial, não se preocupando com a harmonia, nem tampouco em intervir. (DELEUZE, 1987, p. 165).

Deleuze (1987) assemelha o estilo a um rio que carrega os mais diferentes materiais em diversas velocidades. O estilo, assim como o rio, irá arrastar essas

¹¹² Deleuze & Parnet (1998) afirmam que as linhas abstratas traçam o plano de imanência. É ela que atravessa os elementos heterogêneos e independentes e os fazem funcionar em conjunto. “O agenciamento maquínico é o deslocamento de centro de gravidade sobre uma linha abstrata.” (DELEUZE & PARNET, p.128).

diferenças não-comunicantes¹¹³. No entanto, o efeito dessa não comunicação dos diversos objetos é o deslocamento de sentido em cada um.

O estilo opera por ressonância entre os objetos, ele compreende uma relação de inquietação onde não há harmonia nos termos. Por conseqüência, ele produz um resultado não totalizante, uma vez que a troca entre os objetos não resulta numa integração. Assim, “[...] sendo dado dois objetos ele produz objetos parciais (os produz como objetos parciais inseridos um no outro), produz movimentos forçados.” (DELEUZE, 1987, p. 167).

O elo entre dois objetos autônomos produzirá por efeito de estilo um objeto parcial. Deleuze (1987) interroga como pode o estilo unir elementos heterogêneos sem unificar. A resposta está na dimensão transversal. Devido à transversalidade “[...] a unidade e a totalidade se organizam por si mesmas sem unificar nem totalizar objetos ou sujeitos.” (DELEUZE, 1987, p. 169).

Para explicar a transversalidade¹¹⁴, Guattari (2004) opõe esta noção aos conceitos de *verticalidade* e *horizontalidade*. Por verticalidade, o autor considera aquilo que é encontrado em sistemas de estruturas piramidais. Nesses sistemas hierarquizados, pode-se prontamente saber quem está na posição de comando e quem está subordinado. Ele afirma que a transversalidade não se confundiria com a noção de verticalidade, muito menos com o conceito de horizontalidade. A noção de horizontalidade é descrita por Guattari (2004) como um estado em que as coisas e as pessoas “se arranjam como podem” à situação em que se encontram.

Já o coeficiente de transversalidade, Guattari (2004) o estabelece como o que repercute nos elementos, capaz de modificar a estrutura da função de cada um e, ao

¹¹³ Deleuze (1987) esclarece que essa não comunicação consiste em não haver integração ou unificação entre as diferenças. Ao mesmo tempo, ele mostra a interessante ressonância que ocorre entre as obras de arte. “Pois se uma obra de arte entra em comunicação com o público e, mais que isso, o suscita, se entra em comunicação com as outras obras do mesmo artista e as suscita, se entra em comunicação com outras obras de outros artistas suscitando-lhes o despertar, é sempre nessa dimensão de transversalidade, em que a unidade e a totalidade se organizam por si mesmas sem unificar nem totalizar objetos ou sujeitos” (DELEUZE, 1987, p. 169).

¹¹⁴ Félix Guattari (1930-1992) formulou o conceito de transversalidade. Em 1974, publicou o livro: “Psicanálise e Transversalidade – Ensaio da análise institucional”. Para saber mais, indicamos a dissertação de André Rossi Coutinho (2007): “Da transferência à transversalidade: O devir dos conceitos e a variação do plano da clínica”.

mesmo tempo, permitir uma reorientação do conjunto. Pode-se corroborar essa explicação de Guattari na passagem a seguir, em que Deleuze (1987), para explicar o efeito da transversalidade na literatura proustiana, argumenta que:

O essencial é quando a frase atinge um Ponto de vista próprio a cada um dos dois objetos, mas precisamente um Ponto de vista, que se deve dizer próprio ao objeto porque o objeto já foi deslocado por ele, como se o ponto de vista se dividisse em mil pontos de vista diversos não-comunicantes, de modo que, a mesma operação se fazendo com o outro objeto, os pontos de vista podem inserir-se uns nos outros, ressoar uns com os outros, [...] (DELEUZE, 1987, p. 167).

Deleuze (1987) ressalta a importância do efeito da transversalidade em produzir um ponto de vista próprio a cada um dos objetos, pois ambos os objetos são deslocados em seus sentidos quando relacionados. Esse deslocamento dos objetos implicará em mil pontos de vista diversos para a frase. Portanto, a frase não comporta uma totalização de sentido. Pode-se dizer que cada perspectiva dos elementos particulares da frase produzem efeitos uns sobre os outros. Deste modo, a ressonância de cada elemento sobre os demais produz mais e mais deslocamentos de sentido em cada um e na própria unidade da frase.

É preciso que cada termo de uma série, sendo já diferença, seja colocado numa relação variável com outros termos e constitua, assim, outras séries desprovidas de centro e convergência. É preciso afirmar a divergência e o descentramento na própria série. Cada coisa, cada ser deve ver sua própria identidade tragada pela diferença, cada qual sendo só uma diferença entre as diferenças. **É preciso mostrar a diferença diferindo.** (DELEUZE, 2006, p.94, grifo nosso).

Para Deleuze (2006), é próprio de cada diferença passar e se encontrar através de outras diferenças. Pela citação, o que se coloca é que cada termo ou diferença possui, de certa forma, autonomia em relação aos demais, embora sofra influências dos outros em sua trajetória. É “[...] sempre diferença de diferença [...]” (DELEUZE, 2006, p.109).

Deleuze (1987) esclarece que o estilo põe-se a “transversalisar” dois objetos distantes, ele produz uma desordem entre os elementos, sobretudo por não se preocupar com a totalização. O autor cita o exemplo da composição da frase literária

proustiana, em que ocorre uma multiplicidade de entendimento sobre a mesma. Vale ressaltar que isso só ocorre porque até os próprios elementos mantêm suas pluralidades.

Podemos aproximar a transversalidade dos “elementos de grupo” dos quais fala Guattari (2004) da transversalidade dos objetos na frase literária mencionados por Deleuze (1987), via Proust. Desde modo, o que repercute na relação entre elementos diferentes modifica o sentido de cada um e ocasiona a redistribuição de funções no conjunto. Observa-se que o que torna possível a transversalidade é o fato de não se atribuir nenhuma totalização, muito menos uma unificação última ao conjunto dos elementos.

Para Guattari (2004), a transversalidade tende a se realizar quando ocorre uma comunicação máxima entre os diferentes níveis e, sobretudo, nos diferentes sentidos.

[...] como produzir e pensar os fragmentos que tenham entre si relações de diferença enquanto tal, que tenham por relação entre si sua própria diferença, sem referência a uma totalidade resultante por vir? (DELEUZE & GUATTARI, 1976, p. 61).

Deleuze & Guattari (1976) afirmam a produção desejante como multiplicidade, seus objetos são parciais e irreduzíveis a algo que os totalize. Se existe totalidade, ela se dá “[...] ao lado” das partes. (DELEUZE & GUATTARI, 1976, p. 61). Essa totalidade refere-se à não-unificação das partes, a “[...] uma unidade de todas essas partes, mas que não as unifica, e que se acrescenta a elas como uma nova parte composta à parte”. (DELEUZE & GUATTARI, 1976, p. 61).

E é notável, na máquina literária de *‘La Recherche du Temps perdu’*, até que ponto todas as partes são produzidas como lados dissimétricos, direções quebradas, caixas fechadas, vasos não comunicantes, divisões, onde até mesmo as contigüidades são distâncias, e as distâncias, afirmações, pedaços de quebra-cabeça que não vêm do mesmo, mas de quebra-cabeças diferentes, violentamente inseridos uns nos outros, sempre locais e nunca específicos, e suas bordas discordantes sempre forçadas, profanadas, imbricadas umas nas outras, sempre com restos. (DELEUZE & GUATTARI, 1976, p. 61).

Deleuze & Guattari (1976) assinalam que, para Proust, o todo da obra literária está sempre em processo de produção com as partes. Isso significa que o próprio todo também é uma parte, ou seja, é sempre parcial. E se chamamos a reunião das partes de todo, isso ocorre devido ao efeito de instaurar comunicações aberrantes entre elementos não comunicantes, “[...] unidades transversais entre elementos que guardam toda a sua diferença nas suas dimensões próprias.” (DELEUZE & GUATTARI, 1976, p. 62). Deste modo, o processo de produção induz comunicações transversais por relacionar objetos parciais e heterogêneos numa pretensa integração que não se totaliza.

Quando afirmamos o dispositivo clínico como político, estamos nos referindo a sua disposição para transversalisar os elementos que compõem as formas, sejam essas o sujeito ou o próprio dispositivo, com intuito, não de prescindir-las, mas de desestabilizá-las. O intuito é que os elementos se mantenham parciais, ou seja, não totalizáveis e, com isso, outros contornos subjetivos e clínicos poderiam ser construídos. O interesse da clínica que funciona nessa lógica é permitir a criação de novas subjetividades.

A importância da noção de estilo aplicada à subjetividade mostra-se na medida em que se analisa o processo de criação na clínica, pois a heterogeneidade do encontro¹¹⁵ clínico promove condições para a composição de agenciamentos inéditos. Esse encontro pode desencadear devires; assim, o que permite o surgimento do processo de criação não pertence a nenhuma das partes do agenciamento. Em outras palavras, “[...] nada que esteja nem numa nem na outra, [...] mas algo que está entre as duas, fora de ambas [...]” (DELEUZE & PARNET, 1998, p.17).

Seguindo essa linha de pensamento, Deleuze & Parnet (1998) apregoam que traçar uma linha de fuga a partir da experiência do *devir*, ocorre como fruto de um encontro. Por esse motivo, torna-se necessário uma escolha do objeto¹¹⁶, de modo

¹¹⁵ Deleuze e Parnet (1998) assinalam que um encontro é o mesmo que um devir. Ocorre sob efeito de uma solidão povoada. Um encontro designa um efeito, “[...] alguma coisa que passa ou que se passa entre dois como sob uma diferença potencial [...]” (DELEUZE & PARNET, 1998, p. 17).

¹¹⁶ Esse objeto é o elemento demoníaco, pois implica num devir. Ele desempenha uma função especial. Deleuze e Parnet (1998) denominam essa função demoníaca como anômala, pois “está sempre na

impessoal, que fará desterritorializar. Apostamos na clínica como esse dispositivo que potencializa a experiência da desterritorialização, capaz de desmanchar as cristalizações e desfazer algumas conexões estratificadas para possibilitar outras, insólitas.

Consideramos que na vida existam outros dispositivos capazes de produzir rupturas. No entanto, essa função torna-se privilegiada à clínica porque ela, além de potencializar os processos singulares de existir, também acompanha a formação de consistência dos mesmos para que continuem suas trajetórias. Todavia, não se pode dizer o mesmo a respeito de outros objetos no mundo que por ventura estimulem a desterritorialização, pois não necessariamente podem afirmar a construção de novos territórios. Isso se dá principalmente porque os mecanismos de captura dos processos de singularização estão sempre à espreita, no intuito de não permitir sua manifestação e muito menos a continuidades desses fenômenos.

3.3.2 A Subjetivação e a relação de si

Os modos de subjetivação¹¹⁷ são entendidos como a dobra das relações de forças de uma determinada formação histórica. A subjetividade é produzida segundo o

fronteira, na margem de uma banda ou de uma multiplicidade; faz parte dela [...]” (DELEUZE & PARNET, 1998, p.58). Em outro texto, Deleuze e Guattari (1997) afirmam: “O agenciamento se mantém pelo componente mais desterritorializado [...]” (DELEUZE & GUATTARI, 1997, p.132). Não seria essa a função da clínica? Permitir a passagem a outras multiplicidades, produzir o traçado da linha de fuga? Fazendo um paralelo com o cinema, seria essa a função do estranho objeto do desejo de Buñel? No filme “Esse obscuro objeto do desejo” (1977), o protagonista Mathieu (Fernando Rey) sente-se fascinado pela multiplicidade da Conchita (interpretada por duas atrizes Carole Bouquet e Angela Molina). A passagem da diferenciação dessa personagem de uma atriz a outra confere a Conchita a obscura presença do insólito. A alternância das atrizes nos faz deparar com o não-usual, com aquilo que foge às regras. Buñel nos encanta ao apresentar a obscuridade de uma multiplicidade, ou seja, quão mínimas são as passagens/diferenciações entre uma e outra atriz. Da mesma forma, os grandes autores e diretores possuem suas musas inspiradoras que agem como função de desterritorialização.

¹¹⁷ Silva (2004) esclarece que a subjetividade distingue em sua configuração ao longo do tempo, porque está em função das relações de força de um determinado período, já que cada formação histórica irá dobrar as forças que a atravessa dando-lhe um sentido particular.

modo de subjetivação histórica de determinado período, que irá permitir ou não o surgimento de determinados territórios existenciais.

A idéia de dobra¹¹⁸ deriva do pensamento de Leibniz: “Não, não se trata de uma espécie de ‘retorno ao sujeito’, mas do justo traçado de uma dobra de subjetivação.” (SCHÉRER, 2005, p. 137). O que permite o desenvolvimento das formas é a dobra, pois ela promove uma invaginação do plano e o que estava no lado de fora vai para dentro. Deleuze (2006) explica o conceito de fora como um limite que não é fixo, pois é animado por movimentos peristálticos das pregas e dobras. Para o autor, o dentro nada mais é do que uma prega desse lado de fora, tal “[...] como se o navio fosse a dobra do mar.” (DELEUZE, 2006, p. 104). Essa constante inflexão do fora para dentro origina um processo infinito de subjetivação.

Silva (2004) argumenta que o conceito de dobra consiste numa importante ferramenta para se pensar a experiência subjetiva. Para a autora, Deleuze introduz esse conceito num duplo sentido, para exprimir tanto um território subjetivo quanto o processo de produção desse território, pois a curvatura das linhas que percorrem o plano de imanência promove a convergência das singularidades do plano e, por conseguinte, cria-se, de modo coextensivo, um dentro e um fora.

A partir de Deleuze, Silva (2004) assinala que as dobraduras do fora vão produzir diferentes modos de expressão da subjetividade. Nesse caso, a inflexão produzirá um arranjo em que se constituirá certa relação consigo numa determinada formação histórica. A questão que estamos discutindo se refere às formas de relação consigo e com o mundo. Isso implica na experimentação de novas relações. “A ascese foi sempre a condição do desejo, e não a sua disciplina ou a sua interdição. Quando se pensa no desejo encontra-se sempre uma ascese.” (DELEUZE & PARNET, 1998, p. 123). Portanto, os modos de existência deviam ser avaliados de acordo com critérios

¹¹⁸ Em consonância, Silva (2004) explica que a idéia de dobra é fundamental para entendermos o processo de subjetivação. Em Deleuze, a autora argumenta que tudo no mundo existe dobrado. Essas dobras são responsáveis pela produção de diferentes modos de expressão da subjetividade. O que serão essas dobras? Para Deleuze (2006 a), a dobra é o ponto de inflexão, em que se produz um Dentro do Fora. Para ele, a dobra é uma interiorização do exterior, uma invaginação do Fora. Em outro texto, Deleuze (2005) refere-se à inflexão como “inseparável de uma variação infinita ou de uma curvatura infinitamente variável.” (DELEUZE, 2005, p.34), ou seja, haverá sempre uma inflexão que faz da variação uma dobra. Ele vai além e explica que o múltiplo é o que é dobrado de muitas maneiras.

imanescentes, segundo seu teor de "possibilidades", de liberdade, de criatividade, sem se apelar a valores transcendentais. É por isso que Foucault fará alusão à estética como um critério de vida, uma alternativa para substituir os valores transcendentais. A resistência aos modos de vida serializados consiste em fugir das capturas que visem aplanar toda forma de experimentação criativa do tempo e do espaço.

Não é o ponto de vista que varia com o sujeito, pelo menos em primeiro lugar; ao contrário, o ponto de vista é a condição sob a qual um eventual sujeito apreende uma variação [...] (DELEUZE, 2006, p. 40).

Com a citação acima salienta-se que um modo de existência é a condição sob a qual o mundo aparece ao sujeito. Deleuze (2006) argumenta que Foucault, quando estuda a formação grega, apresenta novas relações de poder que se estendem através dos saberes, de modo a produzir uma direção de si mesmo. A novidade dos gregos surge por um duplo descolamento,

[...] quando 'os exercícios que permitem governar a si mesmo' se descolam ao mesmo tempo do poder como relação de forças e do saber como forma estratificada, como 'código de virtude'. Por um lado, há uma 'relação consigo' que começa a derivar-se da relação com os outros; por outro lado, igualmente 'uma constituição de si' começa a derivar do código moral como regra de saber. (DELEUZE, 2006, p. 106).

Esse deslocamento consiste na autonomia que "a relação do homem consigo mesmo" adquire. Isso significa que esse domínio se desenvolve segundo uma dimensão própria, ela ganha uma independência em relação às dimensões de Saber e Poder. A "relação consigo" estabelece um poder que se exerce sobre si mesmo dentro do poder que se exerce sobre os outros. Por isso foi preciso duplicar, ou seja, dobrar as regras obrigatórias do poder mediante relações facultativas do homem. Deleuze (2006) dirá que os gregos, na concepção de Foucault, inventaram o sujeito como o produto de uma subjetivação.

Para os autores, a "relação consigo" resiste ao poder, ela não deixa de se fazer em todas as formações históricas, "[...] não pára de renascer, em outros lugares e em outras formas." (DELEUZE, 2006, p. 111). O processo de subjetivação seria essa relação que se faz por dobra do poder. Deleuze (2006) salienta que há quatro dobras: a

primeira seria a parte material no qual construímos a relação consigo. Para os gregos, era a *aphrodisia* e para os cristãos, o desejo. A segunda dobra é a relação de forças. A terceira concerne ao saber. A quarta dobra é a do lado de fora. Nesse sentido, essas dobras são variáveis e constituem modos de subjetivação. “Elas operam ‘por sob os códigos e regras’ do saber e do poder, arriscando-se a juntar-se a eles se desdobrando, mas não sem que outras dobraduras se façam.” (DELEUZE, 2006, p.112).

3.4 Compromisso político da clínica

Segundo Benevides (2002), a proposta clínica de Guattari consiste na análise voltada não para indivíduos, mas para os processos. Assinalamos que para esses autores há uma correspondência entre uma política desejante e um desejo político. O que queremos dizer é: desejo e política se constituem a partir de um plano de imanência e funcionam através de um fluxo heterogêneo. Isso significa uma inseparabilidade entre as maquinações desejantes da subjetividade e a produção social. E, por isso, torna-se de fundamental importância para a clínica entender os modos de funcionamento social, econômico, político, institucional e outros.

Considerar essa inseparabilidade entre realidade social e realidade psíquica nos permite avançar no entendimento de que o desejo produz o real e também é produzido por ele. Portanto, há uma coextensividade entre as produções política e desejante. A partir dessa consideração, torna-se possível o surgimento dos processos de criação, pois como esses campos causam interferências mútuas, suas composições podem fazer emergir novas construções no mundo.

Esse é o nosso interesse, pois afirmar essa posição consiste em acreditar ser possível desfazer os modos de viver reificados, serializados, e, com isso, proliferar o movimento de criação no mundo e na subjetividade. Tal posicionamento nos permite dizer que não existiria mais a dicotomia mundo *versus* subjetividade, pois operar uma mudança no mundo nos conduziria também a inventar movimentos de ruptura “[...] que gerem outros modos de subjetivação como imprescindíveis para qualquer mudança efetiva da realidade.” (BENEVIDES, 2002, p. 135). Do mesmo modo, as produções

desejantes propõem outros territórios, novas condutas. Assim, as novas formas de existir contagiam também o coletivo e por conseqüência, elas podem modificar as normas vigentes, com isso as ordens sociais seriam ampliadas.

Essa relação entre a produção desejante e social, nos convoca a pensar um compromisso clínico com a gênese de outros modos de existência. E, por sua vez, outra estratégia clínica terá que ser inventada. Segundo Benevides (2002), a clínica que se depreende daí não é alheia ao social, a transformação subjetiva não se dissocia da transformação social.

Uma clínica da diferença seria aquela que toma o acontecimento em seu sentido disruptivo, que nos convoca a criar outras formas, outros territórios que contemplem novas relações com o já-atual. (BENEVIDES, 2002, p. 136).

Benevides (2002) salienta que a gênese da diferença se constitui sempre a partir de uma produção coletiva e diz respeito a um determinado contexto. O desafio ético da clínica consiste na invenção de práticas que criem novos sentidos em favor da singularização. Assim, esta clínica, tomada como um dispositivo¹¹⁹, investe em lutas a favor da produção da diferença, ou seja, em produzir subjetividades outras. Portanto, ela se voltaria à invenção de práticas.

Deleuze (1996b) explica que, para Foucault, o dispositivo é um conjunto multilinear, composto de linhas de natureza diferentes. Cada dispositivo é uma multiplicidade na qual se operam determinados processos em devir, distintos daqueles que operam em outro. As linhas do dispositivo seguem direções, traçam processos sempre em desequilíbrio, às vezes se aproximando, às vezes se afastando umas das outras. Cada linha é submetida a *variações de direção*.

Para Foucault, de acordo com Deleuze (1996b), todo dispositivo se define assim por seu teor de criação, que marca, ao mesmo tempo, sua capacidade de se transformar em proveito de um dispositivo futuro, ou, ao contrário, de fortificar-se sobre suas linhas mais duras, mais rígidas ou sólidas.

¹¹⁹ Benevides (2002) considera o dispositivo como uma multiplicidade, um emaranhado de linhas que o sustenta.

A linha de subjetivação¹²⁰ é um processo, uma produção de subjetividade em um dispositivo. É uma linha de fuga, ela escapa a outras linhas sendo, portanto, um processo de singularização que se aparta das relações já estabelecidas.

Podemos considerar o dispositivo clínico em sua dimensão criadora como uma micropolítica?

3.4.1- A micropolítica da clínica

A micropolítica pode ser entendida como uma estratégia de análise do desejo no campo social. Traçar uma cartografia a partir dos processos desejantes “[...] diz respeito ao modo como se cruza o nível das diferenças sociais mais amplas [...] e as moleculares.” (GUATTARI & ROLNIK, 1993, p.127). Uma das questões oriundas da micropolítica refere-se à análise da relação entre essas dimensões (molar e molecular). Isso impedirá um exame dicotômico da relação molar-molecular, pois consideramos que os fenômenos se constituem numa multiplicidade.

Para Guattari & Rolnik (1993), a “micropolítica” consiste em agenciar os processos de singularização de modo a não permitir que se neutralizem, mas fazer com que esses processos se apoiem uns nos outros, de modo que haja uma intensificação dos mesmos. “Toda problemática micropolítica consistiria, exatamente, em tentar agenciar os processos de singularidade [...]” (GUATTARI & ROLNIK, 1993, p. 130).

Nesse sentido, consideramos que a clínica no viés que estamos tratando, ou seja, favorável à criação, funciona como uma micropolítica, uma vez que trabalha em prol dos processos de singularização e, ao mesmo tempo, resiste à reapropriação desses processos pela produção da subjetividade capitalística. “A questão micropolítica é a de como reproduzimos (ou não) os modos de subjetividade dominante.” (GUATTARI & ROLNIK, 1993, p. 133).

¹²⁰ Ela escapa às dimensões do saber e poder, por isso parece capaz de traçar caminhos de criação que não param de abortar, mas, também, de serem retomados, modificados, até a ruptura do antigo dispositivo.

Deleuze e Parnet (1998) alertam aos clínicos que não esmaguem os enunciados dos pacientes, nem rejeitem os desejos, experimentações, agenciamentos, políticas, amores dos mesmos. Indicamos que a tática clínica poderia se inclinar para perceber o que no sintoma se produz como potência, ou seja, a clínica se propõe a recuperar nele; o movimento, a produção.

Tomemos como exemplo uma dor histérica ou um comportamento psíquico que pareça concentrar todos esses problemas, e que chamamos de 'sintoma' ou 'síndrome'. Na verdade, só podemos compreender como a pessoa chega a apresentar tal sintoma, se compreendermos todas as articulações que a levaram a isso. (GUATTARI & ROLNIK, 1993, p. 248).

Guattari & Rolnik (1993) dizem que não se pode definir "Doença Mental" sob um único aspecto. Ela envolve inúmeros elementos: de ordem pessoal, conflitos de personalidade, relações de ordem sexual, relações de casais, relações no seio da família, problemas de ordem microssocial, dimensões institucionais, questões de trabalho, de vizinhança, de modo de vida, dimensões econômicas, morais, estéticas, religiosas e outras. "A doença mental é alguma coisa que se agencia no conjunto desses níveis, mesmo que o que aparece seja unicamente um sintoma no corpo." (GUATTARI & ROLNIK, 1993, p. 247).

3.4.2- Considerações sobre uma nota de caso clínico

Seguindo estas considerações, ilustramos com uma nota acerca de um caso clínico cujo atendimento ocorreu durante três meses, no ano de 2007: Vitor possui 26 anos, nasceu no município de Aperibé, no estado do Rio de Janeiro. Ele se mudou da casa da mãe naquele município e passa a morar com sua tia materna em Icaraí/Niterói. O motivo de sua vinda para Niterói se deve ao interesse em ingressar num curso preparatório para concurso público, já que em sua cidade natal não havia cursos com essa finalidade. Conta que possuía o desejo de trabalhar no Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro. Havia abandonado um curso de graduação em Agronomia e, naquele

momento, planeja iniciar a faculdade de Direito. Relata que os pais são separados. A mãe sofreu um AVC após descobrir a relação extraconjugal do pai de Vitor. É importante dizer que a consequência do derrame cerebral foi seqüelas na função da fala. Ela não completa as frases, possui muita dificuldade em dizer uma sentença inteira, ou seja, quando fala uma palavra, condensa várias idéias. Vitor comparece à primeira entrevista com o seguinte pedido: “*Quero me ... (pausa) refazer*”. (Sic) Ao longo do atendimento, percebo que ele também não completa suas frases, ou quando o faz, há um espaço de tempo entre uma palavra e outra. Assim, não possui uma cadência regular na articulação das palavras. Diante disso, o atendimento clínico possibilitou o “refazer” de sua fala, através de um tempo de espera para que ele construísse suas frases.

Guattari & Rolnik (1993) nos convidam a perceber na clínica como a subjetividade cai em impasses totais, ou como é absorvida e não consegue entrar em *processos de singularização*. O trabalho com Vitor consistiu em construir um plano de consistência como condição para sua possibilidade de falar. Vale lembrar que para esses autores, todo ato é coletivo. Portanto, o ato de falar não é considerado como um ato individual, ele comporta uma dimensão coletiva. Vitor diz que passou o ano inteiro sem conversar com as pessoas. Segundo ele, apenas falava o trivial, como responder perguntas do cotidiano. Explica que mora com a tia materna em Niterói. Não consegue conversar com ela, nem com o primo. Muitas vezes, na casa da tia, sente que sua presença não muda em nada o ambiente familiar por não interagir na dinâmica. Nesse contexto, a clínica atuou no sentido de captar o processo pelo qual o paciente passou, ou seja, “[...] quando não se consegue viver ou sobreviver em determinado lugar, em determinado momento [...]” (GUATTARI & ROLNIK, 1993, p. 264), cabe à clínica investigar como se desenvolveu tal processo.

Ele prossegue seu relato dizendo que se tranca em seu quarto para estudar. Uma fala que chama muita atenção é quando diz: “Não posso errar”. (Sic). Explica que, quando faz os exercícios do cursinho, esforça-se por não cometer nenhum erro. O fato me causa estranhamento e me leva a questioná-lo como poderá aprender diante de toda essa exigência. Ele me conta que cursou alguns períodos de uma faculdade de Agronomia e acabou trancando a matrícula devido ao desejo de conseguir um emprego

público. Exemplifica como um de muitos erros que cometeu o fato de ter abandonado a faculdade.

Utilizamos esse fragmento de caso com a finalidade de exemplificar o fechamento que se operava no paciente. Guattari & Rolnik (1993) explicam que é necessário perguntar com que tipos de relações o paciente se defronta, e o que acontece com ele nas situações em que vive. Os autores dirão que o que acontece nesses casos é o “conjunto de certo possível” — predeterminado, precodificado por diferentes níveis da sociedade — que o leva a sentir essa impossibilidade de comunicação e expressão. Torna-se necessário “[...] compreender o conjunto de agenciamentos que faz com que essa subjetividade esteja sofrendo.” (GUATTARI & ROLNIK, 1993, p.248).

O indivíduo que temos diante de nós não é, freqüentemente, senão ‘o terminal’ de todo um conjunto de agenciamentos sociais. E se não atingimos o cerne desses agenciamentos, embarcamos em atitudes fictícias. (GUATTARI & ROLNIK, 1993, p. 251).

Guattari & Rolnik (1993) dizem que na clínica busca-se encontrar os pontos de mínimos graus de liberdade nos agenciamentos constituintes do indivíduo para operar a criação de si. Eles também salientam que viver em uma sociedade que reforça as segregações traz conseqüências às posições individuais e intersubjetivas.

Ao longo do atendimento, Vitor conversa de modo mais fluido. Em decorrência disso, pode formular sua queixa. Ela gira em torno de uma preocupação com as injustiças sociais e a corrupção na política. Relata algumas histórias a respeito de trabalhadores rurais em Aperibé que não tinham terra para lavoura e, por isso ficavam a mercê da ganância de grandes proprietários rurais e políticos em época de eleição. Em uma delas, ele conta que fez um levantamento informal, dessa população, com um primo que era advogado com intuito de processar os grandes latifundiários. Contudo, o processo não seguiu adiante. Ele dizia que isso o fez sentir muita revolta. Vitor percebe que seu desejo em fazer parte de uma instituição judiciária ocorre devido ao fato de combater as injustiças, os erros cometidos na máquina estatal.

Vitor pretendeu refazer sua vida, seus agenciamentos, enfim, dar continuidade ao seu processo desejante. Ele escolheu com cautela os concursos que ele desejou

prestar, ampliou suas possibilidades e passou justamente num concurso em Aperibé. A respeito do seu novo trabalho, Vitor contou que irá atuar no levantamento de carências do município. E, assim ele espera que poderá favorecer a inserção da mão-de-obra local, pois executará projetos voltados para o desenvolvimento da região no setor agropecuário. Neste processo, ele acredita numa interação entre o conhecimento formal (instituição pública) e o conhecimento informal (trabalhadores rurais), pois ela poderá efetuar as intervenções necessárias para resolver desde problemas que ameaçam a população local como também, pode gerar oportunidades para região.

A clínica faz vacilar a esfera individual e lança o paciente em um direcionamento mais coletivo. Isso ocorre quando o paciente vai da queixa individual (impotência frente à corrupção) a uma atitude crítica e coletiva (trabalhar no vórtice do que o afeta), pois é na ação de uma prática que ele colocou em jogo o sofrimento como uma indicação de que algo precisava ser feito. Não basta apenas sofrer, queixar-se, mas deixar o afeto produzir.

Nesse caso clínico, podemos dizer que a marca de subjetivação desse paciente ocorre por uma afetação com as injustiças sociais. O estilismo de si comparece na escolha do paciente em relação a uma atitude assumida, ou seja, um modo de agir que até então só comparecia como impotência frente a uma verdade inquestionável: “Os políticos são corruptos, deixam as pessoas sem ter um lugar para viver.” (Sic). Assim, o que era um problema transforma-se num modo estilístico de estar no mundo. O paciente conseguiu dar passagem ao que o afetava, produziu a construção de uma nova realidade. E, o mais interessante é que através da preocupação de um lugar para os outros viverem que ele inventou um lugar para ele no mundo.

Interrompemos o tratamento devido à mudança de Vitor para Aperibé, onde assumirá esse cargo público. Ao se despedir, me agradece e diz que ficou impressionado com o atendimento clínico, *“porque achava que iria ficar de papo furado e não chegaria a lugar nenhum.”* (Sic). Essa despedida foi emocionante, uma experiência profundamente significativa pelo fato de passar diante dos nossos olhos a revolução de uma pessoa com dificuldades de falar, ou seja, Vitor estava com alguns agenciamentos bloqueados, e a clínica conseguiu dispará-los.

A experiência clínica visa reconciliar o paciente com sua produção desejante e com isso “reorientar a existência” (GUATTARI & ROLNIK, 1993, p. 249) dele, ou seja, “[...] quando se desencadeia um efeito de sentido num agenciamento subjetivo, sempre está implicada uma micropolítica da enunciação (ou do ato terapêutico) [...]” (GUATTARI & ROLNIK, 1993, p. 252).

O ato terapêutico, segundo Guattari & Rolnik (1993), não pode centrar-se na interpretação do analista sobre o discurso. Nesse sentido, ele faz surgir “[...] outros tipos de possíveis, numa situação onde tudo parecia predeterminado [...] em modos estratificados de subjetividade, em modos de redundância de expressão.” (GUATTARI & ROLNIK, 1993, p. 258).

Não é somente a experiência clínica que promoveria mudanças nos universos de referência de uma subjetividade. Os componentes acumulados da subjetividade “[...] podem dar consistência a uma mutação da personalidade [...]” (GUATTARI & ROLNIK, 1993, p. 253). Deste modo, vários fatores estão em jogo para que se produza um efeito subjetivo de transformação. O que Guattari e Rolnik (1993) salientam é que os processos analíticos são necessariamente descentrados em relação às pessoas, uma vez que tal tipo de intervenção alcança níveis de despersonalização. Isso significa que a clínica instiga a produção de si a partir de pontos de indissociabilidade entre os vetores de subjetivação, bem como acompanha o modo pelo qual ocorre a composição entre esses termos, onde se movimenta os germes de criação.

Aquele que temos diante de nós continua com o mesmo nome, a mesma silhueta, mas não é o mesmo, é uma outra pessoa. Só uma conjunção contingente, ‘probabilística’, de fatores heterogêneos podem engendrar tais **ultrapassagens** de fronteiras e acarretar remanejamentos de personalidade. (GUATTARI & ROLNIK, 1993, p. 253, grifo nosso).

Nosso interesse consiste em pensar: “Como fabricar uma subjetividade processual?” (GUATTARI & ROLNIK, 1993, p.255). Precisamos produzir subjetividades com aberturas para outras potencialidades, outros modos de expressão. A preocupação está em fazer surgir possíveis que desloquem os modos hegemônicos de subjetivação.

Em decorrência dessa preocupação, nos perguntamos também: como podemos produzir os processos analíticos?

Os processos de subjetivação envolvem elementos infrapessoais, orgânicos, fisiológicos, processos econômicos, maquínicos, extrapessoais e etc. Guattari & Rolnik (1993) explicam que, num dado momento, esses processos de subjetivação podem ganhar dimensão de processo analítico e promover a singularização.

Os autores apontam para a problemática da análise¹²¹ das formações inconscientes¹²² quando fundadas em concepções teóricas sem conexões com as produções subjetivas. Eles argumentam a necessidade de se resgatar a sensibilidade de tais processos, uma vez que a expansão da máquina desejante ocorre imanente à produção social. Nesse sentido, cabe frisar que o dispositivo clínico que possui o intuito de fazer proliferar a vida não pode prescindir em analisar as produções de subjetividade.

Quando falo em caráter disruptor da análise, refiro-me a esse trabalho minucioso que consiste em remover dos territórios individuais, grupais, institucionais etc. — o entulho de imagens congeladas, as quais, por impedir o acesso à consistência dos processos que estão sendo experimentados, obstruem passagens, emperram toda e qualquer possibilidade de movimento. (GUATTARI & ROLNIK, 1993, p. 295).

A proposta da filosofia da diferença para o dispositivo clínico consiste em não deixar as intervenções contribuírem para a morte da produção do desejo. Ela chama a atenção para o perigo em buscar no passado significados para atribuir aos germes de criação um sentido conhecido. Em contraposição, a clínica volta-se para potencializar a montagem de outros territórios de desejo. Assim, ela descarta qualquer tipo de pressuposições em relação às experiências. A preocupação incide nas possibilidades de agenciamento da multiplicidade, ou seja, queremos dizer que o principal na criação é deixar esse processo ativo.

¹²¹ “[...] Pode ser também que, para alguém, a problemática analítica consista em forjar um meio de expressão de suas singularidades inteiramente fora dos sistemas que lhe são propostos: a família, o hospital psiquiátrico, a psicoterapia, etc.” (GUATTARI & ROLNIK, 1993, p. 247).

¹²² A noção de inconsciente, para Guattari & Rolnik (1993), encontra-se deslocada do lugar psíquico, uma vez que transborda e atravessa o indivíduo. O conceito de inconsciente maquínico desvia-se da idéia de um inconsciente privado e ao mesmo tempo o afirma como resultado de uma produção histórico-social.

Deleuze e Parnet (1998) apontam a importância de a clínica perceber as linhas que se encontram bloqueadas, evitando cair em buracos negros. Por outro lado, indicam também a necessidade de perceber quais estão vivas e nos arrastam para outras experiências. As intervenções devem contribuir para fortalecer as linhas vivas, afinal “[...] qualquer entrada é boa, desde que hajam saídas múltiplas.” (DELEUZE & PARNET, 1998, p. 126).

A clínica e a crítica seriam dispositivos semelhantes. Enquanto a clínica é um dispositivo que produz ruptura da serialização na vida, de modo análogo, a crítica seria um mecanismo na literatura que permite os desvios das formas na obra literária¹²³, assim, “[...] a vida e a obra são a mesma coisa quando abraçaram a linha de fuga [...]” (DELEUZE & PARNET, 1998, p. 169).

Deleuze e Parnet (1998) relacionam a crítica ao traçado do plano de consistência de uma obra, seria “a arte das conjugações”. (DELEUZE & PARNET, 1998, p. 144). E a clínica corresponde ao traçado das linhas no plano, ou a maneira como as linhas traçam o plano, “a arte das declinações”. (DELEUZE & PARNET, 1998, p. 144). Propomos a crítica e a clínica num agenciamento do estilismo de si. Nesse sentido, “[...] a crítica-clínica deve seguir a linha de maior inclinação [...] e [...] ao mesmo tempo alcançar o seu plano de consistência.” (DELEUZE & PARNET, 1998, p.148). Em outras palavras, o estilismo de si na clínica buscaria através da linha de maior inclinação, ou seja, ele incidiria sobre a linha de fuga, pois será na relação com ela que se possibilita a produção de outras composições.

Aquilo a que chamamos muito nomes – esquizoanálise, micropolítica, pragmática, diagramatismo, rizomática, cartografia – tem apenas como objeto o estudo dessas linhas, em grupos ou em indivíduos. (DELEUZE & PARNET, 1998, p. 152).

A micropolítica vai investigar a fronteira “[...] por onde tudo passa e foge por uma linha quebrada e molecular [...]” (DELEUZE & PARNET, 1998, p. 159). A linha de fuga é

¹²³ A interlocução do filósofo com a literatura, a pintura e o cinema não visa elaborar uma discussão sobre as artes, mas se utiliza das interfaces com esses campos para se apropriar do que pode contribuir para a criação de novas potencialidades, ou seja, situar o pensamento numa zona de sombreamento que resista às dominações.

a linha de declive, ou seja, ela é a de maior inclinação. Essa linha arrasta outras “[...] linhas onde os fluxos se conjugam.” (DELEUZE & PARNET, 1998, p. 173).

Trouxemos os conceitos de ética em Foucault, multiplicidade, linhas, micropolítica em Deleuze & Guattari para prepararmos o terreno onde pudéssemos tratar da noção de estilismo de si na clínica. Para construirmos tal noção, apontamos para os aspectos éticos e estéticos, em outras palavras, para os planos micropolíticos e artísticos que atravessam a clínica que queremos afirmar.

Quando falamos num estilismo de si na clínica nos referimos à sustentação de ambos os movimentos: de inclinação e artístico. Por inclinação, aludimos ao viés ético, o dobrar-se em relação ao plano de subjetivação. Nossa discussão em Foucault a respeito da problematização do sujeito em relação às regras nos auxiliam a pensar esse aspecto. A clínica estaria disposta a potencializar no indivíduo esse movimento de problematizar-se em relação ao tempo histórico em que se situa e o modo como ele conduz a vida. E, assim a clínica produziria essa dobra, essa inclinação.

No segundo movimento, o viés estético na clínica ocorre por meio da experimentação do mundo, das relações e isso nos conduz a outros modos de se subjetivar. Queremos dizer que a experimentação abre condições para a criação de si e de mundos.

Tudo isso ocorre devido à clínica ser também uma multiplicidade e por isso, ela se constitui imbricada nesses planos heterogêneos ético, político e estético. Para privilegiar a singularização, o processo de subjetivação na clínica deve ser fruto de uma problematização de si, e, também uma conjugação artística dos agenciamentos.

De acordo com Deleuze e Parnet (1998), a questão da esquizoanálise, pragmática, e micropolítica, não consiste em interpretar, mas em analisar as linhas do indivíduo ou grupo. Os autores alertam para o perigo de se pensar um caso clínico por um viés interpretativo fazendo com que os fatos se fixem e se tornem orientadores da análise, pois assim impediria que os acontecimentos na vida do paciente fossem tomados como processuais. Eles se opõem a idéia de que a vida das pessoas esteja fadada a um destino determinado pelos eventos.

Deleuze & Parnet (1998) propõem outra prática clínica: eles sugerem que a pragmática deve se voltar para as linhas que compõem a experiência de uma pessoa.

Porém, mesmo nessas orientações deve-se estar alerta aos perigos existentes em cada uma das linhas. Em primeiro lugar, temos que perceber os “segmentos duros”, as “máquinas binárias” ou de “sobrecodificação”, bem como os riscos ao saltarmos dessas linhas de modo imprudente. Posteriormente, a investigação prossegue em fortalecer as linhas flexíveis, os fluxos, os conjuntos de desterritorializações e reterritorializações, além de perceber os buracos negros, onde se pode nutrir de agenciamentos que se fecham. Quanto às linhas de fuga, cabe a nós ressaltarmos que elas podem ser apanhadas por uma máquina de destruição, uma vez que essas linhas se convertem em linhas de abolição das outras e de si mesma.

Havemo-nos novamente com essa questão: Como o desejo pode desejar a sua própria destruição? Apesar da questão desse trabalho se referir ao fortalecimento das linhas de fuga para potencializar a vida, nesse momento, salientamos que ela também pode causar destruição.

Deste modo cabe questionar: Como um desejo submetido à condições de paralisação, tal qual no sintoma, pode se desvencilhar destas sem correr os riscos pertinentes a cada linha? De acordo com Deleuze e Parnet (1998), o perigo está no fato de um agenciamento de desejo ser rebatido em suas linhas mais duras. Podemos dizer que há desejo quando há máquinas e CsO. Mas há também CsO em “buracos negros”, em “máquinas de abolição”, ou seja, a produção pode cair numa desterritorialização violenta, um aniquilamento de todos os territórios. , pois reduz em muitos casos, chegando a eliminar, tirar de cena a multiplicidade dos encontros possíveis. “Como é que o desejo pode desmontar tudo isso, traçando o seu plano de imanência e consistência que enfrente em cada caso esses perigos?” (DELEUZE & PARNET, 1998, p. 173). Deleuze e Guattari (1995) orientam que se deve re-situar os impasses do desejo e abrir linhas de fuga possíveis. No entanto, observam que para isso torna-se necessário, muitas vezes, nos apoiarmos em territorialidades endurecidas com a finalidade de permitir operações transformacionais. Já em outros casos, a própria linha de fuga pode ser utilizada diretamente para operar essas novas conexões.

Para Deleuze & Guattari (1976), a clínica só tem consistência pela via da experimentação. Eles afirmam que o inconsciente deve ser produzido: “O inconsciente é uma substância a fabricar, a fazer circular, um espaço social e político a conquistar.”

(DELEUZE & PARNET, 1998, p. 100). Guattari (1979) percebe o inconsciente como maquínico, algo que ocorre em toda parte, como nos gestos, nos objetos cotidianos, nos grandes problemas do momento.

Logo, um inconsciente trabalhando tanto no interior dos indivíduos, na sua maneira de perceber o mundo, de viver seus corpos, seu território, seu sexo, quanto no interior do casal, da família, da escola, do bairro, dos estádios, das universidades. (GUATTARI, 1979, p. 10).

O inconsciente maquínico estaria voltado para o futuro, cuja trama seria o próprio possível. Esta abordagem preconiza que o inconsciente se constitui a partir dos agenciamentos coletivos que portam um campo de possível, ou seja, de possibilidades. Isso tem relação com “[...] o futuro e não com o passado.” (GUATTARI & ROLNIK, 1993, p. 231). Deste modo, Guattari estabelece o inconsciente contra a corrente do tempo, isto é, “[...] imaginar que tudo o que vem depois possa modificar o que era antes ou então que uma mudança, no coração do passado, possa transformar um estado de coisas atual [...]” (GUATTARI, 1979, p. 10).

É interessante salientar que os psicologismos e os psicanalismsos reduzem a produção rica do inconsciente a modelos. “Para Guattari, qualquer modelo, neste campo, é sempre a cartografia de determinada formação do inconsciente.” (GUATTARI & ROLNIK, 1993, p. 202).

Hoje, podemos considerar que a saída de um impasse, qualquer que seja ele, sempre implica que um processo de singularização possa surgir, possa presentificar a problemática sob novos ângulos, possa criar flutuações produtoras de um outro tipo de equilíbrio, de um outro tipo de ordem. (GUATTARI & ROLNIK, 1993, p. 258).

O perigo que ameaça à clínica ocorre quando se impede a possibilidade de se criarem formas tão múltiplas e variadas quantos forem esses processos do inconsciente. Deste modo, obstrui a possibilidade de proliferar as formas de existência. O posicionamento dos autores diz respeito à forma como escutamos os relatos dos pacientes, se percebemos os processos do inconsciente na clínica. Nesse mesmo sentido, torna-se importante também pensar em como utilizamos as teorias da clínica, “[...] ela [teoria] não deve estar no centro do dispositivo analítico”. (GUATTARI &

ROLNIK, 1993, p. 204). A questão que se levanta é: as elaborações teóricas são modos de cartografias de formações do inconsciente, ou seja, produzem a subjetividade?

Devemos estar dispostos a guardar nossas próprias cartografias na gaveta e a inventar novas cartografias dentro da situação em que nos encontramos. No fundo, não terá sido exatamente isso que Freud fez nesse período criativo que deu origem à psicanálise? Assim, podemos considerar como primeira figura de modelização a presença de uma atividade de interpretação criativa dos fatos subjetivos, a partir de um ângulo inteiramente novo, e, concomitantemente, a tentativa de controlar tudo num esquema de interpretação que se pretende estrita e rigorosamente científico. (GUATTARI & ROLNIK, 1993, p. 204).

Para Guattari & Rolnik (1993), o processo analítico é maquínico, ocorre por agenciamentos. Sobre os agenciamentos, os autores explicam que comporta movimento de fluxo de toda natureza, como também dimensões territoriais. A questão que se passa na clínica em relação ao sintoma seria: “[...] não se trata de interpretar e sim de se perguntar se há algo que poderia ser acionado [...]” (GUATTARI & ROLNIK, 1993, p.231), ou seja, trata-se de singularizar este acontecimento nos modos de fazê-lo agenciar.

Segundo Deleuze, Guattari e Rolnik, o inconsciente psicanalítico estaria associado a um efeito subjetivo e, ao mesmo tempo, reducionista e singular. Para eles, as formações do inconsciente são entendidas como algo a ser produzido, montado e “[...] não algo a ser buscado, reencontrado ou recomposto a partir de universais da subjetividade.” (GUATTARI & ROLNIK, 1993, p. 258).

O inconsciente é uma substância a fabricar, a fazer circular, um espaço social e político a conquistar. Essa concepção leva a assumir a inexistência de um sujeito da enunciação, logo não podemos dizer que haveria um centro subjetivo, muito menos um desejo a ser revelado pela clínica. Essa pretensa idéia de unidade subjetiva corresponderia a aceitar a subjetividade como uma instância organizadora. Na realidade, é através dos agenciamentos de um indivíduo que podemos dizer algo sobre ele. O que devemos ter em mente é que: “Os fluxos são a única objetividade do desejo”. (DELEUZE & PARNET, 1998, p. 101). Os autores defendem que para efetuar

alguma alteração na subjetividade teríamos que acompanhar a montagem e desmontagem dos agenciamentos do desejo.

A clínica põe-se a maquirar os agenciamentos, a preocupação recai em refletir sobre a prática clínica. Em que funcionamento estamos apostando? Para discutirmos sobre o funcionamento da clínica, trazemos as considerações de Deleuze & Guattari (1976) a respeito da esquizo-análise. “Ela [esquizo-análise] se propõe a explorar um inconsciente transcendental, em vez de metafísico; material em vez de ideológico [...] maquinístico em vez de estrutural [...]” (DELEUZE & GUATTARI, 1976, p.146). Para esses autores, os critérios de uso da clínica como produção desejante legítima dizem respeito a um uso parcial e não específico das relações de uma subjetividade. Assim, o problema prático da esquizo-análise é devolver a imanência ao processo subjetivo.

Eles afirmam dois aspectos da prática clínica: em primeiro lugar, ela consiste em desviar-se das formas expressivas que visem representar a produção desejante. O segundo fator corresponde a analisar os investimentos do desejo no campo social. O interesse desses autores é perceber “[...] o desejo nas suas relações com unidades políticas e econômicas”. (DELEUZE & GUATTARI, 1976, p.212). É preciso levar em conta as dimensões políticas, econômicas, religiosas, morais, tecnológicas que excedem as produções desejantes.

Deste modo, a clínica apresenta implicações políticas e filosóficas. O que se busca é potencializar a capacidade inventiva, tanto de quem a pratica, como de seus usuários. Depreende-se dessas discussões que a clínica está disposta a possibilitar outra organização processual na existência do paciente. Ela insiste na produção de outro modo de construção de subjetividade, de vida, de território, ou seja, ela favorece a possibilidade de constituição de modos singulares e dissidentes.

A esquizo-análise renuncia a toda interpretação, porque renuncia deliberadamente a descobrir um material inconsciente: o inconsciente não quer dizer nada. Em compensação, o inconsciente faz máquinas, que são do desejo, e das quais a esquizo-análise descobre o uso e o funcionamento na imanência às máquinas sociais. O inconsciente não diz nada, ele maquina. Ele não é expressivo ou representativo. (DELEUZE & GUATTARI, 1976, p. 229).

O inconsciente, para Deleuze & Guattari (1976), é composto pelas máquinas desejanças. Nas palavras dos autores, as máquinas desejanças são a microfísica do inconsciente. Em outro momento, Deleuze & Guattari (1997) explicam a necessidade de se vincular o inconsciente ao desejo. Para eles, o inconsciente deve se tornar molecular, o que diz respeito “[...] ao processo do plano de consistência imanente [...], pois o inconsciente está para ser feito e não para ser reencontrado”. (DELEUZE & GUATTARI, 1997, p.69).

Segundo Rauter (2003a), precisamos produzir nosso inconsciente, ou ele será produzido pelo controle social contemporâneo. Por isso, “[...] uma vida não é nunca assunto individual, já que as produções do inconsciente implicam sempre a construção de mundos”. (RAUTER, 2003a, p. 08).

A clínica é convocada para atuar nessa produção de mundos. Assim, ela cria condições para que se efetue a criação na subjetividade. Nesse sentido, queremos sustentar uma questão crucial: o processo estilístico fará operar uma produção das máquinas desejanças.

Não estamos admitindo que a noção de estilismo de si trate-se de uma qualidade ou alguma característica atribuível a um indivíduo. Na realidade, a discussão a respeito dessa noção refere-se a um modo de operar e produzir os agenciamentos, uma maneira de processar o contágio nas relações. Haveria, então, um invariante na subjetividade?

Se pudéssemos indicar o que existe de inalterável na subjetividade apontaríamos para um modo determinado de proliferar os agenciamentos, ou seja, ele consiste numa maneira de compor as linhas molares com as moleculares. O estilismo seria esse procedimento invariável na subjetividade.

Vale dizer que o que se repete é o processo estilístico, jamais o produto. Por exemplo, na obra de um artista podemos reconhecer um estilo, ou seja, certo modo de articular a forma com o a-forme. O produto que ele faz, traz uma marca do estilo, uma espécie de assinatura do artista. Cabe salientar que não é algo inato de uma pessoa, mas também não é exterior ao artista. Em outras palavras, queremos dizer que o estilo não se trata de um conteúdo, uma qualidade ou característica própria de uma pessoa. Isso significa que o estilo diz respeito a um procedimento que se constrói de modo

impessoal na relação. Trata-se de um procedimento, uma maneira de ser arrancado das formas e voltar para elas. Esse processo consiste no que há de mais genuíno, de mais legítimo em uma subjetividade.

A contradição ocorre porque o que há de mais próprio em uma subjetividade é justamente o que nada tem a ver com uma personalidade, uma individualidade. Em outras palavras, o estilismo de si produz a expansão de uma multiplicidade, potencializa um povoamento de devires.

No entanto, há alguns perigos nessa relação estilística, por exemplo, quando a subjetividade habita o buraco negro. Isso implica numa linha de fuga transformada em linha de abolição, nesse momento só há desterritorialização, a subjetividade se fragmenta, perde sua possibilidade de formar territórios, ou seja, perde a consistência. O risco está na queda desse processo molecular. Salientamos que para ocorrer um estilismo de si, é necessário um mínimo de formas, isso significa um certo uso do “eu” no limite de sua configuração.

Por outro lado, a outra dimensão formal da subjetividade nada possui de segura. O outro perigo está em não se efetuar também o processo estilístico. Isso acontece quando a subjetividade se territorializa de tal forma que a impede de passar pelas descontinuidades, de ir até a fronteira. Nos dois tipos de perigo, há uma certa maneira de obstaculizar o procedimento estilístico, pelo fato de não permitir uma oscilação entre a forma/a-forme subjetivo, pois é a coexistência heterogênea entre as dimensões intensivas e a forma individuada da subjetividade que fará a produção de si se processar de modo continuado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante desse instrumental teórico, que interlocuções seriam possíveis entre a clínica, a ética, o estilismo de si e a política?

Guattari & Rolnik (1993) ressaltam que a clínica é um dispositivo de subjetivação por colocar em jogo os modelos, os sistemas que atravessam o campo da subjetividade.

O mundo não tem conteúdos significantes, pelos quais se poderia sistematizá-lo, nem significações ideais, pelas quais poderia ordená-lo, hierarquizá-lo. Tampouco o sujeito possui uma cadeia associativa que possa contornar o mundo ou conferir-lhe unidade. (DELEUZE, 1987, p. 161).

Para tornar a vida potente, temos que nos deparar com essa fragilidade: a ausência de referências eternas. As experiências estão em constante esvanecimento. Estamos às voltas com a produção de valores provisórios que possam dar sustentação passageira para nossas experiências.

É essa a finalidade da esquizo-análise: analisar a natureza específica dos investimentos libidinais do econômico e do político; e por aí mostrar como o desejo pode ser levado a desejar sua própria repressão no sujeito que deseja [...] (DELEUZE & GUATTARI, 1976, p. 138).

Deleuze & Guattari (1976) acentuam a importância de a análise desembaraçar os investimentos reacionários dos revolucionários, visto que os investimentos de tipo fascista/reacionário e os investimentos revolucionários¹²⁴ coexistem. Tudo depende de como o desejo utiliza¹²⁵ as sínteses conjuntivas¹²⁶. Se ele estiver alinhado ao

¹²⁴ Por investimento reacionário, Deleuze & Guattari (1976) entendem a conformidade de interesse com os sistemas hegemônicos. Enquanto no investimento revolucionário, há o recorte desejante por outros interesses, “[...] faz-se escorrer fluxos capazes de romper ao mesmo tempo todas as segregações [...], uma potência intensa de investir e de contra-investir no inconsciente.” (DELEUZE & GUATTARI, 1976, p. 138).

¹²⁵ “A questão do desejo não é ‘o que isto quer dizer’ mas como isto funciona. [...] Que conexões, que disjunções, que conjunções — qual é o uso das sínteses? Isto não representa nada, mas isto produz, isto

funcionamento segregativo e bi-unívoco, tornamos nossos investimentos desejantes reacionários, pois ele “sufoca a produção” (DELEUZE & GUATTARI, 1976, p.140). Se, por outro lado, utilizamos nossas máquinas para produzir sínteses nomádicas e polívocas, outro destino damos a essa produção. Nossa aposta clínica está nesse segundo uso das máquinas desejantes, ou seja, no caráter produtor delas.

A produção de subjetividade capitalística tende a individualizar o desejo ao instaurar uma pragmática de serialização da subjetividade na produção de identidades. Por esse motivo, a clínica, para resistir à produção de subjetividade individuante, precisa oferecer condições para a construção de territórios desejantes.

Deleuze e Guattari (1995) observam a necessidade de re-situar os impasses sobre os mapas vivos e por aí abri-los sobre linhas de fuga possíveis, tais linhas subsistem mesmo subterrâneas e continuam a produzir rizomas, conjunções. A clínica se preocupa com o sistema de coordenadas mantido pelo paciente, analisa as linhas que o compõe, o mapa vivo que ele faz e remaneja. Ela acompanha a linha abstrata que será traçada e o preço disso. Como o paciente se desterritorializa? Qual linha interrompe? Qual ele prolonga ou retoma? Essas serão as perguntas para manter vigente o processo de criação na clínica.

Essa pesquisa resulta em muitos questionamentos a respeito do modo de conduzir a clínica e a vida. Nesse ponto de chegada não temos respostas prontas, mas inúmeras partidas. A relevância dessa pesquisa recai em sua contribuição política para o estudo da prática clínica, pois quando ela se ocupa com o processo infinito de “tornar-se” subjetivo, ela intervêm no modo hegemônico de organização de nossa cultura, que insiste nas formas, nas totalizações, unificações, certezas. A implicação deste trabalho, além de pensar o processo de potencialização de vidas, preocupa-se também com os impedimentos da clínica em efetuar o que se propõe. Vale ressaltar que a clínica deve estar disposta a diferenciar-se. E por esse processo entendemos como a capacidade de ela efetuar sua própria dissolvência, ou seja, de ela operar passagens dos modos de vida serializados à criação de novos modos de existência. Para cumprir este

não quer dizer nada, mas isto funciona.” (DELEUZE & GUATTARI, 1976, p. 143). Para saber mais, Anti-Édipo, páginas 365 a 368.

¹²⁶ O agenciamento descarta os termos excludentes do tipo ou/ou para assumir conexões do tipo e/e.

empreendimento pensamos as ressonâncias entre os autores Michel Foucault, Gilles Deleuze & Félix Guattari. Esses pensadores se desviam de conhecer os fenômenos a partir de sua regularidade. A proposta desse pensamento no contemporâneo se predispõe conhecer os acontecimentos sob o registro da diferença.

Discutimos a questão da constituição do sujeito como produto do processo de subjetivação. Pelas análises foucaultianas abordamos a constituição de si mesmo como sujeito ético, a partir de técnicas e procedimentos em que o indivíduo questiona sua própria existência. O desdobramento deste questionamento, para Foucault, seria a noção de *estilismo de si*. Mediante as problematizações da conduta, o indivíduo viveria sua existência como uma obra de arte.

A problematização de si efetuada pelos gregos aproxima-se da experiência clínica, pois o indivíduo também é levado a pensar sua vida de modo a colocar em questão suas escolhas. Nesse sentido, entendemos que a produção singular da subjetividade ocorre por meio da criação de novas maneiras de existir.

O acolhimento à diferença na obra de Deleuze & Guattari nos suscita em relacioná-la a noção de estilismo de si conforme alude Foucault para problematizar a composição de novas sensibilidade e sociabilidade. Nesse sentido, buscamos reorientar a discussão da clínica para a questão de se pensar a potencialização dos processos de subjetivação e implicações dos mesmos.

Propomos para a clínica um direcionamento ético que necessariamente só ocorre como fruto de um estilismo de si. O estilo de si na clínica é o efeito de um movimento que atravessa os dois planos: o molar e o molecular para colocá-los em reciprocidade. É importante salientar que a distinção se mantém entre os planos, ou seja, a heterogeneidade é preservada no entrelaçamento dos dois domínios. Devido à diferença se manter, faz com que se estabeleça um campo de imanência entre os mesmos. Nesse sentido, a criação na subjetividade só ocorre devido a esse campo de imanência. O que queremos dizer é que a incomunicabilidade, isto é, a impossibilidade de convergência ou redução entre os planos irá conferir a eles a agonística necessária para que se mantenha uma processualidade que busque incessantemente uma relação entre as dimensões.

Podemos dizer que novas construções subjetivas se ocorrem à revelia de uma personalidade com uma intenção para tal, no entanto, a dimensão mais unificada da subjetividade é necessária para que haja a produção de si. Devido à relação entre a forma subjetiva e o a-forme, a subjetividade passa a um redirecionamento incessante, o que confere a ela um caráter sempre provisório.

Nosso estudo nos leva a afirmar que a cada relação entre essas dimensões a subjetividade se redefine, o que a leva a uma variabilidade infinita. Diante disso, argumentamos que o direcionamento ético da clínica só pode ocorrer devido ao procedimento estilístico. Essa consideração nos conduz a uma construção desse problema do seguinte modo: A ética na clínica consiste como uma operação de *ascese*, ou seja, uma problematização do paciente em como conduzir sua relação com o mundo.

O fruto dessa problematização consiste numa prática de si, isto é, o paciente é levado a criar um modo de estar no mundo que coloque em jogo as ordens sociais. A intenção não é um abandono, desconhecimento, ou indiferença às regras, mas de se aproveitar e agir no limite da própria regra/regularidade (subjetiva, clínica, social) para fazer operar um movimento de criação. Assim, podemos afirmar uma inseparabilidade entre a ética e o estilismo de si. Por exemplo, na clínica, não basta que o paciente perceba seu sofrimento e fale dele. Trata-se de uma vida, e por isso, o direcionamento ético da clínica, tal como defendemos, consiste em operar no paciente uma problematização de sua existência e a escolha por modos preferenciais de construção de si e de mundo, ou seja, criar condições para o paciente exercer o estilismo de si.

O ato clínico se efetua no direcionamento ético ao estilismo, pois quando o paciente problematiza suas condutas diz respeito a uma efetuação de uma produção de si, ou seja, um novo modo de estar no mundo surge daí, pois não existiria uma separação entre o que pertence a um indivíduo e o que pertence ao mundo, pois é na relação, e somente nela, que existimos. Porque uma vida não diz respeito a uma pessoa, a um conjunto fechado, mas significa toda uma rede, um mapa vivo de relações que ela estabelece. Em outras palavras, quando alguma relação entra em

processo de diferenciação numa pessoa é toda uma rede de agenciamentos que se potencializa.

Retornamos ao caso clínico para examinarmos de que modo pode ocorrer o estilismo de si na clínica. Afirmamos o estilismo como um exercício e não um estado (posição fixa específica). Neste caso, recairíamos na defesa de estados fixos, estáveis. Falamos em vez disso, de um modo de administrar os afetos e, sobretudo os atos. Trata-se de escolher certa modalidade de gerenciamento de seus atos em relação às regras. Vitor só conseguia expressar sua indignação frente às injustiças do mundo, através de uma fala precária e uma exigência de não poder errar. Os encontros clínicos proporcionaram a ele um exercício constante de inventar-se. Consideramos o estilismo de si como esse exercício ininterrupto de criação de si e, conseqüentemente de mundo.

A invenção na clínica não ocorre a partir do nada, mas é fruto de um encontro com algo que desestabiliza o paciente e faz a regularidade do cotidiano entrar em crise. As injustiças, em Aperibé, deixam Vitor sem fala. Ele busca se instrumentalizar a partir das leis (regras) do direito para dar conta de tamanha afetação. Contudo, esse caminho bem regrado não faz com que as coisas entrem nos eixos. Ao estudar em um curso preparatório a fim de participar de um concurso na máquina judiciária, faz uma exigência a si mesmo, de não poder errar as respostas nas questões das provas.

Aos poucos, fomos construindo juntos essa possibilidade de participar da máquina judiciária, de modo a afirmar a produção do desejo. Ao mesmo tempo, fomos desdobrando as questões que o afetavam em relação às injustiças sociais. O modo que ele inventou para dar conta dessa problemática foi participar de perto, ou seja, trabalhando na máquina estatal. Assim, ele consegue realizar seu propósito e passa num concurso público. A marca estilística do Vitor está no modo como ele se relaciona com as injustiças. O que se repete de modo inédito é o seu incômodo com as formas de exploração e dominação do homem sobre o homem.

A atitude crítica de Vitor está ligada a uma ação de transformação do mundo, no sentido de combater essas injustiças, seja por meio de ele processar, sendo voluntário, ou atuando no próprio sistema. Desde modo, ele parte do incômodo, da queixa, daquilo que o afeta, do sintoma para uma atitude, ou seja, uma prática, em que ele fez consistir a produção desejante. No entanto, cabe salientar que nem toda prática estilística de si

na clínica recaíra nessa dimensão macromolecular. Assim, o estilismo de si pode ocorrer de modo micromolecular, as mudanças podem ocorrer em esferas menores, cotidianas da vida, por exemplo, quando um paciente inventa outro modo de se relacionar com o filho, ou o vizinho, ou chefe, estará da mesma forma transformando o plano social.

Diante disso, podemos dizer que o estilismo de si produz novas ordens sociais, porque ele interfere na dimensão política. Em outras palavras, quando dizemos que a direção ética da clínica é um estilismo na subjetividade, estamos nos referindo ao surgimento de novos modos de estar no mundo, que levam os padrões de existir redesenhar suas linhas, revelando outras paisagens. E, assim, as normas sociais revelam os limites delas próprias, produzindo uma expansão, no sentido de dar inteligibilidade a esses novos modos possíveis de existir.

A importância de produzir o plano de consistência dos processos de singularização implica em uma micropolítica, pois a clínica ao privilegiar a criação da consistência dessa produção de si nela própria e na subjetividade contribui de modo imanente para alteração da ordem social, colocando em relação os jogos de verdade e os processos de subjetivação. Assim, a problematização ética-estilística na clínica reflete, por sua vez, numa alteração da ordem vigente.

Em relação ao plano político, podemos dizer que os sistemas capitalísticos possuem uma organização social e uma ordem econômica que dificulta a heterogeneidade, as relações artísticas entre as linhas molares e moleculares. Isso significa que a produção imaterial capitalística produz conseqüências para a produção de subjetividade. Contudo, há de se lembrar que os códigos e tudo que se transforma em formas não são totalizáveis como tal sistema nos faz crer. Além disso, as máquinas desejanter/estilísticas estão sempre transgredindo as regras de homogeneização, logo podemos dizer que elas estão a favor da abertura de novas possibilidades.

Desvencilhar dessa produção de homogeneidade consiste em nos deixar afetar pelas forças do mundo, nesse circuito dos afetos somos interpelados a novos diagramas que fazem a subjetividade pulsar, e com isso desestabiliza os mapas em curso, forçando a construção de outros territórios para a assimilação da experiência.

Esse plano de vida subjetiva pressiona os contornos das formas existentes e impulsiona a subjetividade a recompô-los. Diante disso, as forças inventivas são mobilizadas e permitem criar novas configurações de si, de modo a produzir a expansão da vida. A tensão que disso decorre são próprios da vida em sua potência de diferenciação. Ao mesmo tempo em que organiza novos contornos desfaz outros.

Acreditamos que é justamente a partir da própria vida que as forças de invenção e de singularização desencadeiam processos de autonomia e liberdade. Pois é a potência de criação e de expansão imanente à vida que torna tangível a instauração de outras possibilidades de mundo.

REFERÊNCIAS

AS COISAS SIMPLES DA VIDA (Título em Português). Título Original: *Yi Yi*. Direção: Edward Yang. Roteiro: Edward Yang. Produção: Shinya Kawai & Naoko Tsukeda. Elenco: Wu Nien-Jen, Elaine Jin, Tang Ru-yun, Hsu Shu Yuan, Nianzhen Wu, Issey Ogata, Kelly Lee, Jonathan Chang, Xisheng Chen, Suyun Ke, Ruyun Tang, Adrian Lin, Yu-Pang Chang. Roteiro: Edward Yang. Trilha Sonora: Kailli. Peng. Japão, 2000. 1 DVD (173 min).

BALZAC E A COSTUREIRINHA (Título em Português). Título Original: *Balzac Et La Petite Tailleuse Chinoise*. Direção: Sijie Daí. Elenco: Kun Chen, Xun Zhou, Ye Liu, Shuangbao Wang e Zhijun Cong. França, 2002. 1 DVD (111 min).

BAREMBLITT, Gregório (2003). **Introdução à Esquizoanálise**. Belo Horizonte: Instituto Félix Guattari.

BENEVIDES, Regina (2002). Clínica e Social: Polaridades que se opõem/complementam ou falsa dicotomia?. *In*: BENEVIDES, PASSOS & RAUTER (Org.) (2002). **Clínica e Política: Subjetividade e Violação dos Direitos Humanos**. Rio de Janeiro: Te Corá Editora. p. 123-139.

BENEVIDES, Regina & PASSOS, Eduardo (2003). Complexidade, transdisciplinaridade e produção de subjetividade. *In*: KIRST, Patrícia Gomes & FONSECA, Tânia Mara Gali (Org.) (2003). **Cartografias e Devires: A construção do Presente**. Porto Alegre: Editora da UFRGS. p. 81-89.

BENEVIDES, Regina & PASSOS, Eduardo (2005). Passagens da clínica. *In*: MACIEL, A; KUPERMANN, D; TEDESCO, S. (Orgs.). **Polifonias: clínica, política e criação**. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria / Mestrado de Psicologia da UFF, 2005. p. 89-99.

BIRMAN, Joel (2000). Os signos e seus excessos: A clínica em Deleuze. In: ALLIEZ, E. (2000). **Gilles Deleuze: uma vida filosófica** São Paulo: Editora 34. p. 463-478.

CANGUILHEM, Georges (2000). **O Normal e o Patológico**. RJ: Forense Universitária.

COIMBRA, Cecília & ABREU, Ana Maria (2005). Quando a clínica se encontra com a política. In: MACIEL, A; KUPERMANN, D; TEDESCO, S. (Orgs.) **Polifonias: clínica, política e criação**. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria / Mestrado de Psicologia da UFF, 2005. p. 41-49.

COUTINHO, André (2007). **Da transferência à transversalidade: o devir dos conceitos e a variação do plano da clínica**. Dissertação de Mestrado – UFF.

DALGALARRONDO, Paulo (2000). **Psicopatologia e Semiologia dos Transtornos Mentais**. Porto Alegre: Art. Med.

DELEUZE, Gilles. (1987). **Proust e os Signos**. Rio de Janeiro: Forense-Universitária.

_____ (1988). **O abecedário de Gilles Deleuze**. Paris. Disponível em: <<http://desobediente.multiply.com/journal/item/6>>. Acesso em: 11 dez. 2006.

_____ (1992). **Conversações: 1972-1990**. Rio de Janeiro: Ed. 34.

_____ (1996a). **Desejo e Prazer**. Trad. Eric Alliez, Cadernos de Subjetividade, São Paulo, p.15-25 (Revisão de tradução Técnica).

_____ (1996b). O que é um dispositivo? In: _____. **O mistério de Ariana** Lisboa: Vega. p. 83-96.

_____ (1997). **Crítica e clínica**. São Paulo: Editora 34.

_____ (2006a). **Foucault**. São Paulo: Brasiliense.

_____ (2006b). Introdução: Diferença e Repetição. *In*: _____.
Diferença e Repetição. trad. Roberto Machado – Rio de Janeiro: Graal, 2º ed. p.19-54.

DELEUZE, Gilles & GUATTARI, Felix (1992). **O que é a filosofia?** Rio de Janeiro: Ed. 34.

DELEUZE, G. & GUATTARI, F. (1995). **Mil Platôs: Capitalismo e Esquizofrenia**. Trad. Aurélio Guerra Neto e Célia Pinto Costa. Rio de Janeiro: Ed. 34, vol. 1.

DELEUZE, G. & GUATTARI, F. (1996). **Mil Platôs: Capitalismo e Esquizofrenia**. Trad. Aurélio Guerra Neto, Ana Lúcia de Oliveira, Lúcia Cláudia Leão e Suely Rolnik. Rio de Janeiro: Ed. 34, vol. 3.

DELEUZE, G. & GUATTARI, F. (1997). **Mil Platôs: Capitalismo e Esquizofrenia**. Trad. Suely Rolnik. Rio de Janeiro: Ed. 34, vol. 4.

DELEUZE, G. & GUATTARI, F. (1997b). **Mil Platôs: Capitalismo e Esquizofrenia**. Trad. Peter Pál Pelbart e Janice Caiafa. São Paulo: Ed. 34, vol. 5.

DELEUZE, G. & PARNET, C. (1998). **Diálogos**. Trad. de Eloísa Araújo Ribeiro. São Paulo: Relógio D' Água.

ESCOBAR, C. H. (1984). Michel Foucault Entrevistado por Hubert L. Dreyfus e Paul Rabinow. *In*: _____. **Dossier Foucault. Últimas entrevistas**. Rio de Janeiro: Taurus, 1984, p. 10 -112.

Esse obscuro objeto de desejo (Título em Português). Título Original: *Cet Obscur Objet Du Désir*. Direção: Luis Buñuel . Elenco: Fernando Rey, Carole Bouquet, Angela Molina, Julien Bertheau, Piéral, André Weber . França, 1977. 1 DVD (102 min).

FOUCAULT, Michel (1984a). A Ética do cuidado de si como prática de liberdade. *In: Ditos e Escritos, V: Ética, Sexualidade, Política*. Rio de Janeiro, Editora Forense Universitária, 2003. p. 264-287.

_____ (1984b). Uma estética da existência. *In: Ditos e Escritos V: Ética, Sexualidade, Política*. Rio de Janeiro, Editora Forense Universitária, 2003. p. 288-293.

_____ (2003a). **História da sexualidade: A vontade de saber**. (M. T. da Costa, Trad.) Rio de Janeiro: Graal, vol.1.

_____ (2003b). **História da sexualidade O uso dos prazeres**. (M. T. da Costa, Trad.) Rio de Janeiro: Graal, vol.2.

_____ (2002). **História da sexualidade: O cuidado de si**. (M. T. da Costa, Trad.) Rio de Janeiro: Graal, vol.3.

FREUD, Sigmund (1976 [1926]). **Ansiedade, Sintomas e Angústia**. *In: Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago, v. XX.

_____ (1972 [1905]). **Três ensaios sobre a teoria da sexualidade**. *In: Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago, v. VII.

GONDAR, Jô (2004). **A clínica como prática política**. *In: Lugar Comum: Estudos de Mídia, Cultura e Democracia*. nº 19, pp.125-134.

GUATTARI, F. (1979). Logos ou máquinas abstratas?. *In: _____*. **O inconsciente maquínico: ensaios de esquizo-análise**. Campinas: Papirus. p. 09-20.

_____ (2004). A Transversalidade. *In*: _____. **Psicanálise e Transversalidade: ensaios de análise institucional.** (A. U. Sobral, M. S. Gonçalves, Trad.) São Paulo: Idéias & Letras. p. 101-118.

GUATTARI, F. & ROLNIK, S. (1993). **Micropolítica: Cartografias do Desejo.** Petrópolis: Vozes.

KAPLAN, H; SADOCK, B & GREBB, J. (1997) **Compêndio de Psiquiatria: Ciências do Comportamento e Psiquiatria Clínica.** 7. ed. Porto Alegre: ArtMed.

KUPERMANN, Daniel (2005). Resistência no encontro afetivo e criação na era do biopoder. *In*: MACIEL, A; KUPERMANN, D; TEDESCO, S. (Orgs.) **Polifonias: clínica, política e criação.** Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria / Mestrado de Psicologia da UFF, 2005. p. 73-88.

Laplanche, J, & Pontalis, J-B. (2001). **Vocabulário da Psicanálise.** 5.^a ed. Lisboa: Moraes.

LEVY, Tatiana (2003). **A Experiência do Fora: Blanchot, Foucault, Deleuze.** Rio de Janeiro: Relume Dumará.

MACIEL, Auterives Júnior (2005). O problema da escolha e os impasses da clínica na era do biopoder. *In*: MACIEL, A; KUPERMANN, D; TEDESCO, S. (Orgs.). **Polifonias: clínica, política e criação.** Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria / Mestrado de Psicologia da UFF, 2005. p. 51-62.

MILK – A voz da Igualdade (Título no Brasil). Título Original: MILK. Direção: Gus Van Sant. Elenco: Sean Penn, Emile Hirsch como Cleve Jones, James Franco, Josh Brolin, Victor Garber, Denis O'Hare, Diego Luna, Ashlee Temple, Alison Pill, Eric Stoltz, Lucas Grabeel, Stephen Spinella, Joseph Cross. EUA, 2008. 1 DVD (126 min).

NÃO ESTOU LÁ (Título em Português). Título Original: I'm Not There. Direção: Todd Haynes. Elenco: Cate Blanchett, Ben Whishaw, Christian Bale, Richard Gere, Marcus Carl Franklin, Heath Ledger, Don Francks. EUA / Alemanha, 2007. 1 DVD: (136 min).

ORTEGA, Francisco (1999). **Amizade e Estética da Existência em Foucault**. São Paulo: Graal.

PÁL PELBART, Peter (1989). **Da clausura do fora ao fora da clausura: Loucura e desrazão**. São Paulo: Brasiliense.

PROUST, Marcel (2005). **Um amor de Swann**. Trad. de Celina Porto Carrero. Porto Alegre: L&PM.

RAJCHMAN, John. (1993). Foucault. *In: Eros e Verdade: Lacan, Foucault e a questão da ética*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

RAUTER, Cristina (2003). **Do sexual ao coletivo**. Disponível em <<http://www.slab.uff.br/textos/texto38.pdf>> Acesso em: 21 jun. 2009.

Rolnik, Suely (2003). Despachos no Museu: Sabe-se lá o que vai acontecer. *In: KIRST, Patrícia Gomes & FONSECA, Tânia Mara Gali (Org.) (2003). Cartografias e Devires: A construção do Presente*. Porto Alegre: Editora da UFRGS.

SCHÉRER, Renè (2000). *Homo Tantum*: O impessoal: uma política. *In: ALLIEZ, E. (Org.) Gilles Deleuze: uma vida filosófica*. São Paulo: Editora 34. p. 21-38.

SILVA, Rosane. (2004). **A dobra deleuziana: Políticas de subjetivação**. Disponível em <http://www.dossie_deleuze.blogspot.com.br/> Acesso em 10 ago. 2009.

SCHÖPKE, Regina (2004). **Por uma filosofia da diferença: Gilles Deleuze, o pensador nômade**. São Paulo: Edusp.

TEDESCO, Sílvia. (2001). Estilo-Subjetividade: O tema da Criação nos estudos da Psicologia da Linguagem. *In: Revista Psicologia em Estudo, Maringá*, v.6, n.1, p.29-38.

TEDESCO, Sílvia. (2005). Literatura e clínica: ato de criação e subjetividade. *In: MACIEL, A; KUPERMANN, D; TEDESCO, S. (Orgs.) Polifonias: clínica, política e criação*. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria / Mestrado de Psicologia da UFF, 2005. p.141-152.

THE EDUKATORS. Direção: Hans Weingartner. Elenco: Daniel Brühl, Julia Jentsch, Stipe Erceg, Burghart Klaussner, Peer Martiny, Petra Zieser, Laura Schmidt e outros. Alemanha, 2004. 1 DVD (127 min).

VIDAL, E. A. (2000). Heterogeneidade Deleuze e Lacan. *In: ALLIEZ, E. (2000). Gilles Deleuze: Uma vida filosófica*. São Paulo: Editora 34. p. 479-494.

ZOURABICHVILI, François (2004). **O vocabulário de Deleuze**. Rio de Janeiro: Relume Dumará.